NOVEMBRO| 2026

A PORTA DE ENTRADA DA DOCÊNCIA: oferta de vagas, ingresso e indícios de atratividade das licenciaturas brasileiras

Bárbara Born
Pedro Alexandre Veloso
Pedro Henrique Pereira
Ceapea / Todos Pela Educação



Pesquisas e Estudos Aplicados em Educação
Evidências Para a Prática - Vol. 1

CEAPEA
CENTRO DE ESTUDOS APLICADOS EM PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

TODOS PELA EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

AUTORIA

Bárbara Born
Gerente de Políticas Educacionais

Pedro Alexandre Veloso
Especialista de Políticas Educacionais

Pedro Henrique Pereira
Analista de Políticas Educacionais

EQUIPE DO CEAPEA

Bárbara Born
Gerente de Políticas Educacionais

Júlia Mica
Coordenadora de Políticas Educacionais

Pedro Alexandre Veloso
Especialista de Políticas Educacionais

Pedro Henrique Pereira
Analista de Políticas Educacionais

Poliana Andrade
Assistente de Políticas Educacionais

Revisores Ad hoc

Tássia de Souza Cruz
Professora FGV - EBAPE

Rodnei Pereira
Pesquisador Fundação Carlos Chagas

REVISÃO TEXTUAL

Maria Eloisa Pires Tavares

LIDERANÇA EXECUTIVA DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Priscila Cruz
Presidente-executiva

Olavo Nogueira Filho
Diretor-executivo

Flávia Lisboa Porto
Diretora de Gente e Cultura

Gabriel Corrêa
Diretor de Políticas Públicas

Talita Nascimento
Diretora de Relações Governamentais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Even3 Publicações, PE, Brasil)

B736p Born, Barbara Barbosa
A porta de entrada da docência: oferta de vagas, ingresso e indícios de atratividade das licenciaturas brasileiras [Recurso Digital] / Barbara Barbosa Born, Pedro Alexandre Veloso, Pedro Henrique Pereira. – São Paulo: Ceapea / Todos Pela Educação, 2026.
106 p. (Pesquisas e Estudos Aplicados em Educação. Evidências Para a Prática ; v. 1)

DOI 10.29327/5985694
ISBN 978-65-272-2920-9

1. Formação de professores – Brasil. 2. Atratividade Docente. 3. Licenciaturas. 4. Oferta e Ingresso. I. Veloso, Pedro Alexandre. II. Pereira, Pedro Henrique. III. Título.

CDD 370.71

Amanda Rodrigues – CRB-4/2216

2026 Ceapea - Todos Pela Educação

A PORTA DE ENTRADA DA DOCÊNCIA: oferta de vagas, ingresso e indícios de atratividade das licenciaturas brasileiras © 2026 by Ceapea / Todos Pela Educação is licensed under CC BY-NC-ND 4.0.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO **5**
INTRODUÇÃO **9**
CAPÍTULO 1 **13**
Atratividade Docente: motivações e condicionantes 14
1.1 Evidências sobre a atratividade docente no Brasil e no mundo 16
1.1.1 Inclinações pessoais e sua relação com influências sociais 16
1.1.2 Fatores contextuais e atratividade docente: remuneração, condições de trabalho e prestígio social 19
1.2 A relação entre a atratividade da carreira docente e o perfil de ingresso dos licenciandos 23
1.3 Implicações para o entendimento da atratividade no contexto brasileiro 25
CAPÍTULO 2 **28**
Abordagem metodológica 29
2.1 Oferta de Ensino Superior 30
2.2 Acesso ao Ensino Superior e desempenho no Enem 31
2.3 Remuneração docente e ingresso nas licenciaturas 32
2.4 Natureza descritiva das análises 34
CAPÍTULO 3 **36**
Resultados 37
3.1 Como mudaram a oferta, o ingresso e o perfil dos estudantes das licenciaturas entre 2018 e 2024? 37
3.2 Estudantes com melhor desempenho acadêmico fazem escolhas diferentes em relação às licenciaturas? 56
3.3 A remuneração docente está relacionada ao ingresso nas licenciaturas? 66
CAPÍTULO 4 **78**
O que os dados sugerem sobre a atratividade e como políticas públicas podem mudar o cenário? 79
REFERÊNCIAS **87**
APÊNDICE **92**
Apêndice A 93
Apêndice B 98

SUMÁRIO EXECUTIVO

A ampliação do acesso às licenciaturas convive, no Brasil, com dificuldades para assegurar professores habilitados em todas as áreas e localidades. Compreender quem ingressa nos cursos de formação inicial e como esse perfil se transforma é fundamental para orientar políticas que articulem atração, formação e ingresso no magistério. Os resultados deste estudo mostram que o crescimento agregado das licenciaturas encobre uma retração acentuada na modalidade presencial e mudanças relevantes na composição dos ingressantes, exigindo respostas que ultrapassem a abertura de vagas.

O problema se insere em um percurso mais amplo. Segundo Bof, Caseiro e Mundim (2023), em 2022, 40,1% das docências dos anos finais do ensino fundamental e 32,4% das do ensino médio eram exercidas sem formação superior adequada à área lecionada. Apenas cerca de um terço dos concluintes das licenciaturas de formação específica entre 2010 e 2021 atuava na educação básica em 2022. Esse dado retrata a atuação naquele ano, sem distinguir quem nunca ingressou na profissão de quem já havia deixado o magistério.

O estudo combina o Censo da Educação Superior de 2018 a 2024, sua vinculação ao Enem realizado no ano anterior ao ingresso e dados de remuneração da Pnad Contínua de 2012 a 2025. As análises descrevem a oferta, o perfil dos ingressantes e associações estaduais com a remuneração. Entretanto, não medem diretamente as preferências pela docência nem acompanham a conclusão dos cursos e a trajetória profissional posterior.

Principais achados sobre oferta e ingresso

De um modo geral, a expansão das licenciaturas foi menor que a do ensino superior. Entre 2018 e 2024, o número de ingressantes cresceu 13,7%, ante 45,4% no conjunto do ensino superior. A oferta de vagas nas licenciaturas, por sua vez, aumentou 51,8%, chegando a 5,3 vagas por ingressante em 2024. Essa razão expressa disponibilidade relativa de vagas e não equivale, em sentido estrito, a uma taxa de ociosidade.

O crescimento se concentrou na educação a distância e coexistiu com forte retração do presencial. O ingresso nas licenciaturas presenciais caiu 38,6%, enquanto na EaD aumentou 42,6%. A queda nas licenciaturas presenciais em instituições privadas foi ainda mais acentuada, chegando a 66% nas instituições com fins lucrativos. No conjunto do ensino superior, a queda presencial foi de 19,8%. As instituições públicas passaram de 54% para 73% dos ingressantes nas

licenciaturas presenciais, enquanto as privadas com fins lucrativos ampliaram de 77% para 85% sua participação no ingresso a distância.

O crescimento agregado não atende igualmente às diferentes áreas de formação. Geografia, Matemática, Química e Ciências Sociais perderam ingressantes nas duas modalidades. Na formação de Pedagogia, o ingresso presencial caiu 48,3%, enquanto o ingresso a distância cresceu 51,7%. Portanto, a expansão observada concentra-se em determinadas áreas e não compensa a perda de ingressantes em outras, mantendo um movimento de declínio no ingresso em diversos componentes curriculares importantes.

Mudanças no perfil dos ingressantes

Nas licenciaturas, os ingressantes ficaram mais velhos e a participação feminina aumentou. A parcela com até 24 anos caiu de 40,2% para 34,1% entre 2018 e 2024; a de pessoas com 40 anos ou mais subiu de 16,5% para 22,3%. Em 2024, 48,9% tinham 30 anos ou mais. As mulheres passaram de 71,2% para 75,6% dos ingressantes. O envelhecimento não revela, isoladamente, desinteresse dos jovens: parte do público pode buscar segunda formação, certificação ou mudança de área.

O presencial concentra proporcionalmente mais jovens e estudantes pretos, pardos e indígenas. Em 2024, 66% dos ingressantes presenciais tinham até 24 anos. A participação de pessoas pretas, pardas e indígenas era de 51,7% no presencial, contra 37,4% na EaD. A retração dessa modalidade, portanto, também deve ser considerada na discussão sobre equidade e acesso à formação.

Entre os ingressantes com nota no Enem, diminuiu a presença relativa dos estudantes de maior desempenho. A participação do quintil superior caiu de 23,9%, em 2018, para 14,7%, em 2024. No último ano, essa proporção foi de 19,8% no presencial e 6,4% na EaD. Nos cursos presenciais, houve redução da participação do quintil superior em 26 unidades da federação e aumento do quintil inferior em 20. Em dez UFs, a participação do quintil inferior superava a do superior em 2024, ante apenas uma em 2018.

Esses resultados exigem uma delimitação importante: em 2024, somente 17,4% dos ingressantes das licenciaturas foram vinculados a notas válidas no Enem do ano anterior, ante 30,9% em 2018. Não é possível atribuir desempenho aos demais. Os quintis reúnem faixas de 20% dos participantes de cada edição e expressam posições relativas, sem demonstrar, isoladamente, queda absoluta da aprendizagem entre coortes. Tampouco a nota de ingresso determina a qualidade do futuro professor. A licenciatura é responsável por desenvolver conhecimentos especializados para ensinar, apoiando estudantes com diferentes trajetórias escolares.

Remuneração e indícios de atratividade

Entre 2012 e 2025, o rendimento médio real dos professores aumentou 11,7%, enquanto o dos demais profissionais com ensino superior caiu 14,6%. A razão entre os rendimentos passou de 65,2% para 85,2%. A aproximação salarial combinou, portanto, ganhos docentes e perdas do grupo de comparação, com diferenças expressivas entre estados.

Nas comparações estaduais, condições remuneratórias mais favoráveis tenderam a acompanhar menor razão de vagas presenciais por ingressante. Não se observou, contudo, um padrão positivo estável entre remuneração e presença de estudantes do quintil superior. O exercício reúne 27 UFs e não isola outros fatores associados ao ingresso. Seus resultados dialogam com a literatura sobre a relevância do salário, mas não demonstram que ele tenha determinado as escolhas. Também não autorizam concluir que sua melhoria afaste estudantes de alto desempenho. Em conjunto com a literatura, reforçam a necessidade de considerar condições de trabalho, perspectivas profissionais e reconhecimento social.

Principais implicações para as políticas públicas

Uma política de atratividade docente precisa responder simultaneamente às condições de acesso à formação inicial e às perspectivas de exercício da profissão. As implicações a seguir combinam o diagnóstico do estudo com a literatura revisada; não constituem efeitos de intervenções estimados pelas análises.

1. **Planejar a formação a partir das necessidades dos territórios e das áreas de conhecimento.** A coexistência de vagas disponíveis com menor ingresso em determinadas licenciaturas desloca a discussão sobre escassez para além da abertura indiscriminada de cursos. É necessário articular redes de ensino e instituições formadoras para adequar a oferta às necessidades locais, considerando também conclusão, ingresso no magistério e permanência. A continuidade da retração pode comprometer cursos presenciais, equipes de formadores e parcerias com escolas cuja recomposição exige tempo.

2. **Fortalecer as licenciaturas presenciais e as condições de permanência.** A maior participação das instituições públicas no presencial amplia a importância de assegurar seu funcionamento, sobretudo onde outras oportunidades de formação se reduzem. A preservação desse segmento também integra uma agenda de equidade, por sua maior presença proporcional de jovens e estudantes pretos, pardos e indígenas. Assistência estudantil, organização de

horários e apoio aos estágios devem ser orientados por diagnósticos das barreiras efetivamente enfrentadas pelos estudantes.

3. **Acompanhar a reorganização da oferta e a implementação do formato semipresencial**. Diante da transição regulatória discutida no estudo, será importante monitorar a qualidade da formação, as oportunidades de interação e prática e as mudanças no perfil e no volume de ingressantes. O acompanhamento deve considerar como a reorganização afeta as possibilidades de acesso de públicos e territórios que hoje dependem fortemente da EaD.

4. **Tratar a preparação acadêmica de entrada como responsabilidade institucional**. Diagnósticos iniciais e programas de acompanhamento podem apoiar o desenvolvimento da leitura e escrita acadêmica, do raciocínio matemático e dos fundamentos disciplinares necessários à formação. Preservar a exigência formativa demanda condições para que estudantes com trajetórias desiguais construam os conhecimentos esperados. A ampliação da atração de estudantes de maior desempenho deve caminhar junto com apoio aos que já ingressam, sem converter desigualdades escolares em barreiras à profissão.

5. **Fortalecer e avaliar as políticas de incentivo à docência**. O Mais Professores para o Brasil e o Pé-de-Meia Licenciaturas oferecem oportunidades para articular atração e permanência. O incentivo financeiro associado ao desempenho pode tornar a licenciatura mais viável para estudantes que considerariam outros cursos. O diagnóstico de 2018 a 2024, anterior à implementação do Pé-de-Meia Licenciaturas, oferece uma referência para acompanhar mudanças no perfil de ingresso, na permanência e na posterior inserção profissional, preservando a atenção à qualidade e à equidade.

6. **Articular os incentivos à formação com a valorização da carreira.** Remuneração competitiva, perspectivas de desenvolvimento profissional e boas condições de trabalho precisam compor uma estratégia integrada. Os potenciais candidatos convivem diariamente com a docência ao longo da educação básica: jornadas extenuantes, condições materiais inadequadas e pouco reconhecimento participam da imagem que constroem da profissão. Torná-la uma escolha desejável exige transformar também as condições concretas de seu exercício.

O estudo identifica riscos que merecem acompanhamento, sem projetar o número de professores que faltará no futuro. Seu diagnóstico aponta para a necessidade de ações nacionais e locais que ampliem a atração de novos públicos e assegurem uma formação exigente, condições de conclusão e perspectivas profissionais capazes de sustentar a entrada e a permanência no magistério.

INTRODUÇÃO

"*Aquele que pode, faz. Aquele que não pode, ensina*" (G. B. Shaw, 1903)

"*Tem aquela imagem também de que os melhores estão em empresas, os melhores são médicos e coisas assim... E os que não conseguem ser os melhores, eles ensinam, eles viram professores.*" (Antonio, estudante de ensino médio, 2010, apud Tartuce; Nunes; Almeida, 2010)

Encontrar um eco do aforismo presente na peça de teatro "Homem e Super-homem", do dramaturgo irlandês George Bernard Shaw, na fala de um adolescente brasileiro mais de cem anos após sua escrita é revelador da imagem social construída em torno da profissão docente. A ideia da docência como profissão menos prestigiosa, pouco valorizada e reconhecida, e mesmo demandante de baixa profissionalização atravessa séculos e tem consequências seríssimas para o futuro da educação. Assumindo a baixa probabilidade de que jovem estudante ter sido influenciado pelo dramaturgo irlandês, compreender os motivos que afastam as novas gerações dos cursos de formação para a docência, especialmente os estudantes de maior desempenho e engajamento, é fundamental para assegurar a qualidade educacional das futuras gerações. Visando contribuir com esse debate, o presente estudo examina quem ingressou nas licenciaturas brasileiras entre 2018 e 2024 e o que esse perfil indica sobre a atratividade da docência

A escassez de professores adequadamente preparados para ensinar tem mobilizado pesquisadores e gestores públicos não só no Brasil, como em diversos países. No Brasil, o debate é frequentemente organizado em torno do risco de um "apagão docente", expressão que procura dimensionar as dificuldades de provimento de professores habilitados para todas as áreas curriculares e localidades para todas as salas de aula. Em todo o território nacional, a ampliação da oferta de formação docente convive com dificuldades para assegurar professores habilitados em todas as áreas e localidades. Estudo desenvolvido por Bof, Caseiro e Mundim (2023), ao cruzar dados dos censos da educação básica e do ensino superior, demonstrou que, em 2022, 40,1% das docências dos anos finais do ensino fundamental e 32,4% das docências do ensino médio eram exercidas sem formação superior adequada à área lecionada. Os autores também identificaram que apenas cerca de um terço dos concluintes das licenciaturas de formação específica entre 2010 e 2021 atuava na educação básica em 2022. A disponibilidade de professores depende, portanto, do que ocorre entre o acesso à graduação e o exercício profissional.

O problema da escassez de professores não está restrito ao Brasil e vem mobilizando pesquisadores de diversos países. Estudos recentes nos Estados Unidos e no Chile, além de indicadores da OCDE referentes a diversos países europeus, latinoamericanos e asiáticos documentam dificuldades para atrair e manter professores, com diferenças importantes na oferta por territórios e áreas de conhecimento, bem como maior escassez em contextos de atendimento a populações mais vulneráveis (Correia et al., 2022; OECD, 2026; Podolsky et al., 2019). Esses estudos e relatórios indicam um interesse cada vez mais reduzido de jovens por licenciaturas e cursos de formação docente, associado a dificuldades relevantes na atração e retenção de profissionais. Entre os fatores identificados como associados à baixa atratividade da carreira estão os baixos salários, as condições precárias de trabalho e a pouca valorização social. A título de exemplo, na última edição da pesquisa Talis da OCDE, apenas 14% dos professores brasileiros afirmaram que a docência é valorizada pela sociedade, e somente 22% dos respondentes acredita que os salários são satisfatórios (OECD, 2025).

O problema do apagão docente no Brasil se reveste ainda de outra camada: a quantidade de ingressantes nas licenciaturas não corresponde ao percentual de alunos formados nos cursos, e aqueles que logram concluir a formação em nível superior não necessariamente se direcionam para a sala de aula. Ao cruzarem os dados do Censo da Educação Superior com os do Censo da Educação Básica, Bof, Caseiro e Mundim (2023) identificam que, do total das coortes formadas entre 2010 e 2021, apenas cerca de um terço de cada grupo permanecia em sala de aula em 2022. Esse percentual reflete a atuação observada naquele ano específico, não a proporção pontual de ingressos na profissão, uma vez que parte dos egressos pode ter atuado anteriormente e deixado o magistério, enquanto outros podem ingressar posteriormente. O resultado mostra que a conclusão da licenciatura não se converte integralmente em disponibilidade de professores para as redes de ensino e oferece as bases para compreender um funil importante entre formandos e ingressantes na carreira.

O problema tampouco se resume à abertura de vagas na formação inicial. No mesmo estudo, os autores identificam que a ociosidade de novas vagas nas licenciaturas de formação específica presenciais nas instituições públicas passou de 20% em 2014 para 33% em 2021. Para Matemática e Física, nesse último ano, essas proporções alcançaram 38% e 36%, respectivamente. A existência simultânea de vagas não preenchidas na graduação e de dificuldades para assegurar professores habilitados nas escolas indica a necessidade de compreender por que os jovens escolhem esses cursos e quais condições favorecem sua conclusão e a entrada no magistério. Entender essa escolha ajuda a identificar em que ponto do percurso os jovens se afastam da docência e sobre quais condições as políticas públicas podem atuar.

Diante desse cenário, e considerando o funil de provimento docente que se inicia na atratividade para os cursos de formação inicial, o presente estudo busca entender o perfil do ingresso dos estudantes de licenciatura no período de 2018 a 2024. Mais do que apenas compreender o volume de ingressantes nos cursos de licenciatura, procuramos analisar o perfil desses estudantes e os movimentos observados quanto à procura dos cursos e ao direcionamento para as modalidades. Dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2025 revelaram, por exemplo, que um percentual muito elevado de concluintes da modalidade EaD das licenciaturas não alcança o nível definido como básico pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Assim, compreender o perfil de ingresso e o direcionamento dos estudantes para cursos e modalidades oferecidas pode ajudar no desenho de políticas de atratividade que garantam maior ingresso nos cursos com indicadores de qualidade mais elevados.

Além das análises de evolução temporal e de perfil sociodemográfico dos ingressantes de licenciatura, este estudo se debruça sobre o desempenho de entrada dos estudantes no ensino superior, mediante o cruzamento das bases do Enem com o Censo do Ensino Superior. O interesse pelo desempenho de entrada decorre das exigências da formação docente. A licenciatura precisa desenvolver conhecimentos especializados que não se confundem com aqueles avaliados ao final da educação básica. Ainda assim, aprendizagens acadêmicas consolidadas podem favorecer a apropriação desses conhecimentos.

O estudo também busca contribuir para entender o processo de atratividade por meio de um exercício exploratório que relaciona salário médio de entrada dos professores com atratividade no contexto estadual. Essa exploração dialoga com a literatura sobre escassez docente que aponta a questão salarial como um dos fatores determinantes para a menor atratividade da carreira.

De modo geral, perguntamos como a oferta, o ingresso e o perfil dos ingressantes nas licenciaturas se transformaram e quais padrões oferecem indícios sobre as condições de atratividade para a formação inicial. Os dados não medem diretamente as preferências dos jovens nem a disposição de assumir um posto de professor, mas sim oferecem subsídios para avaliar o interesse pelos cursos de licenciatura. Para isso, buscamos responder a três perguntas. A primeira é: como mudaram a oferta, o ingresso e o perfil dos estudantes das licenciaturas entre 2018 e 2024, em comparação com o restante do ensino superior? A segunda investiga se estudantes com melhor desempenho acadêmico fazem escolhas diferentes em relação às licenciaturas, tanto na decisão de cursá-las quanto na escolha do curso. A terceira é se a remuneração docente, absoluta e relativa a outras profissões, está relacionada ao ingresso nas licenciaturas, e se essa relação varia com o desempenho do estudante. Para respondê-las, utilizamos dados do Censo da Educação Superior, do Enem e da PNAD Contínua.

As análises são descritivas: documentam padrões e diferenças entre segmentos, sem identificar os determinantes individuais das escolhas ou os efeitos dos cursos sobre a qualidade dos futuros professores.

O tema da escassez docente tem gerado reações em termos de políticas públicas, a exemplo do programa do Governo Federal Mais Professores para o Brasil, que prevê entre suas ações uma bolsa para permanência em cursos de licenciatura (Brasil, 2026). Os resultados do estudo oferecem um diagnóstico anterior à implementação do Pé-de-Meia Licenciaturas, iniciada em 2025, e podem informar seu acompanhamento.

Além desta introdução, o estudo está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta a literatura e o marco conceitual. O segundo descreve a metodologia, as fontes e os procedimentos. O terceiro capítulo apresenta os resultados das análises, enquanto o quarto discute suas implicações para a formação e as políticas de atração e ingresso no magistério.

CAPÍTULO 1

Atratividade Docente: motivações e condicionantes

A centralidade docente para a educação básica se tornou, nos últimos anos, uma heurística. Dificilmente as discussões de políticas educacionais voltadas a promover a aprendizagem refutarão o fato de que é necessário garantir bons professores em sala de aula se o objetivo é apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e adolescentes . No entanto, todo o processo para garantir bons professores em sala de aula – que abrange a definição do perfil desejado, a garantia de uma boa preparação inicial, os atrativos da carreira para os futuros profissionais, bem como a garantia de uma trajetória profissional estável e de sucesso – é muitas vezes negligenciado, ou tratado com uma simplicidade incompatível com a complexidade contida em cada uma dessas etapas.

A construção de uma força de trabalho competente é a base essencial para melhorar a aprendizagem dos estudantes, e isso é particularmente relevante no caso daqueles mais vulneráveis e dependentes da escola para assegurar uma trajetória de sucesso (Podolsky et al., 2019). Garantir bons professores envolve um conjunto complexo de políticas extensas, que vão desde a atratividade da carreira e a seletividade no ingresso para formação inicial, até a qualidade dos cursos de preparação para a docência, boas condições de trabalho, salários atrativos e planos de carreira que estimulem a permanência dos ingressantes, bem como a valorização do status social docente.

Sem assumir nenhuma hierarquia nos diferentes componentes desse processo, neste estudo, exploraremos a dimensão da atratividade da carreira docente, mais especificamente os aspectos ligados ao ingresso em cursos de formação inicial. Esse foco considera a iminência do apagão docente, discutida na introdução deste texto, bem como a centralidade dessa etapa para assegurar a oferta de profissionais qualificados para o ingresso na carreira.

O conceito de atratividade está relacionado à capacidade de determinada profissão constituir-se em uma opção desejável e viável diante das demais possibilidades disponíveis aos indivíduos. Essa definição reúne duas condições que nem sempre coincidem. Por um lado, uma pessoa pode reconhecer a relevância social da docência e até desejar ensinar, mas considerar que a carreira não oferece condições materiais compatíveis com suas necessidades. Por outro, pode ingressar em uma licenciatura somente porque esse é o curso ao qual

consegue ter acesso, sem que a atuação como professor integre seu projeto profissional.

Tartuce, Nunes e Almeida (2010), ao analisarem os fatores que atraem jovens de ensino médio para a docência, oferecem importante contribuição no entendimento desse processo, situando a escolha profissional na interação entre fatores subjetivos e condições históricas e socioculturais. A dimensão subjetiva envolve a maneira como os jovens percebem suas habilidades, seus interesses e suas possibilidades de se realizarem no trabalho. A dimensão contextual inclui as condições de exercício das profissões, as oportunidades disponíveis e os significados sociais atribuídos a cada carreira. Os dois conjuntos de fatores se combinam e participam da construção das expectativas que orientam a decisão profissional.

Essa distinção proposta pelas autoras permite compreender que nem o reconhecimento da importância da docência ou até mesmo o desejo de ensinar se traduzem, necessariamente, no interesse em ingressar em uma licenciatura e seguir a carreira de professor. O estudo contou com a participação de mais de 1500 adolescentes de escolas públicas e privadas das cinco regiões brasileiras, e embora não fosse representativo de todo o território nacional, lançou luzes sobre as visões dos estudantes, demonstrando que muitos deles não consideravam a possibilidade de atuar na carreira docente, motivados sobretudo pelas más condições de trabalho e pela baixa remuneração. Resultados similares foram identificados em estudo desenvolvido com estudantes de ensino médio australianos (McCrory; Coffey; Lavery, 2023), que também relatam percepções positivas da docência quanto à sua importância social, mas destacam que aspectos como carga de trabalho, baixa remuneração e dificuldade de progredir na carreira estavam diretamente associados a não considerar o ensino como possibilidade de atuação profissional na vida adulta.

Como preferências e oportunidades se constituem de forma relacional, as flutuações na atratividade podem estar relacionadas a aspectos contextuais que incidem sobre as decisões individuais. Os interesses, autoconceitos e expectativas são construídos em experiências socialmente situadas, de modo que compreender quais aspectos destas experiências em particular aumentam ou diminuem o desejo dos jovens por cursos de licenciatura é uma importante chave de compreensão dos dados sobre esse processo.

Na sequência deste capítulo, discutimos como a literatura tem investigado esses fatores contextuais, tomados como hipóteses centrais para explicar mudanças na atratividade, Assume-se, assim, a interdependência desses fatores com as escolhas individuais e ressalta-se que são aspectos com potencial de incidência pela via de políticas públicas. Após revisar a literatura sobre tais

fatores, apresentamos uma proposição teórico-conceitual para compreender o processo de entrada na carreira docente.

1.1 Evidências sobre a atratividade docente no Brasil e no mundo

A temática da atratividade e a retenção de professores vem ocupando espaço no debate sobre políticas docentes há pelo menos duas décadas. No início dos anos 2000, um estudo da OCDE lançou luzes sobre a possibilidade de falta de mão de obra docente devidamente preparada já nas primeiras décadas do século XXI em diversos países membros da organização (McKenzie; Santiago; Organisation for Economic Co-operation and Development, 2005; Schleicher, 2011). Na mesma década, estudo conduzido por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas chamava a atenção para o crescente desinteresse de jovens brasileiros pela docência (Tartuce; Nunes; Almeida, 2010). O diagnóstico era bastante similar: o desinteresse desses estudantes em buscarem carreiras no ensino superior ligadas ao magistério não só aumentava, como também era mais pronunciado entre aqueles de maior desempenho acadêmico e nível socioeconômico.

Ao considerar os estudos mapeados para esta pesquisa, organizamos a discussão de seus resultados em dois blocos principais de fatores associados à escolha da carreira e à sua atratividade. No primeiro bloco, discutimos os fatores intrínsecos e sua relação com as influências sociais. No segundo, discutimos os fatores contextuais ligados à remuneração, ao prestígio profissional e às condições de trabalho. Após apresentar os fatores de atratividade, discutimos a relação entre eles e o perfil acadêmico dos ingressos e suas consequências para a qualidade da formação. Por fim, apresentamos um modelo teórico para sustentar as análises sobre atratividade de jovens para formação docente, com base nas evidências apresentadas pela literatura.

1.1.1 Inclinações pessoais e sua relação com influências sociais

A percepção de que o ensino é um dom ou um chamado, e não uma profissão dependente de formação técnica, é ainda hoje fortemente arraigada na mentalidade social. A despeito de décadas de discussão sobre o profissionalismo docente e as especificidades dos conhecimentos necessários para o exercício da carreira (Ball; Thames; Phelps, 2008; Shulman, 1986), a vocação para trabalhar com crianças é algo que ecoa no processo decisório de jovens em busca de uma carreira profissional. Evidentemente, toda escolha profissional passa pela percepção individual de possuir habilidades específicas para exercê-la, mas a disposição vocacional ou mais orientada a um perfil pró-social parece ser particularmente um fator determinante entre os jovens que desejam ser professores ou que não se veem professores justamente por não apresentarem tais características.

Três estudos diferentes com estudantes brasileiros, chilenos e estadunidenses corroboram a ideia de que existe uma influência da autopercepção das habilidades no processo de escolha da carreira docente. O estudo desenvolvido nos Estados Unidos, embora pequeno, oferece uma chave de leitura interessante sobre as inclinações pessoais e a escolha profissional. Com base em um *survey* aplicado a estudantes do ensino médio, os autores investigaram os fatores associados à percepção da docência como melhor escolha profissional após a conclusão da educação obrigatória. Entre todos os preditores analisados (incluindo sexo, fatores socioeconômicos e desempenho acadêmico), a confiança na própria capacidade de ser um bom professor foi a variável mais forte da disposição para considerar a carreira como opção para o ensino superior (Christensen et al., 2019).

Outro estudo examinou dimensões semelhantes no Chile, por meio de uma adaptação da escala FIT-Choice, orientada pela perspectiva de expectativa e valor. Nessa abordagem, a escolha da docência envolve a capacidade percebida para ensinar, o interesse intrínseco pelo trabalho e os valores associados à sua utilidade pessoal e social, além das percepções sobre demandas e recompensas da profissão. O estudo, que investigava o resultado de uma intervenção para oferecer mentoria durante os anos finais do ensino médio para estimular o ingresso na carreira docente, coletou respostas de mais de mil estudantes de uma rede de escolas que atende comunidades vulneráveis. Entre os respondentes, 381 expressaram interesse em receber informações sobre formação docente e 83 confirmaram sua participação no programa de mentoria. Os estudantes que confirmaram participação demonstravam maior motivação intrínseca e maior percepção de capacidade para ensinar do que seus pares. Esse grupo também se caracterizou por maior presença de mulheres e por condições socioeconômicas mais desfavoráveis (Correia et al., 2022).

A percepção de que a docência está ligada a características intrínsecas também é muito marcada no contexto brasileiro. A pesquisa conduzida por Tartuce e colegas identificou, por meio de grupos focais com estudantes das cinco macrorregiões brasileiras oriundos de escolas públicas e particulares, haver um entendimento compartilhado de que para ser professor é preciso "ser apaixonado pela profissão", "ter o dom de passar o que sabe para o outro" e ser capaz de se realizar não pelo dinheiro, mas pela conquista das crianças, além de ser dotado de paciência e dom para cuidar de crianças (Tartuce; Nunes; Almeida, 2010).

Sem ignorar a importância da identificação com a área e das características pessoais que efetivamente podem estimular trabalhos que envolvam maior interação social, é importante destacar que essa percepção está potencialmente associada a uma visão sobre o baixo nível de profissionalismo da docência por parte dos estudantes. Ao atribuírem à docência um caráter quase messiânico ou

dependente de inclinações pessoais específicas como o gosto por conviver com crianças, a paciência e o amor por ensinar, os jovens revelam também pouco entendimento quanto à complexidade da docência e à necessidade de formação específica para seu exercício (Lampert, 2010).

Essa percepção parece, ainda, estar relacionada a uma clivagem de gênero que persiste na composição do corpo docente. Ao associar a docência menos ao desenvolvimento profissional e à construção de habilidades técnicas específicas e mais ao "cuidado" e à "identificação com crianças", também se reforça o que seria entendido socialmente como um "papel feminino". Nos três estudos mencionados anteriormente, o conjunto de estudantes que demonstraram maior inclinação para a docência é majoritariamente feminino.

Outro elemento que parece corroborar as inclinações pessoais são os estímulos recebidos por outras pessoas, entre elas os pais e familiares próximos. No estudo de Christensen et al. (2019) foi identificada uma associação positiva entre estímulo parental ou de pessoas próximas e a disposição para acessar uma carreira voltada ao ensino. No estudo de Tartuce et al. (2010) também se identifica que a visão das famílias sobre as escolhas dos jovens teria um peso. Duas falas de estudantes deste estudo destacam a visão de decepção familiar com relação a essa escolha:

> "Eu acho que eles [os pais] não iam aceitar, porque depois de tantos anos investindo em mim, eu resolver ser professor, é uma profissão que não dá tanto futuro, quanto eles esperam de mim" (André, aluno de escola particular de Campo Grande)
>
> "Quando eu falei que ia ser professor minha mãe disse: Vixi, como você abaixou o nível!" (João, aluno de escola particular de Manaus) (apud Tartuce; Nunes; Almeida, 2010, p. 463)

Se tomarmos os achados desses estudos em conjunto, é possível hipotetizar que as inclinações pessoais estão fortemente relacionadas à visão social de docência como profissão missionária ou ligada ao cuidado. Essa visão corrobora estudos sobre a aprendizagem da observação docente, segundo a qual os estudantes constroem uma imagem ingênua e parcial do que seria o ato de ensinar, ignorando o trabalho intelectual e de preparação envolvido, bem como os conhecimentos especializados necessários para sua execução (Darling-Hammond; Bransford, 2005; Lortie, 2020). Associada aos fatores que exploraremos a seguir, essa percepção corrobora para um entendimento da profissão docente como menos prestigiosa e, portanto, menos desejável sobretudo pelos estudantes de maior desempenho.

1.1.2 Fatores contextuais e atratividade docente: remuneração, condições de trabalho e prestígio social

De todos os fatores relacionados à baixa atratividade da carreira docente, a remuneração inferior à de outras carreiras certamente figura entre os fatores mais importantes para o desestímulo dos jovens no ingresso em licenciaturas. É natural que a escolha da profissão envolva considerar o retorno financeiro diante do investimento feito no processo formativo. Ao raciocinar dessa forma, é provável que o estudante considere não apenas a remuneração inicial da carreira, mas também as perspectivas de crescimento profissional e retorno de longo prazo que ela oferece. Esse racional de escolha da profissão ligado ao retorno financeiro aparece, portanto, como fator primordial principalmente no rechaço à docência como opção de carreira tanto nos estudos brasileiros quanto nos estudos de outros países.

As pesquisas de Tartuce et al. (2010) e Louzano et al. (2010) identificaram uma forte associação entre a percepção de que o professor é mal remunerado e o processo decisório em seguir a carreira dos jovens no ensino médio. No primeiro estudo, é marcante a associação emergente das entrevistas com os grupos focais de que o salário é baixo sobretudo em relação à complexidade da atuação profissional exigida. Os estudantes destacam, ainda, que a carreira docente oferece poucas oportunidades de crescimento profissional e salarial, provavelmente influenciados por observarem professores estagnados há anos ou décadas na mesma posição . Ainda que eles eventualmente não tenham acesso a informações sobre o salário desses professores mais experientes na comparação com os iniciantes, a impressão de estagnação profissional certamente afeta esse processo decisório.

O estudo de Louzano e colegas ainda corrobora outro aspecto importante quanto à perspectiva salarial. Os pesquisadores identificaram que, embora a desvantagem salarial média dos professores tenha diminuído ao longo dos anos ante outras ocupações, a amplitude salarial e os ganhos para profissionais mais experientes não são tão atrativos. Ao compararem grupos com tempo de experiência distintos, os pesquisadores observam que há maior amplitude na diferença salarial entre os trabalhadores mais experientes, sugerindo menor competitividade das perspectivas de remuneração da docência. Essa comparação entre grupos não acompanha a trajetória salarial dos mesmos indivíduos, mas ajuda a compreender a relevância das expectativas de crescimento profissional. A atratividade depende, assim, da relação entre os rendimentos esperados no magistério e em outras profissões.

Ambos os estudos foram realizados pouco tempo após o estabelecimento do Piso Nacional do Magistério (Brasil, 2008), e seria possível supor que esse quadro tivesse se alterado ao longo dos anos. Ainda que o salário médio docente

tenha aumentado nos últimos 15 anos, ele ainda corresponde a 85% do salário dos demais profissionais com ensino superior (Todos Pela Educação; Editora Moderna; Fundação Santillana, 2026). Dados recentes da última pesquisa sobre ensino e aprendizagem com professores feita pela OCDE, a Talis, revelam que apenas 22% dos professores brasileiros estão satisfeitos com suas condições salariais, deixando o Brasil atrás de apenas dois outros países quanto à insatisfação do corpo docente (OECD, 2025). Diante desse cenário, é esperado manter as percepções mapeadas pelos estudos de Tartuce e colegas e de Louzano e colegas.

A pouca atratividade da carreira docente por conta dos baixos salários não se dá apenas no contexto brasileiro. Park e Byun (2015), ao utilizar dados do Pisa, compararam a disposição dos estudantes participantes no teste em se tornarem professores com indicadores diversos das condições de trabalho em 23 países da OCDE. O estudo analisou dados de mais de 37 mil estudantes desses países, com foco naqueles que demonstraram alto desempenho no teste. Dois achados são particularmente relevantes quanto à questão salarial. O primeiro deles é que a probabilidade de um estudante de alto desempenho desejar uma carreira docente é significativamente maior em países nos quais os professores obtêm ganhos equivalentes ou superiores em relação às outras profissões. O segundo achado relevante destaca que, em países com salários mais altos, a probabilidade de meninos escolherem a profissão docente é maior do que nos países com menores salários.

O estudo de Correia et al. (2022), realizado com estudantes chilenos, também destaca o fato de haver uma percepção generalizada, mesmo entre os estudantes que indicam inclinação para a docência, de os professores serem mal remunerados, embora essa visão seja maior entre aqueles sem interesse pela profissão. Além do Chile, citado no estudo pelos autores, a percepção de baixos salários também afeta a atratividade entre estudantes de outros países, como destacado por Podolsky e colegas (2019) para o contexto estadunidense. Na revisão de literatura realizada pelos autores, apontam inúmeras evidências de associação direta entre aumento no salário e maior atratividade da carreira docente. O artigo ainda destaca que os baixos salários não apenas influenciam a atratividade dos professores, mas também sua retenção, sendo fator relevante para o abandono da carreira docente naquele país.

A visão da carreira docente associada a baixos ganhos salariais parece tão consolidada que opera, a despeito de os estudantes terem acesso a informações concretas, sobre as condições reais de ganho. Um experimento de oferta de informação promovido no Peru por pesquisadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é um bom exemplo de como as informações disponíveis sobre carreira e remuneração podem influenciar na escolha profissional. Nele, uma amostra aleatória de escolas de ensino médio recebeu uma intervenção

simples, que consistia em divulgar mudanças na carreira docente do país, incluindo remuneração, progressão, benefícios e bolsas de estudo disponíveis. No acompanhamento de longo prazo, os autores estimaram um aumento de 2,7 pontos percentuais na probabilidade de ingresso no ensino superior e 0,9 ponto percentual na probabilidade de matrícula em cursos da área de educação entre os estudantes expostos à intervenção (Busso et al., 2024). Esse estudo, portanto, demonstra o potencial desconhecimento dos estudantes quanto às reais condições de atuação profissional e à existência de vieses consolidados no âmbito da carreira.

As condições de trabalho docente, todavia, vão muito além da remuneração percebida por esses profissionais. Por condições de trabalho, entendemos a adequabilidade dos espaços físicos da escola, a falta de materiais básicos para trabalhar, a quantidade de alunos por professor e até mesmo a carga de trabalho dos professores. Os dados da pesquisa Talis demonstram que apenas 44% dos professores brasileiros concordam estar satisfeitos com suas condições de trabalho (OECD, 2025). Podolsky et al. (2019) apontam para a relação entre o abandono da carreira por professores e as condições precárias de trabalho, corroborando a ideia de que essas condições criam um contexto desestimulante para os alunos.

A precariedade da atuação docente pode estar relacionada também ao excesso de trabalho e acúmulo de jornada em múltiplas escolas. Uma pesquisa recém-lançada aponta que cerca de 20% dos professores brasileiros atuam em mais de uma escola, e esse número é maior entre professores especialistas que atuam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (Plank et al., 2026). A pesquisa contou com a participação de uma amostra de professores de todo o território nacional, e indica que a maioria (86,9%) teria preferência por exercer sua jornada em uma única unidade escolar.

É importante considerar que as condições de trabalho do professor refletem as condições de aprendizagem dos estudantes, de modo que o conjunto de potenciais candidatos à carreira docente está exposto a uma amostra de como seriam suas próprias condições laborais caso decidissem seguir nessa carreira. Se um estudante observa seu professor atuando em condições precárias, tendo de lidar com indisciplina constante, exercendo suas funções em contextos pouco salubres ou com baixa disponibilidade de recursos, certamente isso afetará a visão da profissão que será construída. Além disso, é possível supor que professores submetidos a condições inadequadas de atuação estejam sujeitos a elevadas cargas de estresse, refletidas em sua saúde física e mental, bem como na maneira como interagem com os estudantes.

Conviver com os professores nessas situações revela aos jovens um lado negativo da profissão que pode influenciar seu processo decisório. Tartuce,

Nunes e Almeida (2010) identificam falas nas quais os jovens relacionam explicitamente sua rejeição à docência ao que veem seus professores enfrentar e às queixas sobre as condições de trabalho. McCrory, Coffey e Lavery (2023) também discutem como a experiência escolar participa da construção das percepções sobre a carreira.

Além das questões relativas ao impacto das condições salariais e de trabalho, o estudo de Park e Byun (2015) corrobora o entendimento da atratividade ao analisar como o status social e o nível de profissionalização do corpo docente se associam à maior probabilidade de escolha da carreira pelos jovens. Combinados os dados do Pisa com informações sobre o nível de profissionalização (medido pela adequação do corpo docente com formação em nível superior em relação a outras carreiras), os autores verificaram um aumento significativo na probabilidade de os adolescentes indicarem o desejo de lecionar quando vivem em países com maior índice de profissionalização dos professores.

Essa probabilidade é igualmente ampliada quando os autores analisam o percentual de professores atuantes no país que são totalmente qualificados para o cargo, algo equivalente ao índice de adequação docente medido pelo Inep no Censo da Educação Básica. Esse fator também está correlacionado com maior probabilidade de mais meninos optarem pela carreira docente. A análise do status social da profissão, conduzida em um subconjunto de 12 países, também encontra associação positiva com a expectativa de tornar-se professor, apoiando a hipótese de que o reconhecimento social influi ativamente na atratividade dessa carreira.

Outro aspecto relacionado com o reconhecimento social da profissão é o quão seletiva ela é com relação às demais. Em Tartuce, Nunes e Almeida (2010), a pouca concorrência por cursos de formação aparece nos relatos como expressão do baixo interesse pela docência. McCrory, Coffey e Lavery (2023) identificam de maneira mais explícita a percepção de que requisitos baixos de entrada nas licenciaturas reforçam a imagem de uma carreira pouco prestigiada. A hipótese é que o acesso percebido como fácil contribua para confirmar uma representação de baixa especialização do trabalho. Esses achados descrevem percepções e mecanismos possíveis, sem comprovar que tornar o ingresso mais difícil reverterá a desvalorização.

Embora nenhum dos estudos encontrados avalie a relação causal entre salário, profissionalização e status social da carreira docente e a atratividade, as evidências correlacionais são fortes e coerentes, sustentadas em análises de diferente natureza e presentes em diferentes culturas. Estudos que promoveram a escuta direta de estudantes em grupos focais, como o de Tartuce, Nunes e Almeida (2010), apresentam falas de estudantes que demonstram entender a discrepância entre os salários que os professores recebem e a complexidade das

demandas às quais estão sujeitos. Nesse sentido, considerar o contexto de atuação docente e suas condições de trabalho é fundamental para compreender os movimentos de atratividade da carreira no contexto brasileiro.

1.2 A relação entre a atratividade da carreira docente e o perfil de ingresso dos licenciandos

Na defesa por maior seletividade dos ingressantes em cursos de licenciaturas, um argumento bastante forte é que melhores alunos do ensino médio resultariam em melhores professores da educação básica. Esse argumento está na base do desenho de políticas de atratividade docente, como o "Pé-de-Meia" Licenciaturas, que oferece bolsas a estudantes de alto desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingressarem em cursos de formação inicial docente (Brasil, 2026). Autores que defendem essa estratégia sustentam que ela criaria um círculo virtuoso: estudantes mais bem preparados nos conteúdos escolares estariam em melhores condições de oferecer um currículo mais desafiador aos estudantes uma vez que se tornem professores, resultando em melhores aprendizagens e em futuras gerações de professores ainda mais bem preparados (Carnoy; Gove; Marshall, 2007).

Outros autores, no entanto, questionam a imposição de barreiras de seletividade como estratégia para ampliar a atratividade docente. No contexto chileno, por exemplo, Correia e seus coautores (2022) sugerem que critérios baseados em desempenho podem excluir jovens de extratos populacionais vulneráveis que demonstram interesse e motivação para ensinar. Além disso, mobilizam estudos segundo os quais parcela dos professores bem avaliados não atenderia aos novos critérios caso estes vigorassem no momento de seu ingresso. Essa evidência, apresentada com base em outras pesquisas, questiona a equivalência entre desempenho escolar anterior e qualidade profissional futura.

Quando analisamos os dados sobre ingresso no ensino superior, fica evidente que os estudantes que atualmente ingressam em cursos de formação inicial tendem a apresentar um perfil acadêmico de baixo desempenho. A maior parte dos estudantes brasileiros das licenciaturas é oriunda de escolas públicas, sendo a primeira geração de suas famílias a acessar o ensino superior, e tendem a ter um baixo desempenho acadêmico pregresso (Gatti et al., 2019; Louzano et al., 2010). Esse contexto é similar em diversos países da América Latina, conforme estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Elacqua et al., 2022). Especificamente para Chile e Colômbia, países para os quais os autores apresentam análises mais aprofundadas, os matriculados na formação docente eram majoritariamente mulheres, provinham de contextos socioeconômicos mais desfavorecidos e apresentavam menor desempenho nas medidas acadêmicas de ingresso na comparação com estudantes de outras carreiras.

Ao correlacionar a autopercepção de desempenho dos estudantes com o interesse em seguirem carreiras docentes, o estudo de Christensen et al. (2019) apresenta uma outra abordagem: 64% dos jovens que afirmaram considerar a carreira docente se percebiam academicamente acima da média, frente a 74% daqueles que a rejeitavam. Entre os que consideravam a docência sua melhor opção, 45% se percebiam acima da média, diante de 75% que entendiam possuir opções melhores.

Compreender o perfil dos estudantes ingressantes é fundamental para assegurar uma formação adequada e identificar movimentos do mercado de trabalho. Todavia, é preciso compreender que as notas em exames refletem não apenas as aprendizagens consolidadas, mas também as oportunidades oferecidas para construí-las. Tomar esse desempenho como expressão definitiva da capacidade do indivíduo pode transformar desigualdades escolares em barreiras de acesso à profissão. A motivação e a capacidade de estabelecer relações com os estudantes, bem como a possibilidade de construir conhecimentos específicos para ensinar, não se esgotam no desempenho obtido ao final da educação básica.

É preciso reconhecer ainda que, se assumimos a docência como uma profissão complexa e baseada em conhecimentos específicos e profundos (Lampert, 2010), não é razoável supor que um repertório básico de conhecimentos seja o fator determinante da qualidade do professor, ou a chave do "círculo virtuoso" proposto por Carnoy e coautores. Os cursos de formação inicial precisam oferecer a oportunidade de os licenciandos construírem um repertório amplo e estruturado de saberes especializados sobre os conteúdos acadêmicos que irão ensinar aos estudantes em conjunto com saberes pedagógicos não apenas voltados às metodologias de ensino, mas também ao entendimento do desenvolvimento biopsicossocial de seus estudantes, de como teorias de ensino e aprendizagem influenciam as abordagens pedagógicas, e de como as políticas educacionais sustentam seu trabalho.

Os professores precisam, ainda, desenvolver um repertório teórico e prático para compreender como os estudantes aprendem de maneira geral e como constroem os saberes disciplinares. Isso demanda recursos para planejar e implementar aulas efetivas e engajadoras, avaliar as aprendizagens dos estudantes de maneira efetiva, e saber como estabelecer vínculos com seus estudantes, entre outros saberes desafiadores e específicos da docência (Born, 2019; Darling-Hammond et al., 2022; Darling-Hammond; Bransford, 2005; Imbernón, 2011; McDonald; Kazemi; Kavanagh, 2013).

A licenciatura, portanto, é responsável por desenvolver conhecimentos especializados para ensinar e não pode ser tratada como um mecanismo de certificação de aprendizagens já adquiridas no ensino médio. Nesse sentido, o

desempenho prévio é um indício, entre outros, das bases acadêmicas com que o estudante chega a essa etapa de formação.. A construção de conhecimentos especializados depende de fundamentos que precisam estar disponíveis ou ser desenvolvidos com apoio ao longo da graduação.

Em matemática, por exemplo, o aprofundamento do conhecimento necessário ao ensino pressupõe o domínio de conceitos básicos e de formas de raciocínio que sustentam a compreensão de relações mais complexas. Em diferentes licenciaturas, a leitura de textos extensos, a comparação de argumentos e a apropriação de conhecimentos teóricos exigem competências que se constroem ao longo da escolarização. Quando essas bases estão fragilizadas, os cursos precisam organizar condições para seu desenvolvimento. Se essa necessidade não for reconhecida, os estudantes podem enfrentar dificuldades de participação nas atividades acadêmicas, e o aprofundamento dos saberes profissionais pode ser comprometido. Essa é uma proposição teórica que orienta o estudo, não um efeito quantificado pelos trabalhos de atratividade aqui revisados.

A defesa de ampliar a atração de estudantes com aprendizagens mais consolidadas decorre, portanto, de entender que a formação docente é especializada e exigente. Essa defesa precisa ser articulada à responsabilidade das instituições em oferecer formação de qualidade e apoio para superar lacunas. Não se trata de presumir incapacidade daqueles que chegam com menor desempenho, mas de compreender suas condições de entrada e o que os cursos precisam assegurar para que desenvolvam os conhecimentos requeridos. Políticas de atração, acesso e permanência podem combinar a ampliação do interesse pela profissão com oportunidades de preparação e acompanhamento acadêmico.

1.3 Implicações para o entendimento da atratividade no contexto brasileiro

Com base nos achados das pesquisas sobre a atratividade de jovens para cursos de licenciatura, o marco teórico desta investigação considera que o interesse por esses cursos resulta da interação entre condições profissionais, representações sociais e possibilidades concretas de acesso à formação. Remuneração, progressão, condições de trabalho e reconhecimento contribuem para as expectativas sobre o exercício da docência. Essas expectativas se combinam com a percepção de capacidade para ensinar, com o interesse pelo trabalho e com as influências de familiares, professores e outros grupos. A informação disponível sobre a carreira participa dessa relação, podendo aproximar ou afastar as percepções dos jovens das condições efetivamente oferecidas.

A oferta de professores bem formados nas salas de aula depende de um processo complexo, que tem seu início na atratividade dos professores. Como apresentado na Introdução, existe um funil que resulta em menor número de formados e em número ainda menor de pessoas que chegam às salas de aula. Assim, a atratividade pode modificar tanto a quantidade de pessoas interessadas, quanto a composição do grupo que procura a formação docente. Uma carreira mais desejável pode mobilizar jovens que antes preferiam outras alternativas, inclusive estudantes com repertórios acadêmicos mais consolidados. Essa ampliação da procura pode criar condições para selecionar candidatos segundo critérios pertinentes à formação, desde que haja vagas, políticas de acesso e apoio à permanência. A elevação de exigências em um contexto de baixa procura pode produzir o efeito inverso, restringindo o ingresso sem modificar o interesse pela profissão.

Logo, a seletividade assume dois lugares na teoria da mudança (a explicação de como e por que se espera que determinadas condições produzam um resultado). Pode funcionar como um sinal de status, ao expressar elevada demanda por uma formação reconhecidamente especializada, e também pode operar como regra institucional que define quem consegue ingressar. Esses lugares precisam ser distinguidos empiricamente. A relação candidato por vaga e as notas de ingresso também dependem da oferta de lugares, dos mecanismos de seleção, da localização, dos custos e do prestígio da instituição. São indicadores informativos sobre a procura e o acesso, mas não medidas puras do status social da docência.

O perfil de desempenho no Enem ocupa outra posição nesse marco. Tratamos esse resultado como uma proxy (medida indireta de algo que não se observa diretamente) das aprendizagens acadêmicas disponíveis ao ingresso e, de maneira indireta, de uma parte das condições para acompanhar a formação inicial. A interpretação é delimitada aos conhecimentos e às habilidades abrangidos pelo exame. Ela não inclui todas as disposições relevantes para ensinar, não mede conhecimentos pedagógicos profissionais e não determina o que o estudante poderá aprender na graduação. Também requer atenção à participação no exame e à cobertura da vinculação entre os dados, para evitar que o perfil observado seja apresentado como retrato de todos os ingressantes quando apenas uma parcela pode ser identificada.

A hipótese é que bases acadêmicas mais consolidadas favoreçam a apropriação de conhecimentos especializados, quando articuladas a uma licenciatura de qualidade. O vínculo entre esse processo e a aprendizagem dos futuros alunos depende de etapas posteriores, como a conclusão da graduação, o ingresso na docência, as condições de atuação e o desenvolvimento profissional. Uma análise de procura, ingresso e desempenho permite examinar os primeiros movimentos desse percurso, mas não demonstra diretamente

efeitos sobre a qualidade do ensino ou sobre os resultados dos estudantes da educação básica.

Essa delimitação orienta a leitura dos resultados do presente estudo. Um aumento das matrículas pode indicar maior ingresso sem que tenha aumentado a preferência pela profissão, caso decorra de expansão da oferta ou de mudanças nas condições de acesso. Uma elevação das notas pode refletir mudanças na composição dos estudantes ou nas regras de seleção, sem comprovar uma mudança de prestígio. De modo semelhante, a redução da nota de corte pode decorrer de maior oferta de vagas ou de alterações no processo seletivo. Nesse sentido, é preciso um exame conjunto dos indicadores e do contexto para identificar quais interpretações encontram apoio nos dados.

Partindo desse marco, o estudo procura compreender quem se aproxima das licenciaturas, como se modifica a composição desse grupo e quais condições de acesso ajudam a explicar os movimentos observados. O interesse pelo desempenho acadêmico deriva da responsabilidade de assegurar que os futuros professores tenham condições de desenvolver uma formação exigente. A interpretação dos resultados deste estudo deve manter essa responsabilidade articulada à equidade, reconhecendo as oportunidades desiguais de aprendizagem e a centralidade das instituições formadoras na preparação para o ensino.

A literatura revisada indica que a atratividade da docência depende de motivações pessoais, remuneração, condições de trabalho e prestígio, e que o desinteresse pela carreira é mais pronunciado entre estudantes de maior desempenho acadêmico. Este estudo acrescenta a esse debate um retrato recente do caso brasileiro: descreve quem ingressou nas licenciaturas entre 2018 e 2024, compara esse perfil com o de outros cursos e observa como esses padrões se relacionam com a remuneração docente nos estados. Motivações, expectativas e reconhecimento social não são medidos diretamente nas bases utilizadas e servem como chaves de interpretação dos padrões encontrados. O estudo também não avalia o que os cursos acrescentam à preparação dos estudantes nem sua posterior atuação como professores

CAPÍTULO 2

Abordagem metodológica

Neste estudo, buscamos aprofundar o entendimento sobre o processo de atratividade da carreira docente, mediante a análise do perfil dos ingressantes nos cursos de licenciatura, comparando-os com colegas de uma mesma coorte de ingressantes em outras áreas de formação, em um intervalo de sete anos consecutivos. Dialogamos particularmente com a literatura sobre o apagão docente e os estudos de atratividade, a fim de produzir informações que possam subsidiar a reflexão sobre políticas públicas que ampliem a atratividade docente. De maneira mais específica, o estudo investiga as condições de ingresso na formação inicial docente no Brasil, articulando a evolução da oferta, a composição dos ingressantes e as diferenças territoriais de remuneração.

Para responder às três perguntas apresentadas na introdução, adotamos uma estratégia quantitativa descritiva voltada a dimensionar mudanças e diferenças entre segmentos da formação. A descrição permite identificar tendências, caracterizar grupos e localizar a distribuição dos fenômenos de interesse (Loeb et al., 2017). Neste estudo, essa contribuição se concretiza na comparação entre a expansão de vagas e o ingresso, na distinção entre o perfil acadêmico dentro dos cursos e os destinos dos estudantes de cada faixa de desempenho e na caracterização territorial da remuneração. O objetivo é produzir um diagnóstico das condições de ingresso e examinar associações relevantes à luz da literatura, sem estimar efeitos causais sobre decisões individuais.

O estudo tem três exercícios, um para cada pergunta. O primeiro descreve a oferta, o ingresso e o perfil dos estudantes com o Censo da Educação Superior de 2018 a 2024. O segundo associa os registros do Censo aos resultados do Enem realizado no ano anterior ao ingresso. O terceiro usa a Pnad-c de 2012 a 2025 para descrever a remuneração docente e relacioná-la ao ingresso de 2024 nas Unidades da Federação.

O período de 2018 a 2024 atravessa a pandemia de Covid-19 e a expansão da educação a distância. Por isso, as séries devem ser lidas considerando ao menos três momentos: o pré-pandêmico, os anos críticos e a recomposição posterior, sem tratar cada inflexão como manifestação linear de desinteresse.

A coleta de dados ocorreu por acesso ao Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap) do Inep (Projeto nº 00030/032026). Na sequência deste

capítulo, detalhamos como foram construídas as bases e as análises em cada um dos exercícios.

2.1 Oferta de Ensino Superior

A análise da oferta foi construída utilizado-se microdados públicos de cadastro de cursos do Censo da Educação Superior,nas edições de 2018 a 2024. Para cada curso, foram consideradas informações sobre número de ingressantes, inscritos, matrículas, concluintes, vagas totais e vagas novas. A base também contém informações sobre a Unidade da Federação, modalidade de ensino, categoria administrativa da instituição e classificação dos cursos segundo a Classificação Internacional Normalizada de Educação, (Cine-Brasil).

As bases anuais foram inicialmente compatibilizadas, de modo que as variáveis tivessem a mesma definição em todos os anos e posteriormente empilhadas em um único banco de dados. Os indicadores foram então agregados por ano, Unidade da Federação, categoria administrativa e modalidade de ensino, o que permitiu analisar separadamente cursos presenciais e a distância e diferentes tipos de instituições.

A modalidade de ensino foi classificada em presencial e educação a distância (EaD). Em relação à categoria administrativa, as instituições foram agrupadas em públicas, privadas com fins lucrativos, privadas sem fins lucrativos e especiais. Além dos resultados para o conjunto da educação superior, foram construídos recortes específicos para os cursos de licenciatura, além de Direito e Medicina. As licenciaturas foram identificadas segundo o grau acadêmico informado no Censo Superior, enquanto Direito e Medicina foram identificados por seus respectivos códigos na classificação Cine. Direito e Medicina são grupos de comparação, e não de controle: oferecem contrastes de perfil e condições de acesso, mas diferem em regulação, custos, duração e composição da oferta. Funcionam como referências ilustrativas de sistemas de oferta e ingresso distintos, e não como evidência isolada de diferencial de prestígio.

Os mesmos indicadores de oferta foram calculados para esses grupos. Assim, foi possível analisar, por exemplo, se o número de vagas em licenciaturas se expandiu no mesmo ritmo observado no conjunto do ensino superior, se esse crescimento esteve concentrado em determinadas modalidades e categorias administrativas e como esse movimento se compara ao observado em cursos como Direito e Medicina.

Também foram produzidos resultados no nível específico do curso Cine. Nessa etapa, as quantidades de ingressantes, inscritos, matrículas, concluintes e vagas foram agregadas para cada curso, preservando os recortes por ano,

Unidade da Federação, categoria administrativa e modalidade de ensino. Os ingressantes também foram caracterizados por idade, sexo e raça/cor.

Neste estudo, a relação de vagas por ingressante é uma medida de disponibilidade relativa de vagas. Ela não equivale à taxa de ocupação: vagas novas, remanescentes e de programas especiais são categorias distintas, e a diferença entre vagas e ingressantes não corresponde, necessariamente, a vagas ociosas em sentido estrito. Todavia, elas representam um indicador da oferta e demanda por vagas no território, e são utilizadas como alternativa para explorar a atratividade dos cursos.

2.2 Acesso ao Ensino Superior e desempenho no Enem

A segunda etapa caracterizou os estudantes que efetivamente ingressam no ensino superior em termos de seu desempenho prévio no Enem. Para isso, os registros individuais do Censo da Educação Superior foram associados aos microdados do exame. As bases utilizadas nessa etapa foram acessadas e trabalhadas em ambiente seguro disponibilizado pelo Inep.

A lógica temporal do cruzamento considera o exame realizado no ano imediatamente anterior ao ingresso no Ensino Superior. Assim, um estudante que ingressou no ensino superior em 2018 está associado à edição de 2017 do Enem; o ingressante de 2019 é associado ao Enem de 2018; e assim sucessivamente. Essa estratégia utiliza uma medida de desempenho observada anteriormente ao ingresso no ensino superior.

Apenas os participantes do Enem com informação válida nas cinco notas utilizadas no exercício foram considerados. A medida sintética de desempenho corresponde à média simples das notas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, Matemática e Redação. O pareamento com o Censo Superior foi realizado por meio do CPF mascarado disponível nas duas bases, de modo que registros sem essa informação não puderam ser incluídos no cruzamento.

Com base na nota média, os participantes de cada edição do exame foram ordenados e classificados em quintis de desempenho. É importante destacar que esses quintis foram definidos segundo a distribuição de notas de todos os participantes com CPF mascarado único e notas válidas nas cinco provas em cada edição, e não apenas entre aqueles que posteriormente ingressam no ensino superior. Assim, o primeiro quintil reúne aproximadamente os 20% de participantes com menores notas médias, enquanto o quinto quintil reúne os 20% com maiores notas médias. Como a população que faz o exame muda ao longo do tempo, estar no quintil superior não representa necessariamente a mesma posição entre coortes.

Essa construção identifica em que ponto da distribuição geral de desempenho do Enem se encontram os estudantes que posteriormente ingressam em diferentes cursos do ensino superior. Desse modo, é possível comparar, por exemplo, a participação de estudantes do primeiro e do quinto quintil entre licenciaturas, Direito, Medicina e outras áreas de formação.

As tabelas construídas por meio do cruzamento entre Enem e Censo Superior permitem promover diferentes níveis de análise. As análises apresentam o perfil geral dos ingressantes identificados no exame, incluindo a distribuição dos estudantes segundo os quintis de desempenho e recortes por curso, modalidade, categoria administrativa e Unidade da Federação, no período de 2018 a 2024. Comparamos tanto a distribuição dos ingressantes em licenciaturas entre quintis quanto a participação das licenciaturas entre os ingressantes de cada quintil. Esses indicadores respondem a perguntas diferentes e são interpretados dentro do universo efetivamente vinculado. As séries comparam coortes de ingresso sucessivas: embora os registros individuais permitam o vínculo entre o Enem e o ingresso no ano seguinte, não acompanhamos a trajetória posterior de cada estudante.

Uma limitação importante dessa etapa é que os resultados não representam necessariamente a totalidade dos ingressantes registrados no Censo da Educação Superior. O universo analisado corresponde apenas aos estudantes para os quais foi possível estabelecer correspondência com o Enem realizado no ano anterior e que possuem informação válida de desempenho. Os resultados devem, portanto, ser interpretados como o perfil dos ingressantes identificados no Enem, e não automaticamente como o perfil de todos os ingressantes do ensino superior. A ausência de vínculo pode decorrer de três situações: o estudante não fez o Enem no ano anterior, fez o exame sem notas válidas nas cinco provas ou não foi localizado pelas chaves disponíveis. Há ainda quem tenha feito o Enem em edições mais antigas, situação plausível entre ingressantes mais velhos, de segunda graduação e da EaD.

2.3 Remuneração docente e ingresso nas licenciaturas

A terceira etapa utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para caracterizar a evolução da remuneração dos professores e sua relação com o rendimento dos demais profissionais. Essa análise é uma tentativa exploratória de investigar as relações entre a remuneração docente e o ingresso nas licenciaturas nas Unidades da Federação.

Foram considerados indicadores anuais para o Brasil e as Unidades da Federação, no período de 2012 a 2025, a partir da Pnad-c do 2º trimestre de cada ano. De forma complementar, utilizam-se os valores anuais do piso salarial

profissional nacional do magistério, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC). Os professores são os ocupados em ocupações docentes na área federal, estadual ou municipal, com ensino superior completo. Os demais profissionais são militares e empregados com ensino superior completo em outras ocupações. O Apêndice C detalha esses grupos, a padronização das horas e o tratamento de valores extremos.

A medida de remuneração corresponde ao rendimento médio mensal padronizado para uma jornada de 40 horas semanais, permitindo comparar os grupos em uma mesma referência de jornada. Os valores monetários foram expressos a preços de dezembro de 2025, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essa correção permite examinar a evolução real dos rendimentos, descontando a variação de preços ao longo do período.

Inicialmente, analisaram-se as trajetórias nacionais do rendimento dos professores, do rendimento dos demais profissionais e do piso do magistério, tanto em valores monetários quanto em variações percentuais reais acumuladas. O piso é apresentado como uma referência nacional de remuneração para uma jornada de 40 horas semanais, distinta do rendimento médio efetivamente observado entre os professores na Pnad-c.

Houve, ainda, comparações entre Unidades da Federação, considerando o nível do rendimento docente e sua variação real entre 2012 e 2025. Além dessas medidas, calculou-se a razão entre o rendimento médio dos professores e o dos demais profissionais. Expressa em percentual, essa razão indica quanto o rendimento docente representa em relação ao rendimento do grupo de comparação: valores inferiores a 100% indicam rendimento médio docente menor, enquanto valores superiores a 100% indicam rendimento maior.

Na sequência, associaram-se os indicadores estaduais de remuneração aos indicadores de ingresso nas licenciaturas em 2024. Essa associação, feita no nível da Unidade da Federação, reuniu os resultados agregados da Pnad-c, do Censo da Educação Superior e do cruzamento entre Censo e Enem. Não se trata, portanto, de um pareamento individual entre os profissionais observados na Pnad-c e os estudantes identificados nas bases educacionais.

Três medidas principais foram examinadas: a participação das licenciaturas no total de ingressantes do ensino superior; a proporção de ingressantes nesses cursos identificados no Enem do ano anterior; e a distribuição de ingressantes de determinados quintis de desempenho nos cursos de licenciatura. Nesse último caso, foram considerados separadamente o primeiro e o quinto quintil. O denominador corresponde aos ingressantes do respectivo quintil, permitindo examinar qual parcela desses estudantes ingressou em licenciaturas.

As comparações utilizam a razão de rendimentos verificada em 2024 e em anos anteriores (2018 a 2023), mantendo fixos os indicadores de ingresso de 2024. Também foram examinadas associações com a variação real do rendimento docente entre 2018 e 2023. Esses recortes permitem analisar como as relações observadas se apresentam quando consideradas medidas contemporâneas, defasadas ou acumuladas de remuneração.

Os resultados estão apresentados em gráficos de dispersão, nos quais cada ponto representa uma Unidade da Federação, com identificação das regiões, retas de tendência linear e coeficientes de correlação de Pearson. Nas comparações do ingresso geral, os dados do Censo abrangem cursos presenciais e a distância, segundo a UF do curso registrado. Já nas análises estaduais que dependem do cruzamento com o Enem, o recorte se restringe aos cursos presenciais, devido à disponibilidade de identificação da UF nessa base. As correlações estaduais mantêm o ingresso de 2024 fixo e alternam os anos de remuneração. Por isso, não são interpretadas como um modelo de resposta do ingresso a mudanças salariais ou como evidência sobre a defasagem em que esse efeito ocorreria. Vale ressaltar que não é possível estabelecer relação entre os cursos a distância e as UFs.

Essa etapa procura, portanto, descrever a evolução e as diferenças territoriais da remuneração docente e examinar se UFs com distintos níveis relativos ou trajetórias de rendimento também apresentam diferenças na participação das licenciaturas no ingresso, inclusive entre estudantes de diferentes faixas de desempenho no Enem.

2.4 Natureza descritiva das análises

As análises apresentadas têm caráter descritivo. Seu objetivo é documentar padrões relacionados a oferta de ensino superior, acesso, perfil de desempenho dos ingressantes e diferenças de composição entre cursos, modalidades e categorias administrativas. As diferenças observadas entre grupos não devem ser interpretadas, por si só, como efeitos causais. Os percentuais de acesso aos diferentes cursos, bem como as diferenças observadas no perfil dos ingressantes, são indicadores de tendências de perfil dos ingressos, não sendo possível inferir as causas dessas preferências a partir do que elas expressam.

Da mesma forma, diferenças observadas entre cursos presenciais e EaD, entre instituições públicas e privadas ou entre diferentes áreas de formação podem refletir características prévias dos próprios estudantes, processos distintos de seleção e ingresso, condições socioeconômicas, localização geográfica, características institucionais e outros fatores que não são isolados nesse exercício.

Nesse sentido, os resultados devem ser interpretados como associações e diferenças de composição entre grupos, e não como estimativas do efeito de frequentar determinado curso, modalidade ou tipo de instituição. A identificação de relações causais exigiria uma estratégia empírica específica, capaz de comparar grupos adequadamente semelhantes e de lidar com fatores que influenciam simultaneamente as escolhas educacionais e os resultados observados.

CAPÍTULO 3

Resultados

Neste estudo, analisamos os movimentos de atratividade docente com base em evidências disponíveis nos dados públicos sobre ingresso no ensino superior. O objetivo é compreender em que medida os padrões e tendências observados nos cursos de licenciatura são indicativos de maior ou menor procura por eles, compreender qual o perfil dos estudantes ingressantes, e explorar potenciais fatores explicativos desses movimentos.

Para tanto, é importante distinguir as oportunidades de formação disponíveis, o ingresso efetivo nos cursos e o perfil dos estudantes interessados. Uma ampliação do número de ingressantes pode acompanhar a expansão do ensino superior como um todo, sem representar maior interesse relativo pelas licenciaturas. Da mesma forma, o crescimento agregado pode encobrir retrações em determinados cursos, modalidades ou públicos. Para entender esses movimentos, este capítulo articula três exercícios, partindo da organização da oferta e do ingresso, passando pelo desempenho acadêmico prévio dos licenciandos e chegando às relações com a remuneração docente nos estados.

3.1 Como mudaram a oferta, o ingresso e o perfil dos estudantes das licenciaturas entre 2018 e 2024?

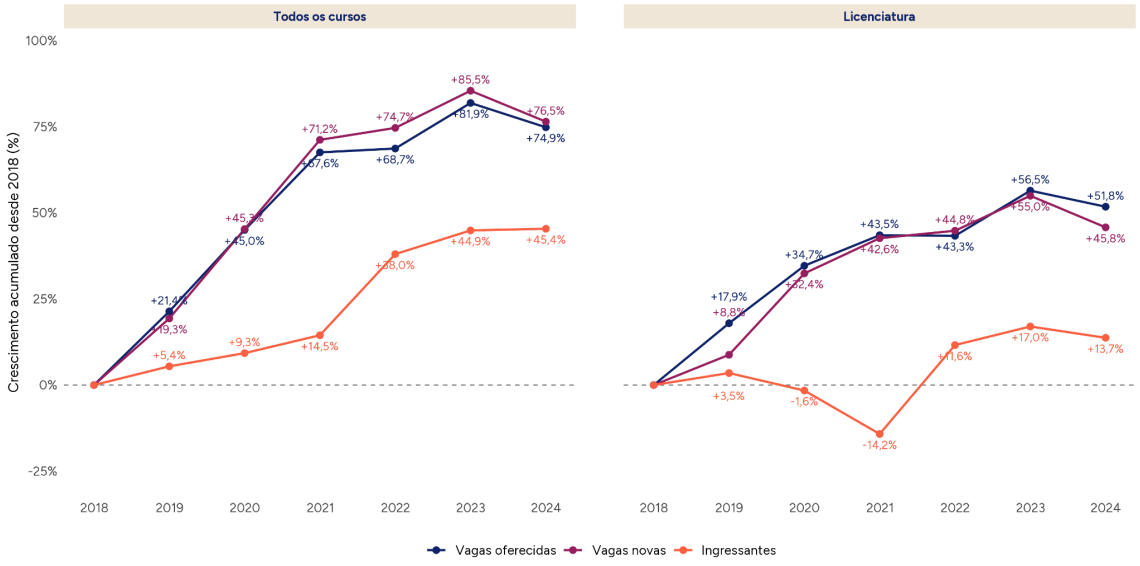
Para responder à primeira pergunta de pesquisa, investigamos a oferta e o volume de ingressantes, realizando análises específicas por cursos, modalidades e categorias administrativas, no recorte temporal de 2018 a 2024. A comparação com o movimento geral de oferta e ingresso dos cursos se justifica pois os movimentos observados nas licenciaturas poderiam apenas refletir tendências gerais do ensino superior, sem contribuir, portanto, para o argumento de que existe uma fuga deliberada de estudantes na área.

O primeiro exercício elaborado nesse sentido compara a tendência de crescimento na oferta de vagas e no número de ingressantes. Para isso, analisamos o crescimento acumulado de vagas oferecidas e vagas novas, bem como o de ingressantes, desde o ano de 2018. As vagas oferecidas diferem das vagas novas pois contabilizam também a disponibilização de vagas remanescentes em cursos já em andamento. No painel à esquerda do Gráfico 1, apresenta as tendências gerais no ensino superior brasileiro. No período analisado houve um aumento substancial, com crescimento acumulado de 74,9% de vagas novas, saindo de 13,5 para 23,7 milhões. O número de ingressantes no

período também cresceu de maneira contínua, com tendência de aumento mais modesta entre os anos de 2018 e 2021 e mais intensa até 2024, registrando aumento acumulado no período de 45,4% no número total de ingressantes. Assim, observa-se que o movimento geral no ensino superior brasileiro foi de crescimento, tanto na oferta de vagas quanto na entrada de novos estudantes.

O painel à direita apresenta o mesmo exercício aplicado apenas aos cursos de formação inicial docente. Ainda que a tendência de crescimento seja observada para as licenciaturas, é possível identificar um aumento mais tímido do que a tendência geral: 51,8%, contra 74,9% para o conjunto dos cursos. O crescimento do número de ingressantes, por sua vez, foi proporcionalmente muito mais modesto, acumulando um aumento de 13,7% no período, contra 45,4% para o ensino superior em geral. Chama atenção ainda que as licenciaturas foram afetadas em termos de matrículas durante o período da pandemia de Covid-19, com redução do número de ingressantes em relação ao ano-base.

Gráfico 1: Crescimento acumulado de vagas oferecidas, novas vagas e ingressantes - Todos os cursos e Licenciatura, 2018 a 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

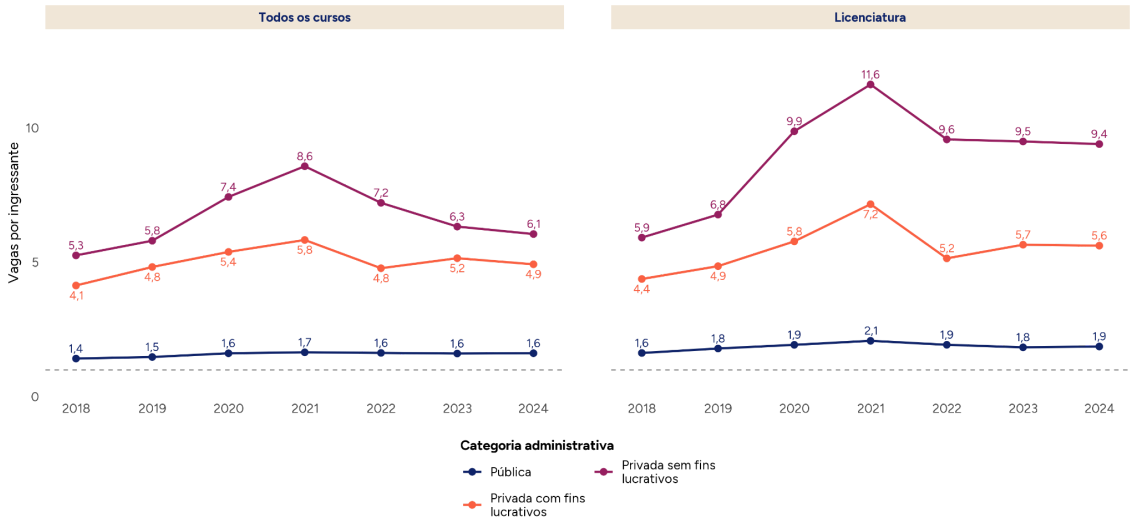
Tanto para o ensino superior como um todo quanto para as licenciaturas, observamos um movimento de ampliação das vagas mais acelerado do que o acesso dos estudantes a elas. Evidentemente, a ampliação da educação à distância proporciona uma diferença mais acentuada entre oferta e matrículas, visto que a quantidade de vagas ofertadas pode crescer com pouca ou nenhuma

carga adicional de recursos para as instituições de ensino superior. O descompasso entre a oferta de vagas e o ingresso de estudantes resulta, evidentemente, em uma elevada disponibilidade de vagas por ingressante, proporcionalmente maior nas licenciaturas do que no ensino superior como um todo. Ao calcular a razão entre vagas ofertadas e ingressantes, vemos que para o conjunto dos estudantes do ensino superior esse valor subiu de 3,9 vagas por ingressante em 2018 para 4,7 em 2024. Nas licenciaturas, o aumento dessa relação é maior, saindo de 4 em 2018 para 5,3 em 2024. Nos Gráficos A1 e A2, nos anexos, são apresentadas as relações de vagas oferecidas e de novas vagas por ingressante ao longo do período.

Essa relação não é distribuída igualmente entre as diferentes categorias administrativas, e também apresenta diferenças entre as licenciaturas e o ensino superior como um todo. O Gráfico 2 permite observar que há um crescimento da relação de vagas por ingressantes ao longo do período analisado em todas as categorias administrativas, mas ele é mais acentuado nas universidades privadas, especialmente as privadas sem fins lucrativos. Enquanto essas instituições apresentam uma razão de 6,1 vagas para cada ingressante em 2024, nas instituições privadas com fins lucrativos a relação é de aproximadamente 5 vagas por ingressante. Esse valor é consideravelmente menor nas instituições públicas, que mantêm relativa estabilidade nessa relação ao longo do período e apresentam em 2024 uma razão de 1,6 vaga para cada ingressante.

Em comparação com o cenário geral dos cursos, a relação de vagas por ingressante nas licenciaturas é maior em todas as categorias administrativas. Nas instituições privadas sem fins lucrativos, a relação nas licenciaturas chegou a 11,6 no ano de 2021 e terminou o ano de 2024 em 9,4, ante 6,1 no total de cursos dessa categoria. Nas privadas com fins lucrativos, a razão entre vagas e ingressantes terminou o período em 5,6, e nas instituições públicas a relação é de cerca de 2 vagas por ingressante.

Gráfico 2: Relação de vagas por ingressante, por categoria administrativa - Todos os cursos e Licenciatura, 2018 a 2024

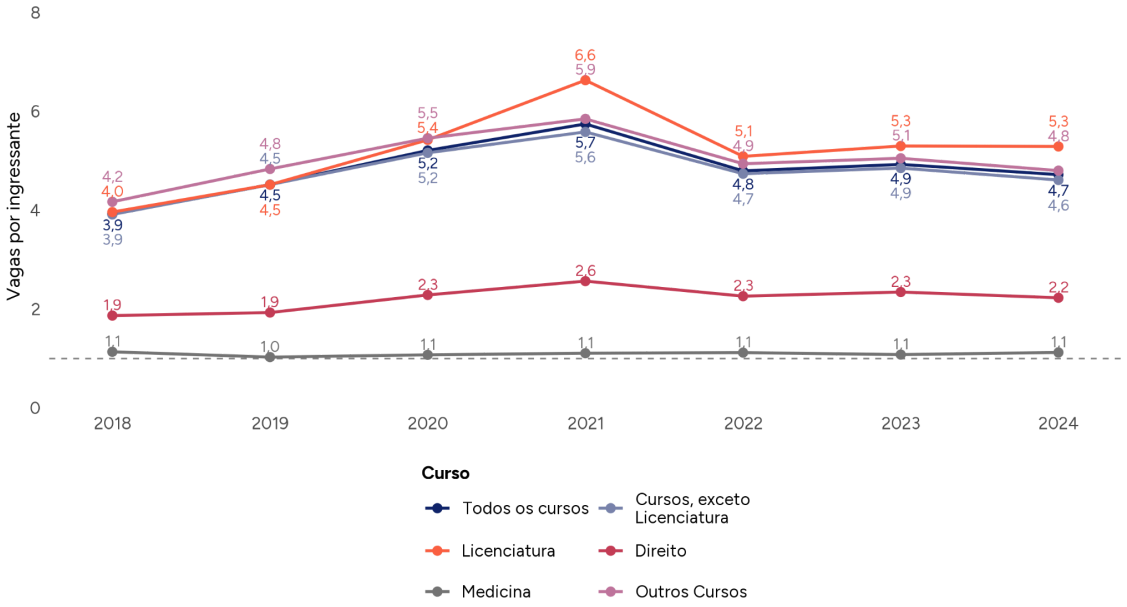


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Embora os números apresentados não permitam inferir as razões da maior relação de vagas por ingressantes nas licenciaturas, eles apontam para um movimento diferenciado quanto às tendências do ensino superior como um todo. Mesmo com um crescimento menor de oferta de vagas comparado ao de outras áreas de formação, as licenciaturas parecem atrair proporcionalmente menos alunos. Partindo do pressuposto de que o status social de determinadas profissões seja maior do que o da licenciatura, além de a procura por determinados cursos também indicar um movimento de interesse dos estudantes, usamos os cursos de Direito e Medicina como referências ilustrativas.

Os dados sistematizados no Gráfico 3 indicam que a relação de vagas por ingressante nos cursos de Medicina e Direito é menor do que a observada nas licenciaturas. Em 2024, a relação foi de 1,1 vaga por ingressante em Medicina e de 2,2 em Direito. A comparação com Direito é particularmente interessante pois trata-se de um curso com oferta mais ampla em instituições privadas, com um número muito elevado de cursos e matrículas, oferta noturna e possibilidade de conciliação entre trabalho e estudo. Nesse sentido, esse curso acaba sendo uma proxy de oferta competitiva pelo mesmo nicho de estudantes que potencialmente poderiam aplicar para licenciaturas.

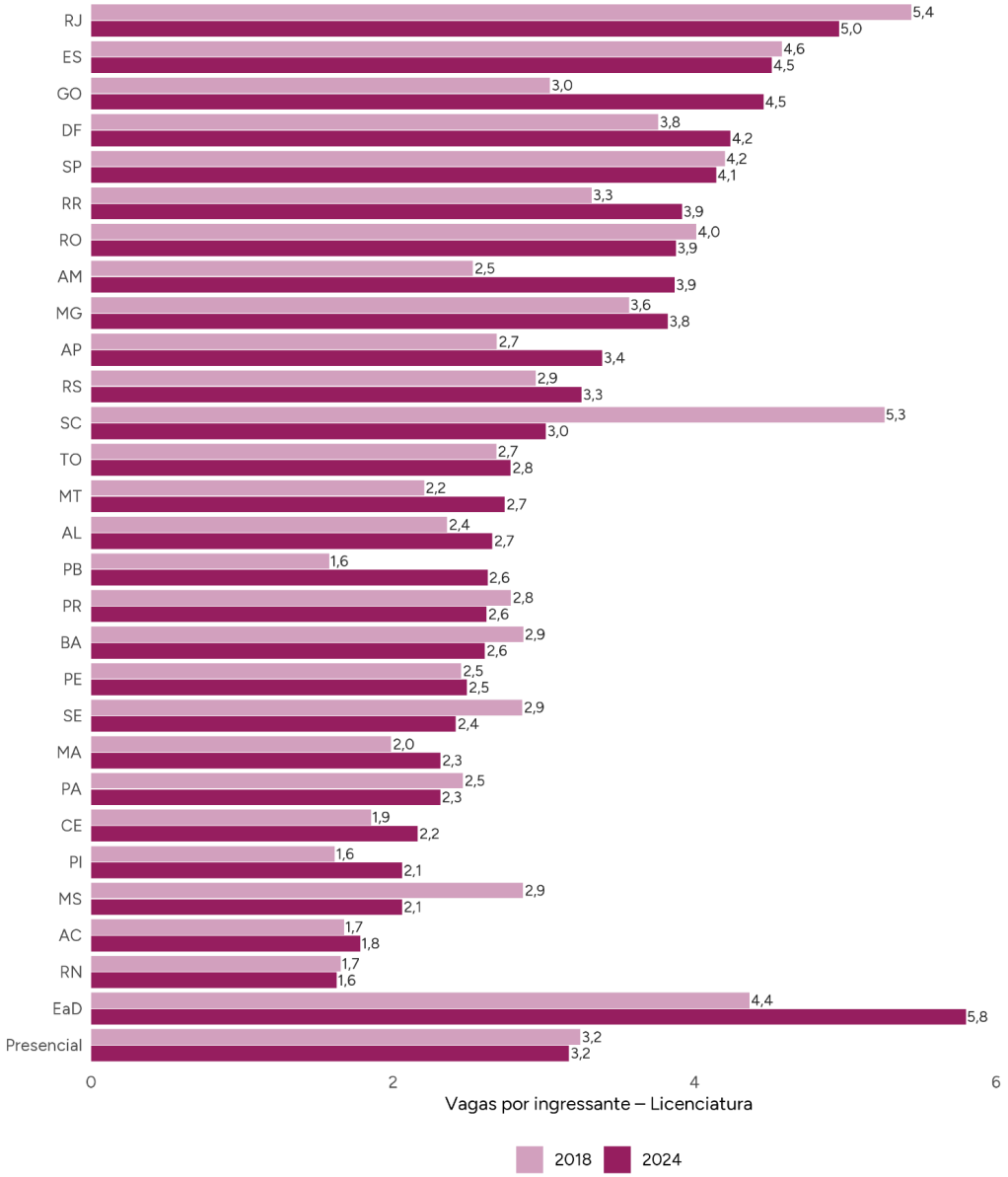
Gráfico 3: Relação de vagas por ingressante - Comparação entre Direito, Medicina, Licenciatura e outros cursos, 2018 a 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria. **Nota:** Outros Cursos incluem os demais cursos exceto Licenciatura, Direito e Medicina

A relação de vagas por ingressantes também não se distribui de maneira homogênea no território nacional. O Gráfico 4 aponta a relação de vagas presenciais por ingressantes para cada Unidade da Federação, bem como a média nacional para o EaD. É possível observar que alguns estados, como por exemplo Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, assistiram no período a uma redução na relação entre vagas oferecidas e ingressantes nas licenciaturas, enquanto outros, como Goiás e Amazonas, tiveram crescimento expressivo dessa relação nas licenciaturas. Em 2024, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás eram os estados com a maior relação de vagas por ingressantes do país. A modalidade de formação à distância, por sua vez, apresentou uma relação maior do que a de qualquer estado da federação.

Gráfico 4: Relação entre vagas e ingressantes nos cursos presenciais, por unidade federativa, e na modalidade EaD, Brasil, 2018 e 2024



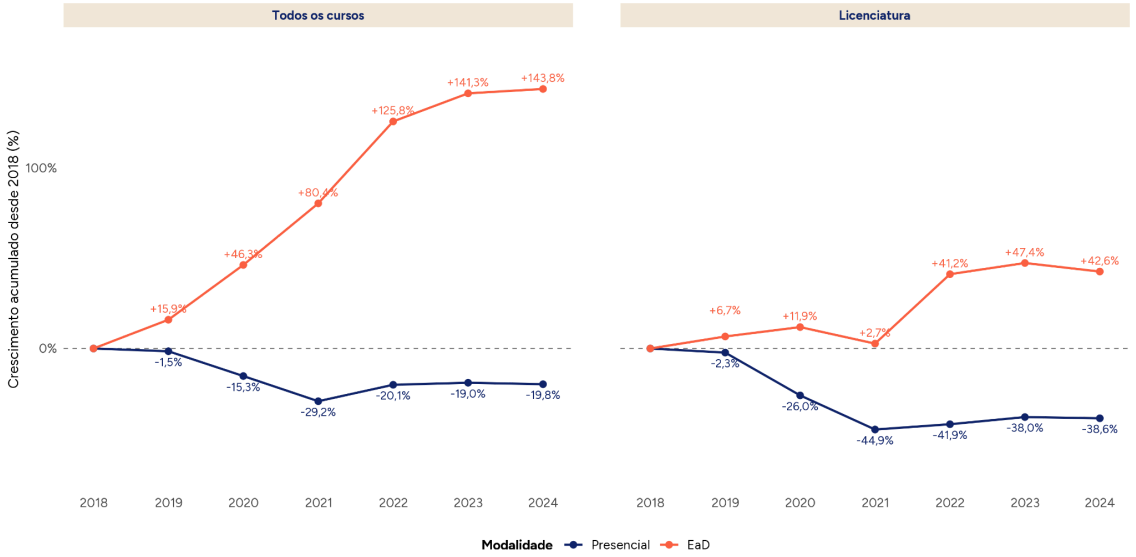
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

As mudanças observadas nos padrões de ingresso de estudantes tanto em licenciaturas quanto em outras carreiras não ocorreram de maneira equivalente nas diferentes modalidades de ensino. O Gráfico 5 apresenta os padrões de crescimento acumulado de ingressantes no ensino superior como um todo e nas

licenciaturas, respectivamente. O crescimento de ingressantes na modalidade EaD é positivo em ambos os cenários analíticos. Considerando todas as graduações, houve um aumento de 143,8% no número de ingressantes em cursos à distância, e uma queda de 19,8% dos ingressantes em cursos presenciais. Nos cursos de licenciatura, os ingressantes em EaD seguiram o mesmo movimento ascendente do restante das carreiras, com aumento de 42,6% de ingressantes em cursos de formação inicial nessa modalidade. Já os ingressos em cursos presenciais apresentam percentual de queda muito mais intenso comparado ao dos demais cursos, acumulando 38,6% no período, praticamente o dobro do observado no conjunto dos cursos.

Cabe destacar que o ritmo de crescimento de ingressantes na modalidade EaD já era acelerado para os cursos de licenciatura antes do recorte analítico utilizado neste estudo. Em 2015 as matrículas nessa modalidade já haviam ultrapassado aquelas na modalidade presencial, e em 2020 já respondiam por 70% do total de matrículas em formação inicial docente. Vemos, portanto, uma forte tendência de concentração das matrículas de futuros professores em cursos na modalidade à distância. Esse cenário deve sofrer alterações nos próximos anos, tendo em vista a proibição de cursos na modalidade 100% à distância para formação docente (Brasil, 2025).

Gráfico 5: Crescimento acumulado de ingressantes, por modalidade de ensino - Todos os cursos e Licenciatura, 2018 a 2024

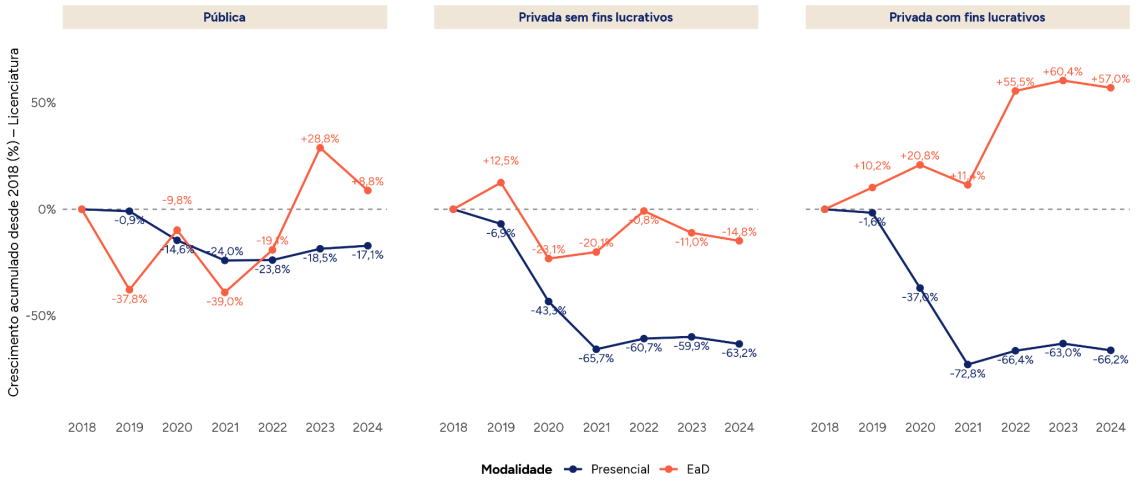


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

No contexto das licenciaturas, é importante considerar que o crescimento da educação à distância e a redução dos ingressantes na modalidade presencial não afetaram de maneira equivalente as instituições de diferentes categorias administrativas. No Gráfico 6 é possível observar que o número de ingressantes na modalidade presencial cai em todas as categorias, mas de maneira muito mais acentuada nas instituições privadas. Nas instituições públicas, a queda acumulada no período foi de 17,1%, nas privadas sem fins lucrativos foi de 63,2%, enquanto nas privadas com fins lucrativos a queda atingiu 66,2%. Proporcionalmente, as universidades públicas já concentravam, em 2018, a maior parte dos ingressantes na modalidade presencial (54% do total de ingressantes). Esse percentual subiu para 73% no ano de 2024 na comparação com as universidades privadas.

Com relação aos ingressos na educação à distância, as instituições privadas com fins lucrativos acumularam aumento de 57% no período analisado. Em 2018, elas respondiam por 77% do total de ingressantes na modalidade, número que subiu para 85% em 2024. Os ingressos em cursos à distância de instituições públicas cresceram 8,8% no período, enquanto o número de ingressos nessa modalidade em instituições privadas sem fins lucrativos assistiu a uma queda de 14,8%.

Gráfico 6: Crescimento acumulado de ingressantes, por modalidade de ensino e categoria administrativa - Licenciatura, 2018 a 2024



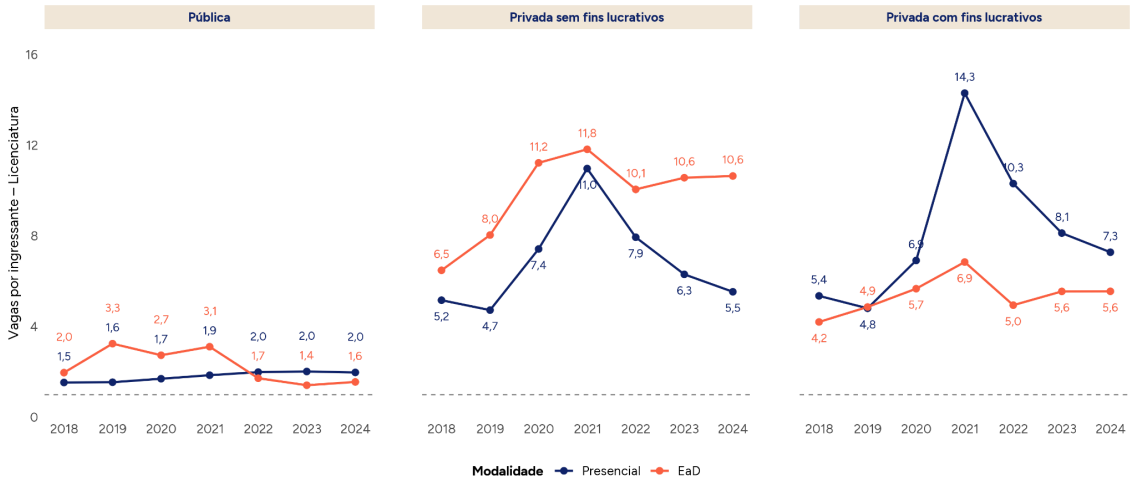
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Quando analisamos a relação de vagas por ingressante (Gráfico 7), também observamos uma diferença substancial entre modalidades de ensino nas

diferentes categorias administrativas. As instituições públicas apresentam menor razão entre vagas e ingressantes, sendo ligeiramente mais alta para vagas presenciais do que à distância (duas vagas por ingressante contra 1,6, respectivamente). Esses valores se mantiveram estáveis ao longo do período analisado, com uma pequena variação na modalidade à distância no período da pandemia. Já as instituições privadas sem fins lucrativos apresentam uma relação bem maior e atingem, em 2024, 10,6 vagas por ingressante na modalidade à distância e 5,5 na presencial. O mesmo acontece nas instituições privadas com fins lucrativos, mas com razão mais elevada para cursos presenciais: 7,3 vagas por ingressante nessa modalidade, contra 5,6 na modalidade EaD.

Chama a atenção a alta relação de vagas por ingressantes na modalidade presencial em universidades privadas nesse período, sobretudo pela substancial redução da oferta de vagas novas. Em 2024, as instituições privadas sem fins lucrativos ofereceram 51,9% menos vagas do que em 2018, e ainda assim registraram 5,5 vagas por ingressante. As instituições privadas com fins lucrativos, por sua vez, tiveram uma redução acumulada de 48,4% na oferta de novas vagas de licenciaturas presenciais, e mantiveram 7,3 vagas por ingressante.

Gráfico 7: Vagas por ingressante, por modalidade de ensino e categoria administrativa - Licenciatura, 2018 a 2024



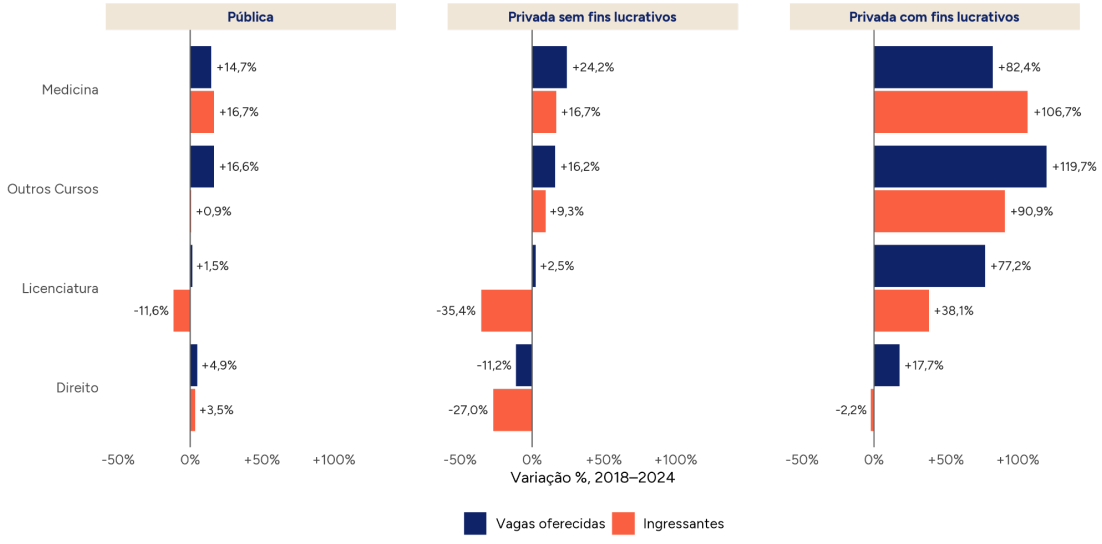
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Uma vez que os cursos presenciais de instituições públicas tiveram aumento na relação de vagas por ingressante (de 1,5 para 2,0) e que os cursos presenciais de instituições privadas seguem com mais vagas do que ingressantes, os dados sugerem menor procura por cursos de formação inicial

docente na modalidade presencial, embora parte dos estudantes possa ter migrado para o ensino EaD. A título de comparação, o Gráfico 8 mostra que, para o curso de Direito, houve crescimento de 4,9% em vagas oferecidas nas instituições públicas e 17,7% nas privadas com fins lucrativos, e a relação do curso como um todo foi de 2,2 vagas por ingressante em 2024.

Quando comparamos a oferta total de vagas, o contraste com Medicina ilustra como a expansão da oferta pode ser acompanhada de movimentos de ingressos muito diferentes. Nas instituições privadas com fins lucrativos, as vagas cresceram em ritmo parecido entre 2018 e 2024: 82,4% em Medicina e 77,2% nas licenciaturas. Em Medicina, contudo, o número de ingressantes cresceu ainda mais que o de vagas (106,7%). Nas licenciaturas, os ingressantes cresceram 38,1%, pouco mais de um terço disso. A comparação é ilustrativa: a expansão de Medicina é condicionada por regulação, custos, financiamento e expectativas de retorno diferentes dos que operam nas licenciaturas. Todavia, esses dados apontam que, no início da trajetória para ingresso na profissão docente, já existe uma tendência de redução na procura, algo que reforça as preocupações com a escassez futura de profissionais.

Gráfico 8: Variação percentual de vagas oferecidas e ingressantes entre 2018 e 2024, por categoria administrativa e curso



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

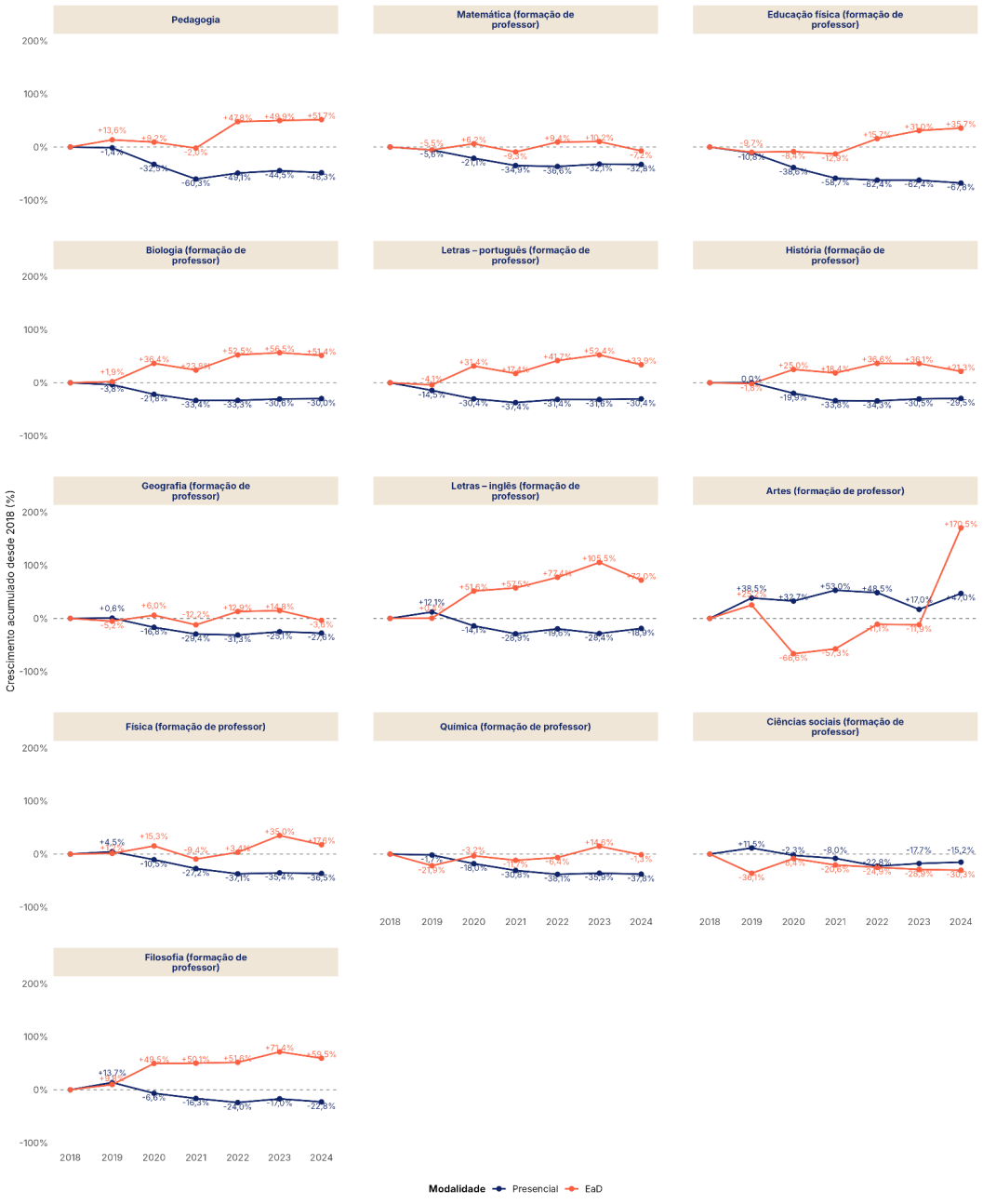
Embora seja importante pensar a formação de professores de maneira integrada, cabe lembrar que se trata de múltiplos cursos. Assim, olhar para cursos específicos de licenciatura ajuda a compreender se entre eles há diferenças expressivas ou não. A análise do Gráfico 9 revela a tendência de ingressantes nos

diferentes cursos e modalidades no intervalo de 2018 a 2024. Embora a tendência geral das licenciaturas seja observada em todos os cursos, com aumento de novas matrículas na modalidade EaD e redução na modalidade presencial, a magnitude do crescimento não é igual em todos os cursos, além de algumas carreiras apresentarem queda de matrículas em ambas as modalidades. O curso de Educação Física registrou neste período a maior queda proporcional de ingressantes na modalidade presencial, com redução de 67,8%, acompanhada de um crescimento expressivo no número de ingressantes na educação à distância, com 35% de aumento.

Os cursos de Geografia, Matemática, Química e Ciências Sociais registraram queda no número de ingressantes em ambas as modalidades. Com exceção do curso de Ciências Sociais, os demais tiveram maiores quedas na modalidade presencial comparados ao EaD. Esse dado é particularmente preocupante em face do cenário de escassez docente, sobretudo para professores dessas áreas do conhecimento (Bof; Zalaf Caseiro; Cavalcanti Mundim, 2023). A formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais também assistiu a uma queda muito significativa dos ingressantes na modalidade presencial, totalizando 48,3% entre 2018 e 2024, enquanto o número de ingressantes na modalidade à distância, que já concentrava a maioria dos novos estudantes no final da década passada, cresceu 51,7%.

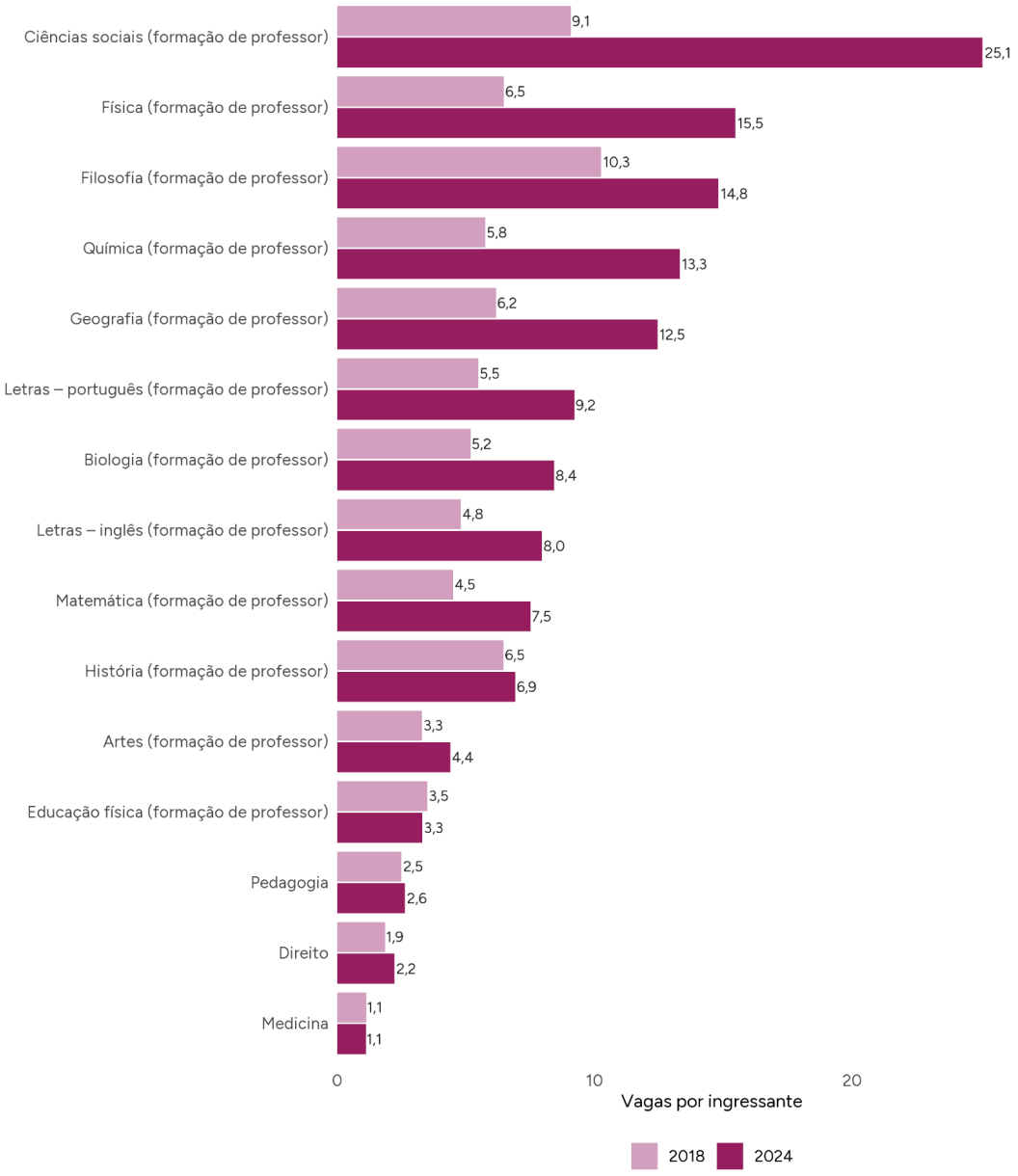
O Gráfico 10, por sua vez, compara a relação de vagas por ingressante nas licenciaturas selecionadas, incluindo uma comparação com os cursos de Direito e Medicina. Essa análise revela, em primeiro lugar, que a relação de vagas por ingressante é muito maior em cursos voltados à formação de especialistas do que à de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. No curso de Pedagogia, por exemplo, a relação era de 2,6 vagas por ingressante em 2024, com um crescimento modesto desde 2018. Nos cursos de Ciências Sociais (que formam os professores de Sociologia), Física, Filosofia, Química e Geografia, a relação fica acima de 12 vagas por ingressante, chegando a 25,1 em Ciências Sociais. Entre os cursos de formação de professores especialistas, apenas Educação Física apresenta uma relação de vagas por ingressante mais baixa (3,3). No entanto, é importante notar que esse curso tem um mercado de trabalho mais ampliado do que apenas as escolas de educação básica, visto que seus egressos podem trabalhar no atendimento esportivo mais amplo. A análise individual dos cursos, portanto, mostra que a relação de vagas por ingressante é maior em todos os cursos de formação docente quando comparados aos cursos de Direito e Medicina.

Gráfico 9: Crescimento acumulado de ingressantes por modalidade de ensino e curso voltado à docência, 2018 a 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Gráfico 10: Relação de vagas por ingressante, por curso - 2018 e 2024

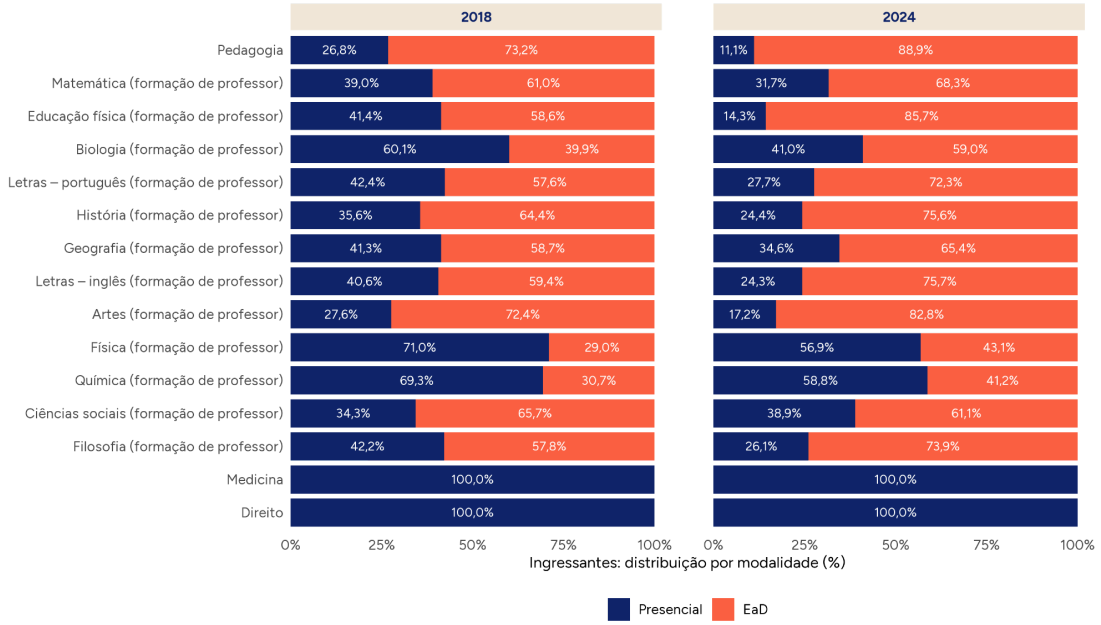


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

A distribuição dos ingressantes nas modalidades também se transformou ao longo do período analisado, com o EaD ampliando a matrícula de ingressantes em todos os cursos de licenciatura, exceto Ciências Sociais. Embora a presença da modalidade já fosse bastante forte em praticamente todos os cursos no ano de 2018, é possível observar no Gráfico 11 que apenas em dois cursos, Física e Química, mais da metade dos estudantes ingressaram na modalidade presencial

em 2024. Por outro lado, a formação de pedagogos e educadores físicos se dá quase integralmente na modalidade à distância: em 2024, 88,9% das futuras professoras de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e 85,7% dos professores de educação física ingressaram em EaD. Vale ressaltar que o curso de Direito apresenta uma parcela ínfima de matrículas na modalidade de Educação a Distância (EaD). Esse cenário deve ser analisado à luz das restrições regulatórias existentes, reforçadas pelo Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que estabeleceu a obrigatoriedade da oferta presencial para os cursos de graduação em Direito e Medicina.

Gráfico 11: Percentual de ingressantes por modalidade e por curso - 2018 e 2024



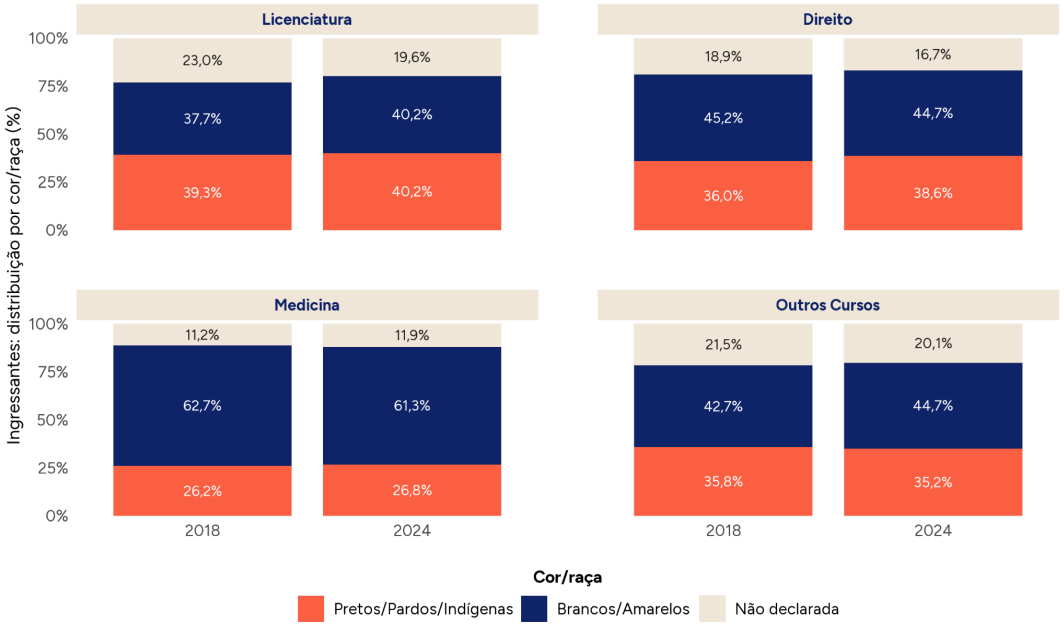
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

É possível observar, com base nas análises apresentadas, uma mudança importante nas tendências de oferta e ingresso nos cursos de licenciatura. O crescimento geral de vagas segue uma tendência diferente da observada em outros cursos, particularmente com relação à oferta na modalidade presencial, que teve uma queda percentual bastante significativa no período analisado. Foi observada também uma ampliação na relação de vagas por ingressante, sobretudo em instituições privadas, a despeito da redução significativa no número de novas vagas. Essa mudança descolada da tendência do mercado do ensino superior, e particularmente diferente de cursos como Direito e Medicina, é compatível com menor procura pelas licenciaturas, e embora os dados não

meçam o interesse pela docência de maneira direta, observa-se mudanças concretas nas tendências de ingresso nessas carreiras. Compreender o perfil dos estudantes que optam por ingressar na carreira também pode acrescentar valor explicativo.

A primeira análise que fizemos quanto à composição demográfica diz respeito à autodeclaração de cor/raça dos estudantes ingressantes. Historicamente, os cursos de licenciatura sempre atraíram estudantes de mais baixa renda e vindos de escola pública no Brasil (Gatti et al., 2019), algo muito correlacionado à composição racial do país em vistas do racismo estrutural e das grandes desigualdades ainda persistentes na sociedade em termos de acesso à educação e renda (Portella; Soares, 2023). É notável, no Gráfico 12, a permanência da composição racial nos cursos de Licenciatura, Direito, Medicina e no ensino superior como um todo no período analisado. As licenciaturas têm maior participação de pessoas pretas, pardas e indígenas do que no curso de Medicina. Em 2024, a proporção de pessoas que se autodeclararam pretas, pardas e indígenas era exatamente a mesma da proporção de pessoas brancas e amarelas, 40,2%. Entre as carreiras analisadas, Medicina possui a maior disparidade racial, com apenas 26,8% dos estudantes pretos, pardos e indígenas.

Gráfico 12: Percentual de Ingressantes nos cursos selecionados por raça/cor, 2018 e 2024

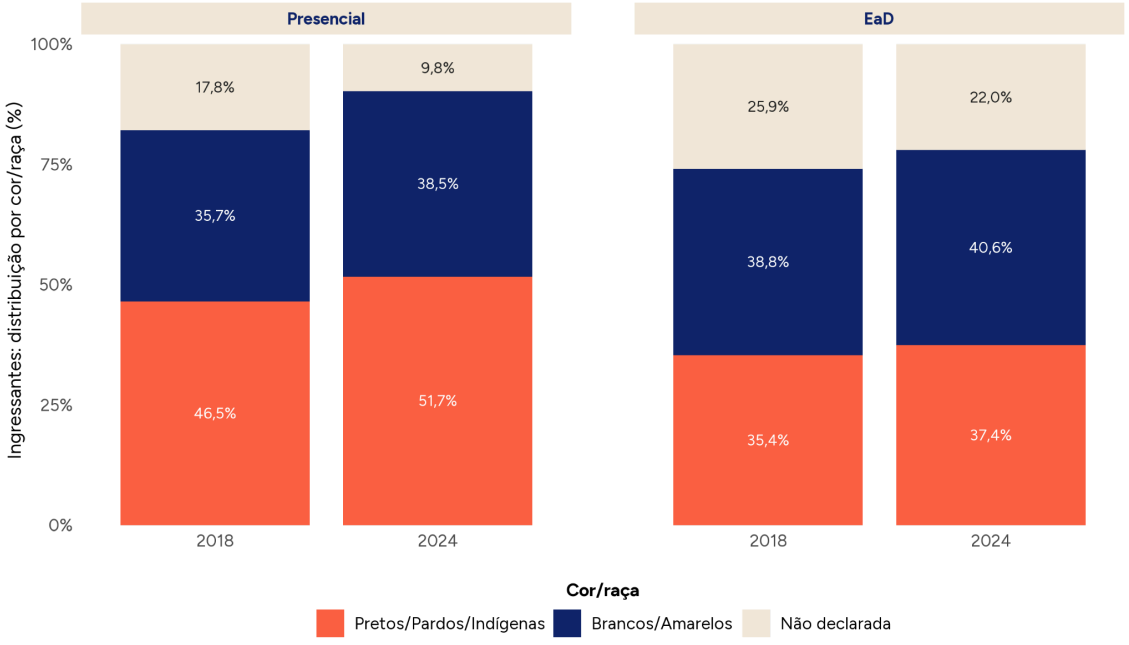


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

É notável, ainda, o fato de a distribuição racial não acontecer da mesma forma nas modalidades presencial e à distância. Como demonstrado no Gráfico 13, nos cursos presenciais é maior a proporção de estudantes pretos, pardos e indígenas do que na modalidade à distância: 51,7% e 37,4%, respectivamente, para o ano de 2024. Embora se observe um pequeno crescimento percentual tanto no grupo de pessoas brancas e amarelas quanto no grupo de pessoas pretas, pardas e indígenas no período analisado, esse movimento parece responder mais a uma elevação na autodeclaração, visto que o número de pessoas com raça/cor não declarada diminuiu no período.

Uma hipótese importante para essa diferença é o peso das instituições públicas na modalidade presencial, onde a política de cotas amplia o acesso desses grupos. Sem o intuito de realizar extrapolações causais, vale notar a importância dos cursos de licenciatura na inclusão das populações historicamente excluídas do ensino superior brasileiro. É particularmente relevante que o acesso aos cursos presenciais, que têm demonstrado melhores medidas de qualidade segundo o Enade, apresentem maior participação de estudantes pretos, pardos e indígenas. A manutenção do acesso ao longo do período também merece ser destacada.

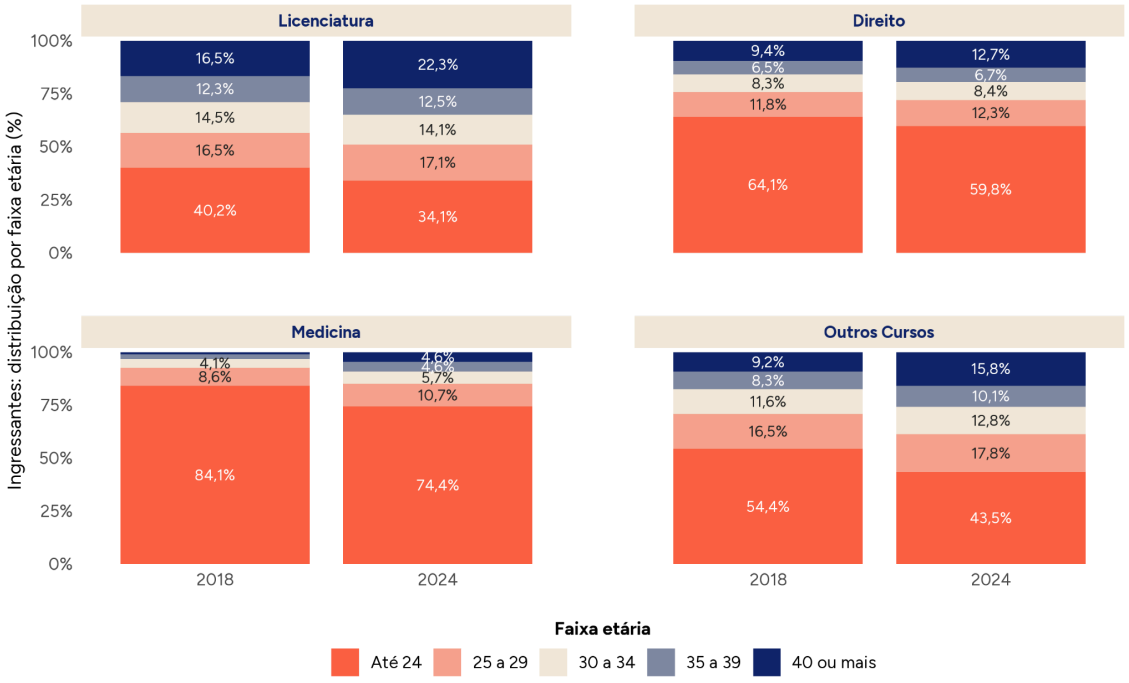
Gráfico 13: Distribuição de ingressantes, por cor/raça e modalidade (Licenciatura, 2018 e 2024)



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Se a composição racial mudou pouco, o mesmo não pode ser dito sobre a composição etária dos ingressantes nas licenciaturas. O Gráfico 14 mostra que entre 2018 e 2024 os ingressantes de licenciatura ficaram mais velhos: a parcela com até 24 anos caiu de 40,2% para 34,1%, e a com 40 anos ou mais subiu de 16,5% para 22,3%. Em 2024, quase metade (48,9%) dos alunos ingressantes tinha 30 anos ou mais, enquanto em Direito e Medicina a maioria segue com até 24 anos. Esses números mostram maior peso de ingressantes mais velhos, mas não indicam, isoladamente, desinteresse dos jovens. Parte desse público pode já atuar na docência e buscar certificação, segunda licenciatura ou mudança de área.

Gráfico 14: Percentual de Ingressantes nos cursos selecionados por faixa etária, 2018 e 2024

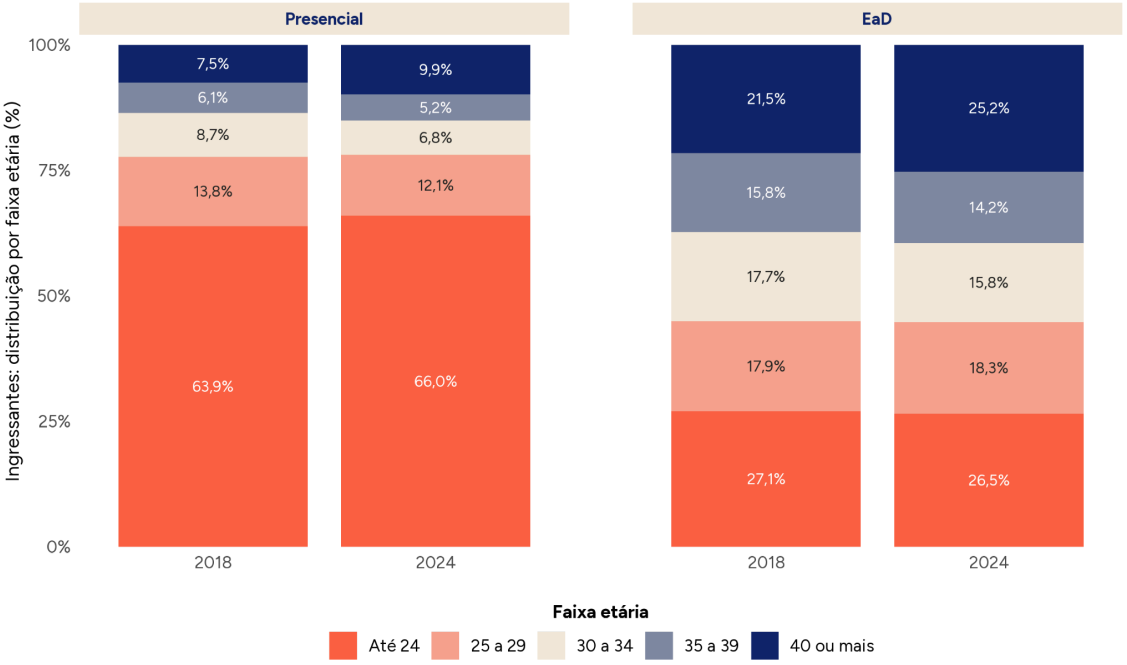


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

A média etária dos estudantes de licenciatura não está distribuída igualmente entre os cursos presenciais e à distância. Nos cursos da modalidade presencial, 66% dos ingressantes em 2024 tinham até 24 anos, média mais próxima do curso de Medicina e superior à do curso de Direito. São os cursos EaD que concentram a maior parte dos alunos mais velhos, com 55,2% dos ingressantes com 30 anos ou mais em 2024 . Essa expressiva diferença não é surpreendente, considerando que a modalidade EaD é buscada principalmente por sua flexibilidade na participação das aulas, ausência de deslocamento para o

espaço de estudo e maior possibilidade de conciliação com trabalho. Do ponto de vista da atratividade geral, contudo, é preciso lembrar que embora proporcionalmente os públicos não tenham se alterado nas duas modalidades, houve uma queda importante no total de ingressantes na modalidade presencial (38,6%). Isso reforça o fato de que menos jovens estão ingressando na formação docente nesta modalidade, e embora não seja possível observar se há uma migração do público para o EaD, conseguimos inferir desta análise que há redução tanto percentual quanto absoluta (considerando a redução de matrículas na modalidade) justamente nos cursos que apresentam melhor desempenho nos indicadores de avaliação do Ensino Superior.

Gráfico 15: Distribuição de ingressantes, por faixa etária e modalidade (Licenciatura, 2018 e 2024)

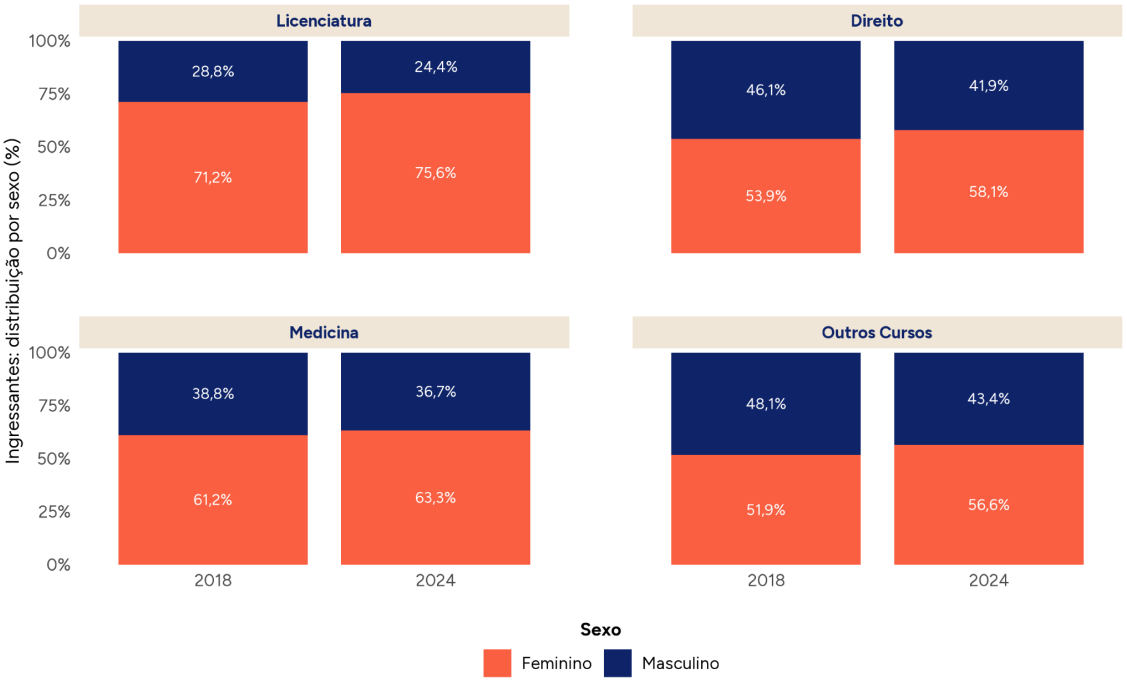


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Por fim, com relação ao sexo dos ingressantes, é possível notar um crescimento de pessoas do sexo feminino no período analisado. O Gráfico 16 revela que a presença das mulheres na licenciatura é maior do que nas outras áreas: elas passaram de 71,2% para 75,6% dos ingressantes. Direito e Medicina também tiveram alta, mas partindo de patamares menores (58,1% e 63,3% em 2024, respectivamente). Esses números refletem uma tendência histórica já bastante documentada da docência como profissão predominantemente feminina (Gatti et al., 2019; Louzano et al., 2010). A alta mais expressiva da participação feminina no período analisado neste estudo, no entanto, parece

estar associada às mudanças na atratividade da carreira: De um lado, houve substantiva diminuição dos ingressos voltados à formação de professores especialistas, que tradicionalmente concentravam mais pessoas do sexo masculino; de outro, expandiram-se os ingressos nos cursos de pedagogia, especialmente na modalidade à distância.

Gráfico 16: Percentual de Ingressantes nos cursos selecionados por sexo, 2018 e 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

O crescimento do ingresso nas licenciaturas entre 2018 e 2024 convive com sinais de enfraquecimento de sua atratividade, particularmente na formação presencial. A persistência de uma elevada disponibilidade de vagas por ingressante, mesmo diante da redução da oferta presencial privada, sugere que a ampliação das oportunidades formais de acesso encontra limites para mobilizar novos estudantes. O contraste com Direito e Medicina reforça a pertinência de interpretar esses movimentos à luz das expectativas sobre as carreiras, embora os dados não permitam atribuí-los diretamente às diferenças de remuneração ou prestígio. Como discutido por Tartuce, Nunes e Almeida (2010) e Louzano et al. (2010), a escolha profissional envolve tanto o interesse pela atividade quanto a avaliação das condições para investir na formação e exercer a profissão. Nessa perspectiva, a concentração do crescimento no EaD privado com fins lucrativos, acompanhada pelo maior peso de estudantes mais velhos no ingresso, é

compatível com uma aproximação das licenciaturas por vias que tornam a formação conciliável com outras responsabilidades, sem necessariamente expressar maior disposição para seguir a docência. Ao mesmo tempo, a retração do presencial reduz o ingresso no segmento que concentra proporcionalmente mais jovens e estudantes pretos, pardos e indígenas, conferindo a esse movimento implicações também para a inclusão. A atratividade parece, assim, assumir contornos distintos entre públicos e condições de oferta, o que o aumento agregado de ingressantes não permite compreender inteiramente. Cabe examinar como essa recomposição se manifesta no perfil acadêmico de entrada e na participação das licenciaturas entre estudantes com diferentes níveis de desempenho, questão explorada a seguir por meio da vinculação com os dados do Enem.

3.2 Estudantes com melhor desempenho acadêmico fazem escolhas diferentes em relação às licenciaturas?

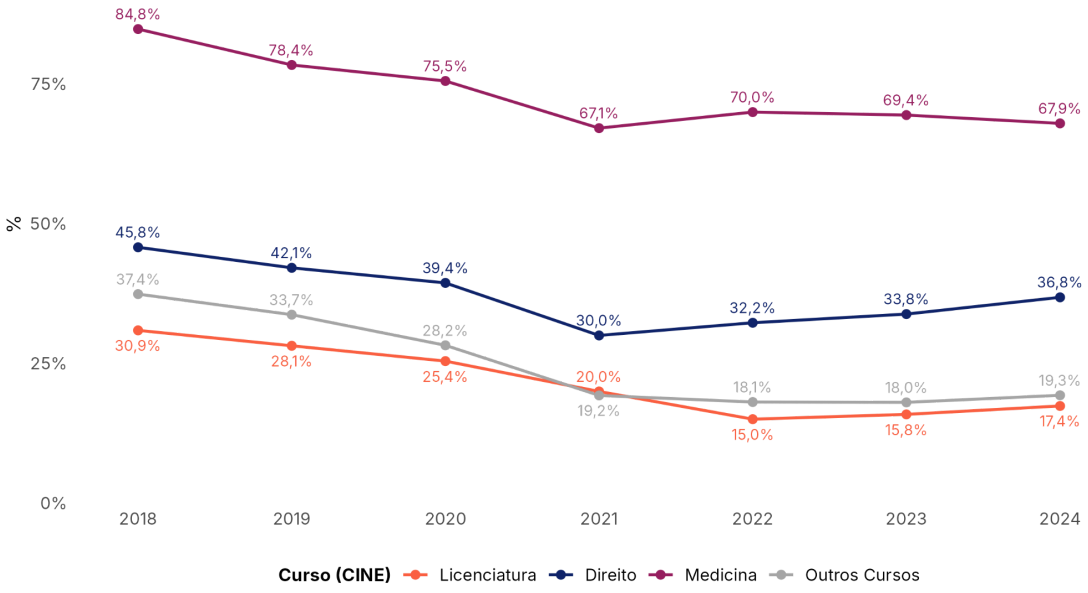
Na seção anterior, observamos indícios de que existem mudanças no padrão de matrículas, com acentuada queda de entradas nos cursos presenciais, bem como maior envelhecimento dos ingressantes. A análise, agora, se volta para compreender em que medida essas mudanças refletem a atratividade entre estudantes de alto desempenho. Como destacado no segundo capítulo, embora o desempenho acadêmico prévio não seja um determinante da qualidade futura dos profissionais da docência, ele é um indicador importante do quanto essa carreira é valorizada entre os jovens e, principalmente, uma proxy relevante da capacidade dos ingressantes em acompanharem o desenvolvimento de conteúdos complexos na formação inicial.

Como até o período analisado neste estudo o Enem não era um exame obrigatório para estudantes de ensino médio, tampouco requerido por todas as instituições para ingresso no ensino superior, não existem dados de desempenho acadêmico prévio para todos os ingressantes desse universo. A realização do exame pode indicar interesse em instituições que usam o Enem na seleção, mas essa decisão também depende de outros fatores, como a existência de processos seletivos próprios, a chance de ingresso por outras vias e a idade do candidato. Reportamos a cobertura porque a análise depende dela, e a interpretamos como a parcela de ingressantes com nota disponível, sem tratá-la como medida direta de interesse acadêmico.

O Gráfico 17 mostra uma redução dessa cobertura em todos os grupos ao longo do período. Especificamente no caso desta análise, contabilizamos todos os ingressantes com nota no Enem no ano imediatamente anterior ao ingresso no ensino superior, independentemente de essa ter sido a forma utilizada para acessar a vaga.

Embora todos os cursos tenham apresentado queda no percentual de ingressantes com nota no exame, é notável que, entre as licenciaturas, os patamares, que já eram mais baixos que os demais, chegam a menos de um quinto do conjunto de ingressantes em 2024. Nesse ano, apenas 17,4% dos novos estudantes em cursos de formação inicial docente registraram nota no exame no ano anterior. O curso de Medicina também registrou uma queda importante neste período, devida provavelmente ao crescimento de vagas em instituições privadas com fins lucrativos. Ainda assim, segue com alta cobertura de nota no Enem. Mesmo o curso de Direito, que tem oferta bastante concentrada no setor privado em termos de percentual de vagas, apresenta um percentual de cobertura do Enem que é mais do que o dobro do observado nas licenciaturas (36,8% contra 17,4%).

Gráfico 17: Participação de ingressantes com nota no ENEM, por curso de graduação, 2018 a 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria.

Para a análise do desempenho, consideramos a distribuição dos ingressantes em quintis em vez de notas fixas, pois assim é possível comparar as coortes entre si. A ideia é verificar em que medida os estudantes de maior desempenho são atraídos pelas licenciaturas, o que pode oferecer um indício sobre a atratividade dos cursos em face das demais opções que os estudantes

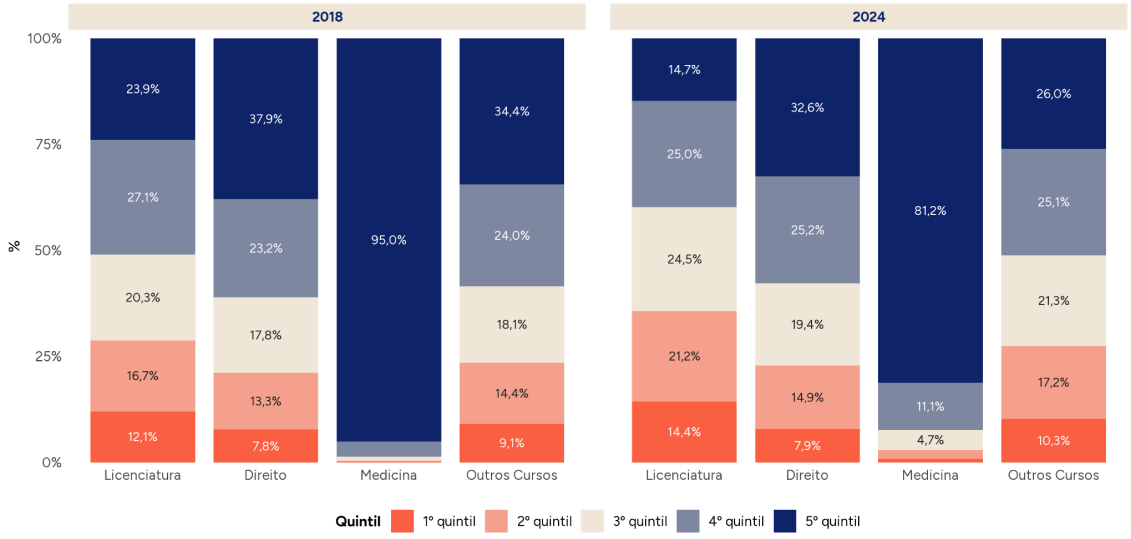
de alto desempenho teriam no ano de entrada no ensino superior. Além disso, essa análise fornece um indício de como os futuros professores estão chegando ao ensino superior em termos de fundamentos acadêmicos.

Estratificando a amostra por quintil de desempenho no Enem em 2018 e 2024, o Gráfico 18 apresenta uma comparação entre Licenciaturas, Direito, Medicina e outros cursos. Embora haja uma queda no percentual de estudantes nos quintis mais elevados em todos os cursos, ela é proporcionalmente mais acentuada e parte de patamares já baixos para licenciaturas. Considerando apenas os ingressantes com nota do Enem do ano anterior, em 2018 quase um quarto dos ingressantes em cursos de formação inicial docente estavam no quintil mais alto (23,9%), e esse percentual caiu para 14,7% em 2024. Como comparação, vemos que 32,6% dos ingressantes em Direito e 81,2% dos ingressantes em Medicina no ano de 2024 estavam no patamar mais alto de desempenho no exame nacional.

Ao interpretar esse gráfico, é importante notar que ele representa diferentes proporções do universo de ingressantes nos cursos de graduação. Considerando a cobertura de ingressantes com dados do Enem, apresentada no gráfico anterior, cerca de 2,6% do total de ingressantes das licenciaturas têm nota no Enem do ano anterior e estão no quintil superior (14,7% de 17,4%). Isso não significa que apenas 2,6% dos licenciandos tenham alto desempenho, pois não há nota para os demais. É possível que estudantes que não fizeram o enem tenham desempenho de excelência, mas ao menos nos dados publicamente disponíveis não há meios de averiguar essa informação. Se fizermos o mesmo exercício para o curso de Medicina, por exemplo, cerca de 55% de todos os ingressantes de 2024 têm nota no Enem do ano anterior e estão no quintil superior. Como as análises que combinam Enem e Censo Superior dependem da identificação do estudante nas duas bases, eventuais diferenças na cobertura do pareamento entre cursos, modalidades ou grupos também devem ser consideradas na interpretação dos resultados.

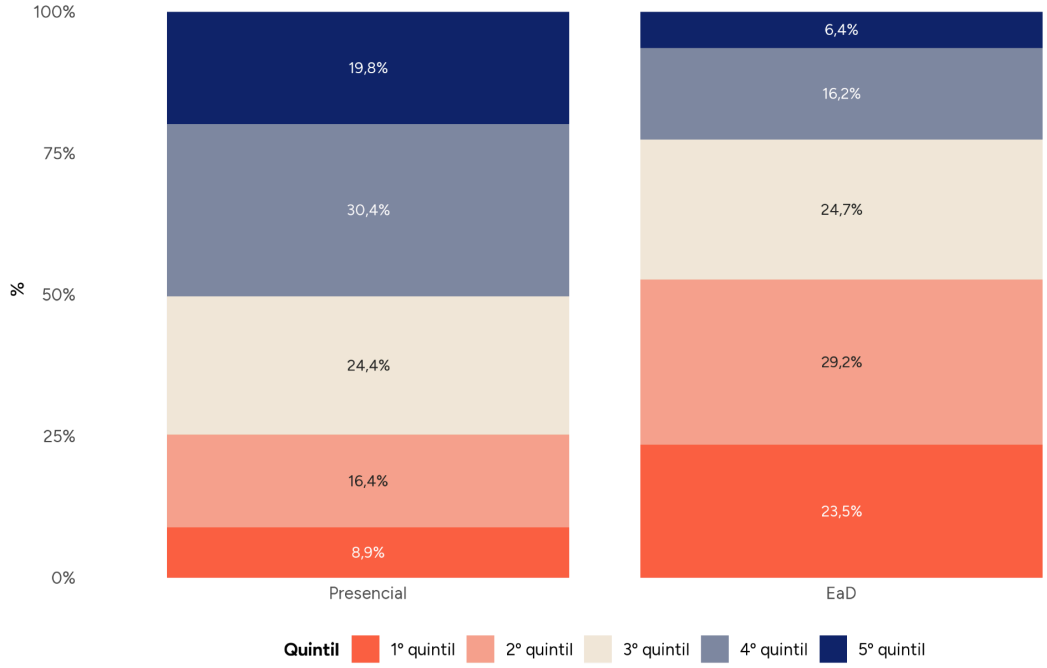
Essa distribuição de perfil acadêmico entre os licenciandos ingressantes não é homogênea quando analisamos as diferentes modalidades de ingresso. No Gráfico 19, observa-se que 19,8% dos ingressantes em cursos presenciais em 2024 estavam no quintil mais alto de desempenho do Enem, contra 6,4% dos ingressantes no EaD, considerando apenas aqueles para os quais temos dados de desempenho disponíveis. Por outro lado, mais da metade dos ingressantes na modalidade EaD com algum indicador de desempenho prévio encontram-se nos dois quintis inferiores de desempenho, contra um quarto dos ingressantes de cursos presenciais.

Gráfico 18: Distribuição de ingressantes em Licenciatura, Direito, Medicina e Outros Cursos, por quintil de desempenho no ENEM, 2018 e 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.

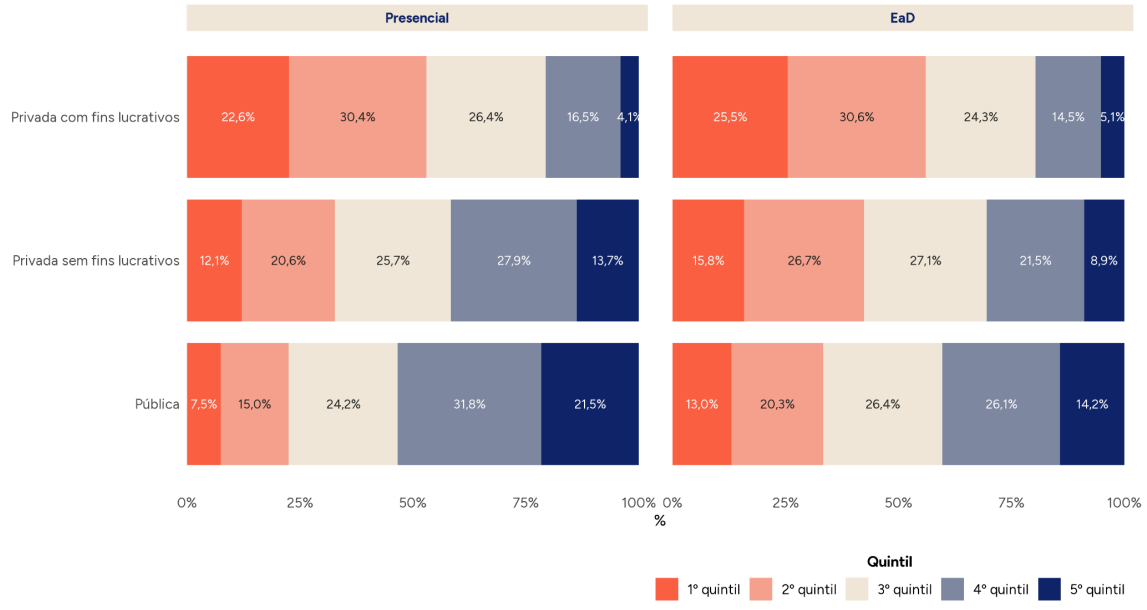
Gráfico 19: Distribuição de ingressantes na Licenciatura, por modalidade de ensino e quintil de desempenho no ENEM, 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.

A competitividade por vagas no ensino superior não é distribuída igualmente entre universidades públicas e privadas, sendo importante considerar, portanto, como se dá a distribuição de desempenho entre estudantes ingressantes nas categorias administrativas e modalidades de ensino. Os dados apresentados no Gráfico 20 revelam que as instituições públicas concentram proporcionalmente mais estudantes nos quintis superiores de desempenho: 21,5% dos ingressantes na modalidade presencial nessas instituições com registro prévio de nota no Enem estavam entre o quintil de melhor desempenho no ano de 2024. Na modalidade EaD para instituições públicas, 14,2% encontravam-se entre os estudantes de melhor desempenho. Já para instituições privadas com fins lucrativos, apenas 4,1% dos ingressantes na modalidade presencial e 5,1% dos ingressantes na modalidade à distância tiveram o mesmo nível de desempenho.

Gráfico 20: Distribuição de ingressantes na Licenciatura, por modalidade de ensino, categoria administrativa e quintil de desempenho no ENEM, 2024



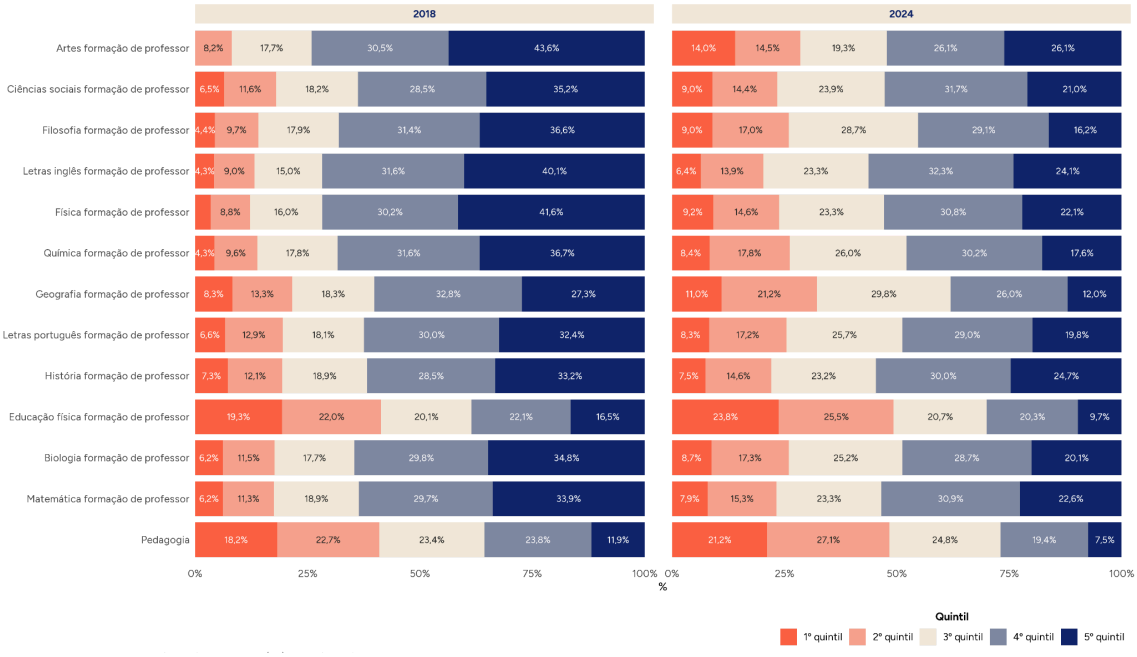
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.

A distribuição de estudantes nos quintis de desempenho não ocorre de maneira homogênea nos diferentes cursos de licenciatura. O Gráfico 21 aponta que, enquanto os cursos de Artes, História e Letras Inglês possuem em média um quarto de seus ingressantes com nota no Enem no quintil de maior desempenho, nos cursos de Pedagogia e Educação Física esse número não chega a 10%: no

primeiro, são apenas 7,5% dos ingressantes entre os de maior desempenho, e no segundo, 9,7%. É notável ainda que, nessas duas licenciaturas, os dois quintis inferiores somavam em 2024, respectivamente, 48,3% e 49,3%. O perfil agregado das licenciaturas encobre, assim, diferenças relevantes entre cursos.

Ao longo do período observado, houve também uma queda substancial no percentual de ingressantes nos quintis mais altos em todos os cursos. Alguns deles tiveram quedas bastante expressivas: em 2018, 43,6% dos ingressantes nos cursos de Artes estavam entre os alunos de maior desempenho no Enem, e este número caiu para 26,1% em 2024. O curso de Física saiu de 41,6% dos ingressantes no maior nível de desempenho para 22,1%, e o curso de Geografia, de 27,3% para 12%.

Gráfico 21: Distribuição de ingressantes na Licenciatura, por curso voltado à docência e quintil de desempenho no ENEM, 2018 e 2024



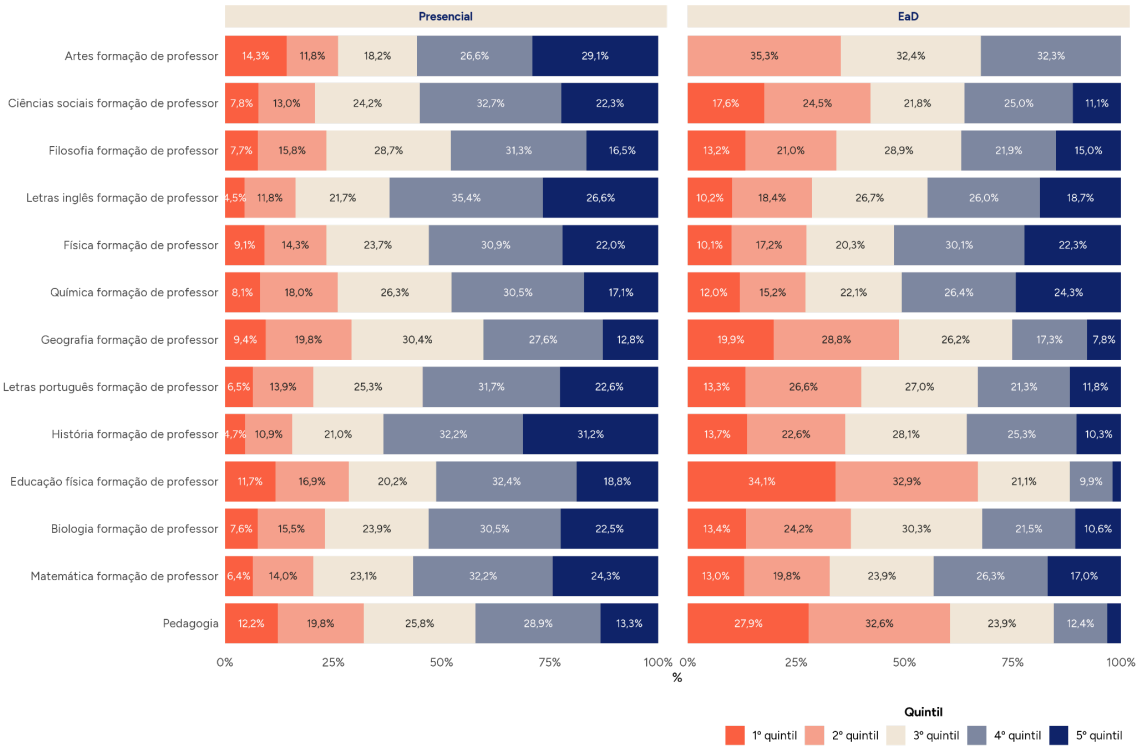
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.

A análise estratificada por modalidade de ensino (Gráfico 22) revela que as diferenças entre os cursos são ainda maiores quando consideramos se os estudantes ingressaram em cursos presenciais ou à distância. Com exceção dos cursos de Física e Química, em todas as outras licenciaturas com dados disponíveis nas duas modalidades o percentual de estudantes no quintil superior

é maior na modalidade presencial do que no EaD. O curso de História, por exemplo, tem 31,2% dos ingressantes na modalidade presencial com nota pregressa no Enem e desempenho no quintil mais elevado, contra 10,3% dos ingressantes na modalidade à distância. Já o curso de Artes, que concentra a segunda maior proporção de estudantes no quintil superior na modalidade presencial (29,1%), não apresenta ingressantes no mesmo patamar de desempenho no ensino remoto.

É notável, ainda, o baixíssimo percentual de ingressantes com notas no quintil superior para os cursos de Pedagogia e Educação Física na modalidade EaD: 3,2% e 1,9% entre aqueles com registro de nota no Enem, respectivamente. Nesses cursos, para essa modalidade, o número de ingressantes nos quintis inferiores também é bastante alto: 67% em Educação Física e 60,5% em Pedagogia.

Gráfico 22: Distribuição de ingressantes na Licenciatura, por curso voltado à docência, modalidade de ensino e quintil de desempenho no ENEM, 2024

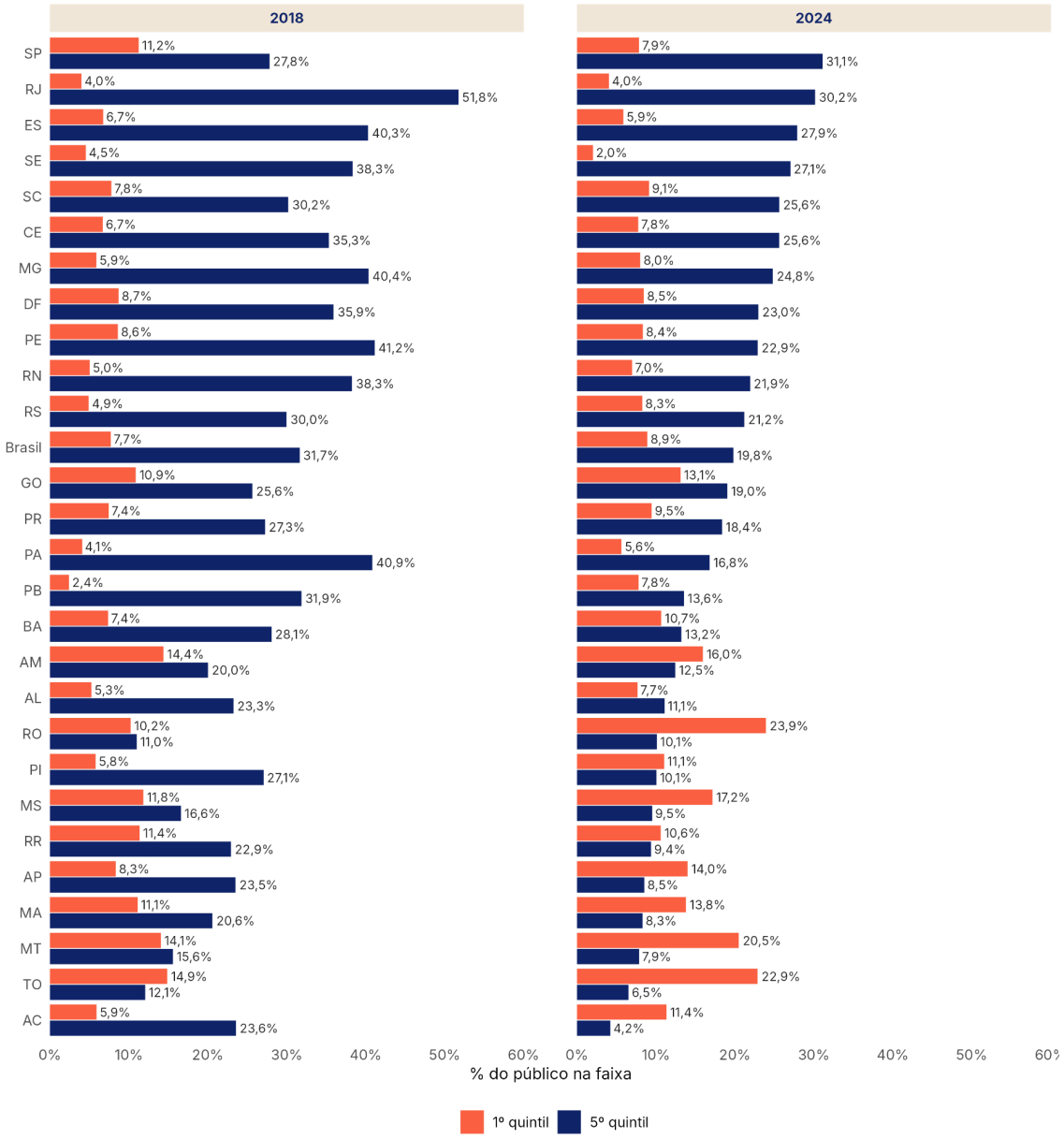


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.

Por fim, analisamos a distribuição nos quintis inferior e superior para as unidades federativas. Esse exercício, apresentado no Gráfico 23, contemplou apenas os ingressos para cursos presenciais, uma vez que a formação EaD possibilita matrículas de diferentes partes do território nacional e impede uma análise precisa quanto à localização dos estudantes. Nessa análise, observamos uma diferença muito grande no percentual de ingressantes em licenciaturas com nota prévia no Enem tanto no quintil mais alto de desempenho quanto no quintil mais baixo. No estado de São Paulo, por exemplo, 31,1% dos ingressantes em licenciaturas presenciais com nota prévia no Enem estavam no quintil mais alto de desempenho, ao passo que no Acre esse número era de apenas 4,2%, considerando o ano de 2024. Na outra ponta, Rondônia apresenta o maior percentual de estudantes com nota prévia no exame que performaram no quintil mais baixo: 23,9% dos ingressantes nas licenciaturas presenciais deste estado em 2024 estavam no primeiro quintil. Os estados de Sergipe e Rio de Janeiro apresentaram o menor percentual de ingressantes no quintil inferior, com 2% e 4%, respectivamente, performando nesse nível.

Uma comparação de coortes de ingresso quanto ao perfil acadêmico de ingresso dos estudantes nas Unidades da Federação mostra mudanças importantes entre 2018 e 2024. Nesse período, apenas o estado de São Paulo apresentou um crescimento proporcional no número de estudantes ingressantes com nota no quintil superior, um aumento de 3,3 pontos percentuais. As outras 26 Unidades da Federação tiveram quedas nesse quintil, algumas muito substanciais, entre elas: Pará (24,1 p.p.) e Rio de Janeiro (21,6 p.p). Outro dado importante é que em 20 estados cresceu o ingresso de estudantes do quintil inferior de desempenho, com destaque sobretudo para Rondônia (13,7 p.p.), Tocantins (8 p.p.) e Mato Grosso (6,4 p.p.). Por fim, outro indicador revela importante mudança na composição dos estudantes: em 2018, apenas um estado (Tocantins) registrava maior número de estudantes no quintil inferior do que no superior , e em 2024 esse número subiu para dez estados.

Gráfico 23: Distribuição de ingressantes na Licenciatura, por unidade federativa e quintil inferior e superior de desempenho no ENEM, 2018 e 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.

Ao investigarmos as diferenças no desempenho acadêmico prévio de estudantes de licenciatura na comparação com outras áreas do conhecimento, entendendo esse fator como um indicativo de atratividade, foi possível observar que a tendência é de redução progressiva no número de ingressantes com notas mais altas no Enem. Os cursos de licenciatura já apresentam um percentual muito

inferior de estudantes que sequer fizeram a prova no ano anterior ao ingresso, com uma queda de 13,5 p.p. no percentual de ingressantes com nota pregressa. Em 2024, menos de um quinto dos novos estudantes de licenciatura haviam participado do Enem em 2023. Essa mudança parece relacionar-se com o perfil mais velho dos ingressantes e com a maior concentração de novos estudantes em universidades privadas e na modalidade EaD, as quais, em geral, não exigem a participação no exame do ensino médio como critério para o ingresso.

Embora não seja possível fazer qualquer inferência sobre o repertório acadêmico prévio dos estudantes sem nota do Enem, sobressai o fato de o percentual ser tão baixo. A não participação na prova, somada ao perfil etário dos ingressantes e à grande concentração de matrículas em instituições pouco seletivas quanto ao ingresso, reforça que talvez os ingressantes nem tenham considerado a possibilidade de entrada em uma instituição com seleção mais rigorosa. Esse movimento acaba por reiterar a visão construída por alguns estudantes de que, por serem cursos "fáceis de entrar", as licenciaturas são menos prestigiosas (Tartuce; Nunes; Almeida, 2010).

A investigação dos grupos com registro de nota revela que a média de estudantes com desempenho elevado é substancialmente mais baixa do que aquela de cursos considerados mais prestigiosos, como Direito ou Medicina. Mesmo os cursos que apresentam maior concentração de estudantes com desempenho prévio no Enem no quintil mais elevado, como História, Artes, Matemática e Letras Inglês não ultrapassam um quarto de seus ingressantes neste patamar.

O quadro de atratividade de futuros profissionais atuando na educação infantil, nos anos iniciais e na gestão escolar, é ainda mais preocupante. O curso de Pedagogia responde atualmente por mais da metade dos ingressos de novos estudantes nos cursos de licenciatura brasileiros. Em 2024, apenas 11,6% de todos os ingressantes registraram nota no Enem. Desse grupo já pequeno, apenas 7,4% estavam na faixa de desempenho superior. Isso significa que, se considerarmos o exame um bom indicador de aquisição de habilidades estruturantes da educação básica, só conseguimos afirmar com segurança que 0,86% tinham desempenho acadêmico equivalente ao da maioria no curso de Medicina (que são 55% do total de novos alunos).

Além de apontarem para um menor interesse que os cursos de licenciatura despertam entre estudantes de maior desempenho acadêmico, esses dados também revelam um desafio importante a ser enfrentado no processo de formação dos futuros professores. Uma quantidade elevada de ingressantes das licenciaturas (mais da metade nos cursos à distância) desempenhou nos dois quintis inferiores. Isso significa que, muito provavelmente, esses estudantes estão ingressando em cursos que demandam carga relevante de leitura e

processamento de informação, e no caso do EaD, um elevado nível de autonomia para acompanhar as atividades. Nesse sentido, parece fundamental que as instituições apresentem estratégias para fortalecer o acompanhamento desses estudantes e garantir que eles finalizem suas graduações com repertório adequado para ingressarem na profissão com as condições de ensinar crianças e jovens da educação básica.

3.3 A remuneração docente está relacionada ao ingresso nas licenciaturas?

No Capítulo 1, vimos que tanto no contexto nacional quanto no internacional a remuneração e as condições de trabalho são entendidas como fatores-chave da atratividade docente. Sem a pretensão de estabelecer nenhum tipo de causalidade, buscamos refletir sobre a relação entre remuneração e atratividade da carreira docente, comparando o cenário remuneratório das Unidades da Federação com os indicadores de atratividade dos cursos de licenciatura nesses mesmos territórios. Para essa análise, utilizamos dados de remuneração oriundos da Pnad contínua, deflacionados a valores de dezembro de 2025, em conjunto com os microdados do Enem e do Censo da Educação Superior. Como apontado no Capítulo 2, as médias salariais aqui representadas são referentes a uma jornada de 40 horas semanais. Iniciamos esta seção apresentando um panorama geral do cenário remuneratório de docentes no Brasil, e, na sequência, discutimos as análises exploratórias sobre indicadores de atratividade e remuneração.

Tendo em vista a disponibilidade de dados públicos sobre remuneração, trabalhamos nesta análise com dois indicadores: a valorização real dos salários docentes desde 2012 e o salário relativo dos professores em face de outras profissões. Os dois indicadores salariais captam dimensões distintas das condições econômicas da docência em cada estado. A valorização real expressa a variação do rendimento médio dos professores ao longo do período, descontada a inflação. Ela permite identificar se houve ganho ou perda de poder de compra, mas não informa se a docência se tornou mais vantajosa comparada com as demais ocupações. Um crescimento real expressivo pode partir de uma remuneração inicialmente baixa e ainda ser insuficiente para aproximá-la dos rendimentos de outras profissões.

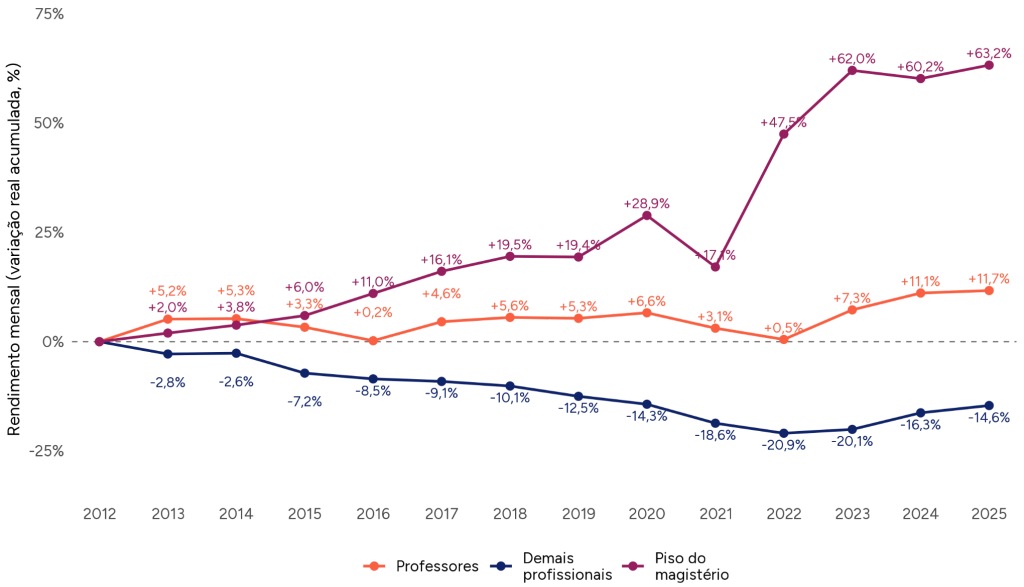
O rendimento relativo, por sua vez, situa a remuneração docente perante a dos demais profissionais no mercado de trabalho estadual em determinado ano. Uma razão de 80%, por exemplo, indica que o rendimento médio dos professores equivale a quatro quintos daquele recebido pelo grupo de comparação. Esse indicador se aproxima da dimensão econômica das alternativas profissionais disponíveis: quanto menor a razão, maior a desvantagem salarial média associada à docência. Contudo, uma posição relativa mais favorável pode decorrer tanto de

salários docentes mais elevados quanto de remunerações menores nas outras profissões. Por isso, ela não implica necessariamente maior poder de compra.

Na análise da atratividade, os indicadores são complementares: a valorização real descreve a trajetória da remuneração docente, enquanto o rendimento relativo caracteriza sua posição diante das demais ocupações locais. É possível haver ganho no poder de compra sem melhora da posição relativa, caso os rendimentos das outras profissões cresçam em ritmo superior. Do mesmo modo, a posição relativa pode melhorar sem ganho real, se os demais profissionais sofrerem perdas maiores. Como ambos se baseiam em médias estaduais, sua interpretação deve considerar a composição dos grupos comparados e não permite, diretamente, identificar as alternativas de trabalho ou as expectativas salariais de cada estudante.

O Gráfico 24 apresenta a variação percentual real acumulada desde 2012 até 2025. Vê-se que o piso do magistério acumulou crescimento real de 63,2% (de R$ 3 mil para R$ 4,9 mil), o rendimento médio dos professores aumentou 11,7% (de R$ 5 mil para R$ 5,6 mil) e o dos demais profissionais caiu 14,6% (de R$ 7,7 mil para R$ 6,6 mil). A maior elevação do piso ocorreu a partir de 2022. A aproximação dos rendimentos de professores e demais profissionais combina, portanto, aumento dos rendimentos docentes e redução do rendimento do grupo de comparação, sem crescimento equivalente entre piso e rendimento médio.

Gráfico 24: Variação percentual real acumulada do piso nacional do magistério, rendimento mensal dos professores e dos demais profissionais, 2012 a 2025



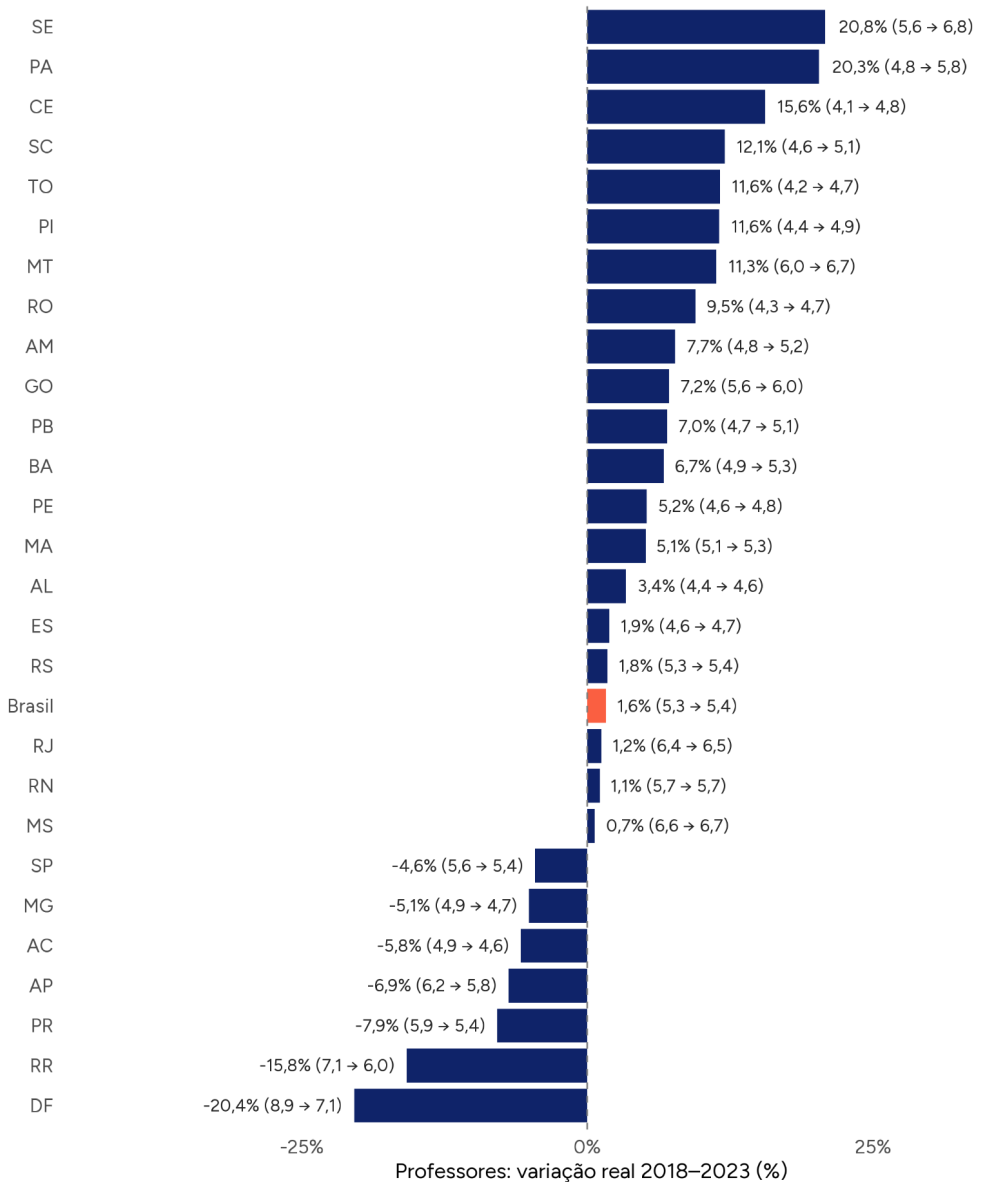
Fonte: PNAD Contínua. Elaboração própria.

Para analisarmos a atratividade, contudo, é importante compreender o cenário no território, visto que as decisões individuais são provavelmente influenciadas pelo mercado de trabalho local. O Gráfico 25 exibe a variação real dos salários de professores entre os anos de 2018 e 2023. É possível observar que os maiores aumentos reais ocorreram em Sergipe (20,8%, indo de R$ 5,6 mil para R$ 6,8 mil), no Pará (20,3%, de R$ 4,8 mil para R$ 5,8 mil), e no Ceará (15,6%, de R$ 4,1 mil para R$ 4,8 mil). O Brasil registrou alta de 1,6% nesse período (de R$ 5,3 mil para R$ 5,4 mil). Sete UFs apresentaram queda nos rendimentos reais dos professores: São Paulo, Minas Gerais, Acre, Amapá, Paraná, Roraima e Distrito Federal, sendo a maior queda no Distrito Federal (20,4%, de R$ 8,9 mil para R$ 7,1 mil).

A análise da relação entre rendimento dos professores e demais profissionais, em nível estadual, também revela variações substanciais entre estados e entre anos, demonstrando a existência de mercados de trabalho bastante distintos. O Gráfico 26 sinaliza que a razão nacional entre o rendimento dos professores e o dos demais profissionais passou de 76,6%, em 2018, para 87,5%, em 2023. No último ano, oito UFs superaram 100% do rendimento de outros profissionais, com destaque para Goiás, que chegou a 118,2%, e Rio Grande do Norte, que alcançou 117,0%. Isso significa que o rendimento docente nesses estados é maior do que o dos demais profissionais. Distrito Federal (69,6%), Piauí (77,3%) e Espírito Santo (77,7%) foram os estados que ficaram com as menores razões. Ter rendimento docente absoluto elevado, como no Distrito Federal, não implica ocupar posição alta na comparação relativa com os demais profissionais.

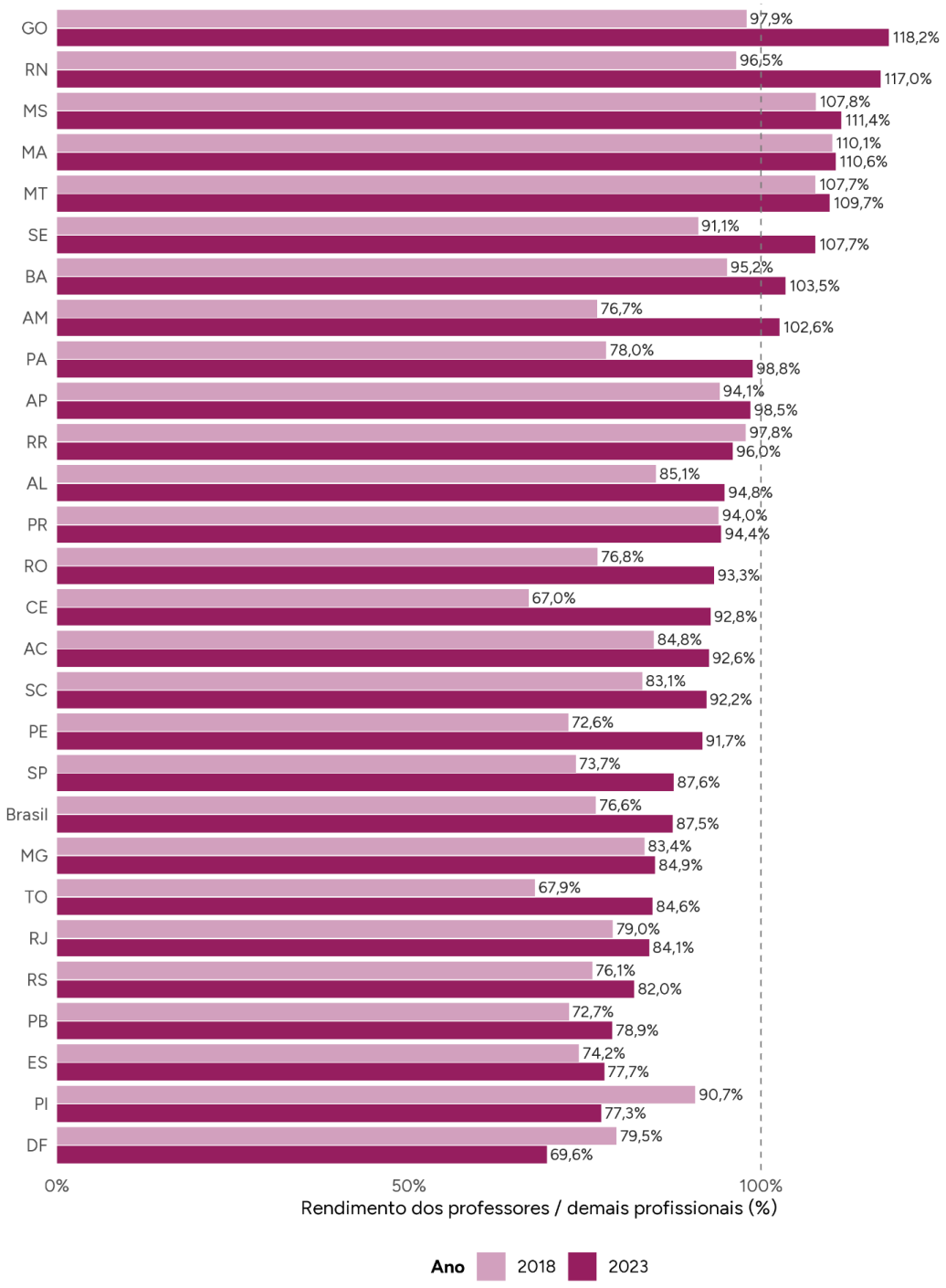
O cenário salarial recente indica, portanto, um movimento de melhorias nos ganhos médios dos professores, embora em alguns estados esses ganhos ainda não tenham se revertido em salários equivalentes aos de outras carreiras profissionais e, em outros casos, o crescimento não tenha acompanhado a inflação do período. Como destacado no Capítulo 1, a escolha profissional é multifatorial e não se pode determinar um único indicador responsável pela maior atratividade na carreira. Todavia, diversos estudos apontam a forte associação entre a carreira docente e baixa remuneração como um fator desestimulante da escolha especialmente por estudantes de mais alto desempenho.

Gráfico 25: Variação percentual real do rendimento dos professores, por unidade federativa, 2018 e 2023



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração própria.

Gráfico 26: Relação entre rendimento dos professores e demais profissionais, por unidade federativa, 2012 a 2023



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração própria.

Nesse sentido, a análise exploratória apresentada a seguir correlaciona os ganhos salariais reais e o salário relativo com três indicadores de ingresso: a relação de vagas por ingressante, como medida oferta e demanda pelas vagas disponíveis; a proporção de estudantes no estado que ingressaram nas licenciaturas e que têm nota no Enem; e a proporção de estudantes ingressantes com nota prévia que estavam no quintil superior de desempenho. Todas as análises para o nível estadual consideram apenas os ingressantes em cursos presenciais, pois os dados do EaD não estão identificados por UF.

Para os exercícios que se seguem, utilizamos a correlação de Pearson como estratégia para explorar a direção e a intensidade das associações lineares entre os indicadores salariais e os indicadores de ingresso nas licenciaturas nas 27 UFs. Seu uso permite comparar as associações entre as medidas expressas em escalas diferentes e, em conjunto com os gráficos de dispersão, identificar padrões de variação entre os estados. Embora o número reduzido de observações limite a precisão das estimativas e a capacidade de detectar associações, o exercício oferece uma leitura exploratória das tendências presentes nos dados. Assim, a interpretação considera a magnitude e a direção das correlações, sua incerteza e a distribuição dos pontos, sem se restringir à significância estatística nem atribuir relações causais aos padrões observados. Por reunir apenas 27 unidades e várias medidas, anos e subgrupos, esse exercício foi realizado com o objetivo de orientar hipóteses.

No caso da remuneração, as relações examinadas também têm natureza descritiva e foram construídas a partir de indicadores agregados por Unidade da Federação. Uma associação entre maior número de ingressantes nas licenciaturas não permite concluir que a remuneração tenha determinado a escolha dos estudantes, apenas que existe uma tendência em ambas que caminha conjuntamente. Da mesma forma, uma correlação baixa ou próxima de zero não demonstra que a remuneração seja irrelevante para decisões individuais. Os gráficos mostram como os indicadores variam conjuntamente entre UFs, sem isolar os demais fatores associados à remuneração e ao ingresso. Também não são realizadas análises específicas sobre os mercados de trabalho locais ou as condições de trabalho das regiões, que possibilitariam análises mais aprofundadas no sentido de compreender outros determinantes das escolhas.

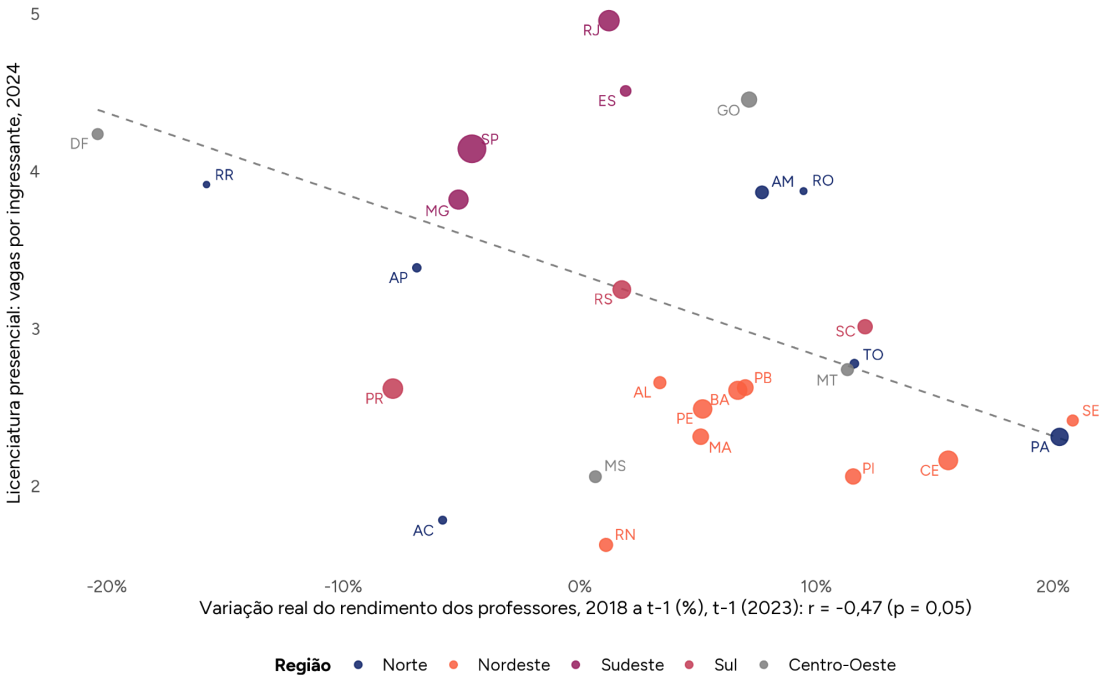
A utilização de rendimentos observados antes de 2024 permite comparar diferentes referências temporais, mas não resolve, por si só, essas limitações. Além disso, os rendimentos medidos pela Pnad-c correspondem aos profissionais ocupados em cada período, e não necessariamente à remuneração inicial ou à remuneração futura esperada pelos estudantes. A razão entre rendimentos também deve ser interpretada considerando seus dois componentes: seu aumento pode decorrer tanto de crescimento do rendimento docente quanto de redução do rendimento dos demais profissionais.

Há ainda diferenças entre as referências territoriais das bases. A remuneração observada em uma UF não representa necessariamente o mercado de trabalho em que o ingressante pretende atuar, e a localização do curso não identifica automaticamente o local de residência ou de futura atuação do estudante. Essa distinção é especialmente relevante nas comparações que incluem educação a distância. Os resultados também não permitem acompanhar a conclusão da licenciatura ou a posterior entrada na profissão docente.

Por fim, os indicadores de remuneração são estimativas provenientes de uma pesquisa amostral e estão sujeitos à precisão das estimativas em cada recorte, enquanto os indicadores de desempenho dependem da cobertura do cruzamento entre Censo e Enem. Diferenças de cobertura entre UFs podem alterar a composição dos estudantes observados. As associações devem, portanto, ser interpretadas dentro dos universos efetivamente analisados, distinguindo os resultados para o ingresso geral daqueles restritos aos ingressantes presenciais identificados no Enem.

No Gráfico 27, podemos observar uma uma correlação negativa e moderada (r=-0,47; p=0,05) entre a valorização real dos salários de professores nas unidades federativas e a relação de vagas presenciais por ingressantes nas licenciaturas. Na visualização, observa-se a tendência de que, quanto maiores os ganhos reais dos professores em uma determinada unidade da federação entre 2018 e 2023, período anterior ao ingresso dos estudantes na graduação, menor a relação entre vagas e ingressantes.

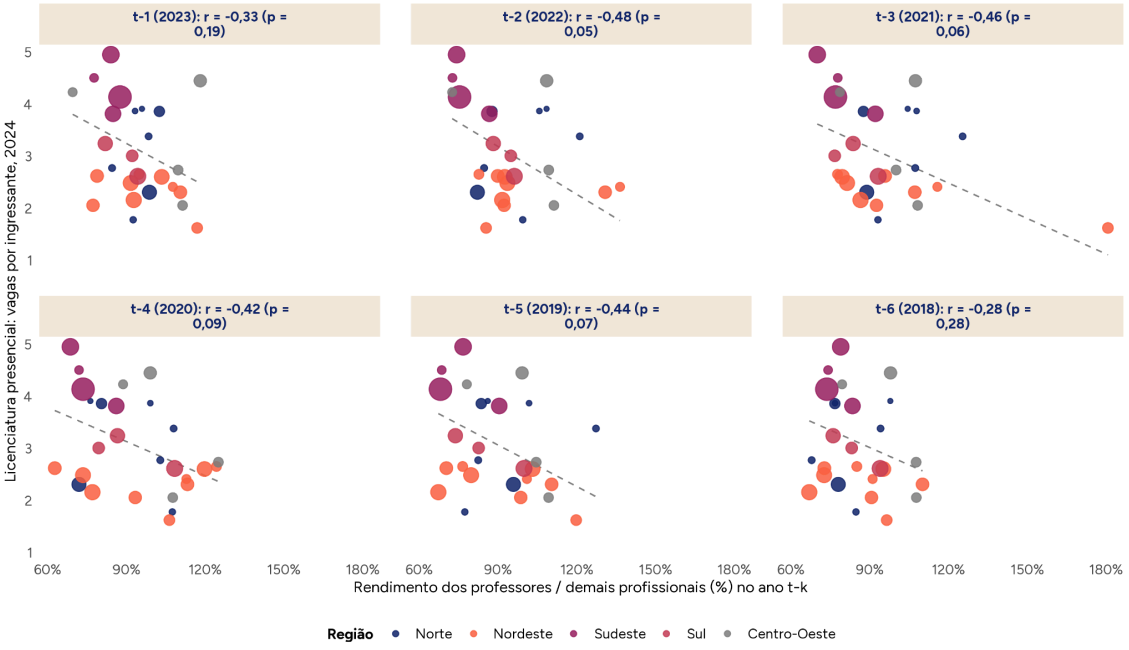
Gráfico 27: Relação bivariada entre variação real do rendimento dos professores entre 2018 e 2023 nas unidades federativas e quantidade de vagas por ingressante em 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior, PNAD Contínua. Elaboração própria.

A tendência negativa é observada também no exercício que considera a relação de vagas por ingressantes e o salário relativo dos professores, apresentada no Gráfico 28. Nesta análise, consideramos diferentes recortes temporais para observar se a associação se mantém, considerando que não é necessariamente o mercado de trabalho do ano de aplicação ao vestibular que pode influenciar a escolha profissional, mas a percepção sobre um conjunto de anos do mercado de trabalho. Os dados sugerem uma correlação negativa, de fraca a moderada (r variando entre -0,28 e -0,48), entre o rendimento docente como percentual do rendimento de outras profissões e a relação de vagas por ingressante nos cursos de licenciatura, mantido em todo o recorte temporal observado.

Gráfico 28: Relação bivariada entre rendimento relativo docente em um ano nas unidades federativas e quantidade de vagas por ingressante em 2024, 2018 a 2023

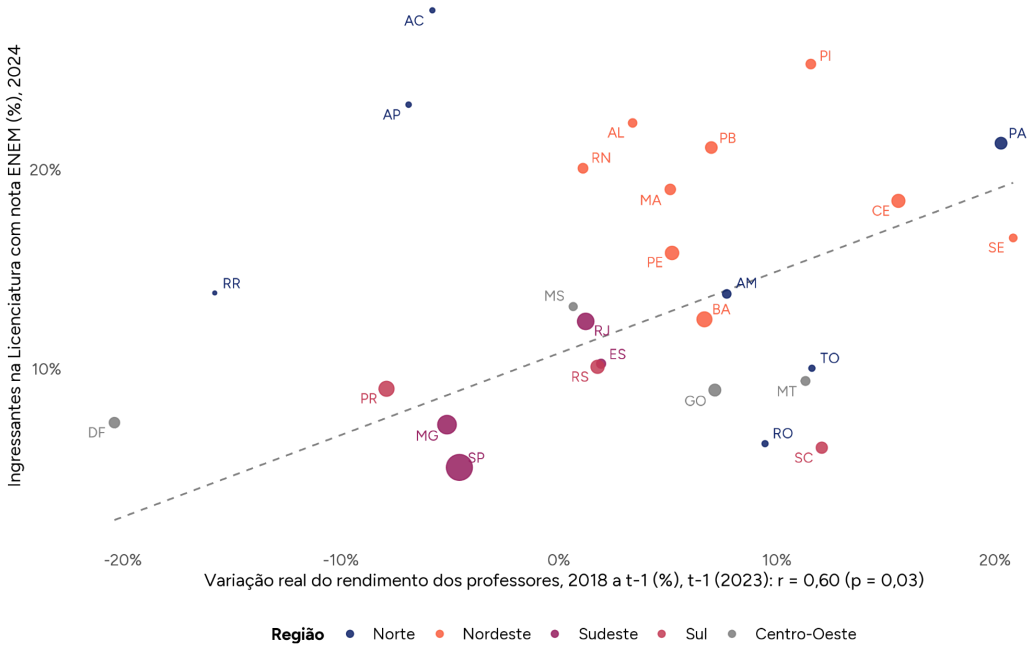


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior, PNAD Contínua. Elaboração própria.

Outro indicador observado em nossa análise é o percentual de estudantes ingressantes com nota no Enem no ano imediatamente anterior à sua entrada no ensino superior e sua relação com os padrões salariais docentes. O Gráfico 29 aponta como o padrão de realização do exame por licenciandos ingressantes se correlaciona com a variação real dos salários docentes entre 2018 e 2023. É possível observar uma correlação positiva e moderada (r=0,60; p=0,03).

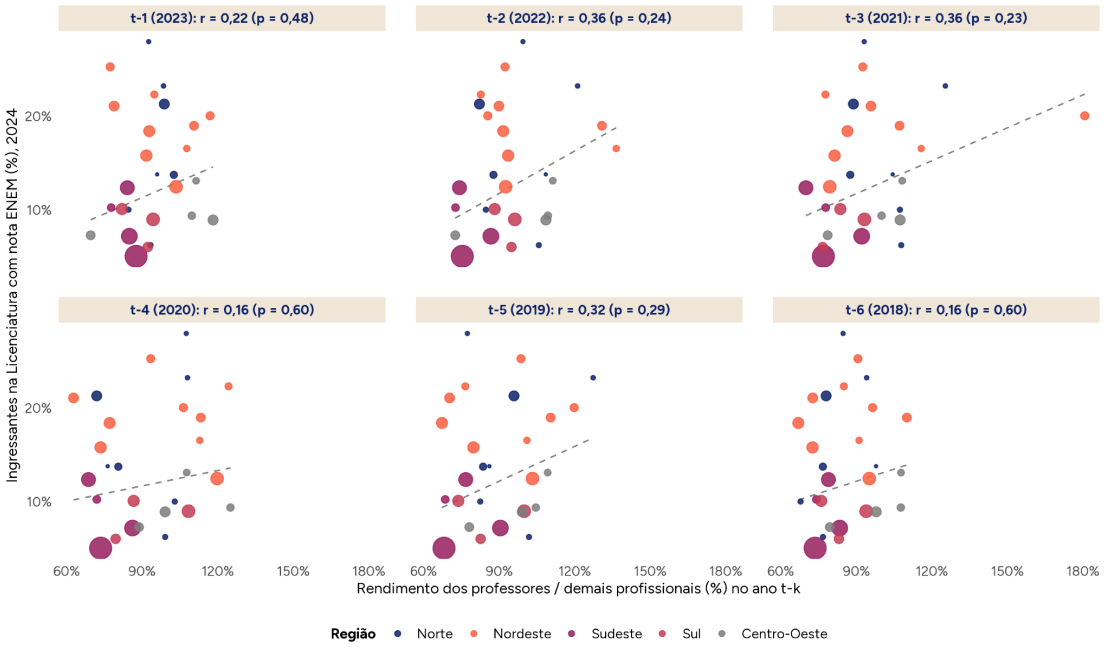
No Gráfico 30, por sua vez, analisamos a correlação entre o percentual de ingressantes com nota no Enem e os rendimentos relativos dos professores. Também nesse caso, há uma tendência positiva, porém de baixa magnitude e não significativa. Embora discreta, sendo esse um indicador bastante indireto da atratividade, é interessante notar que há uma tendência de variação conjunta entre participação no exame e condições salariais no território. Esse indicador se refere à existência de registro do exame, e não à preferência pela docência.

Gráfico 29: Relação bivariada entre variação real do rendimento dos professores entre 2018 e 2023 e ingressantes na Licenciatura com nota ENEM em 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior, PNAD Contínua. Elaboração própria.

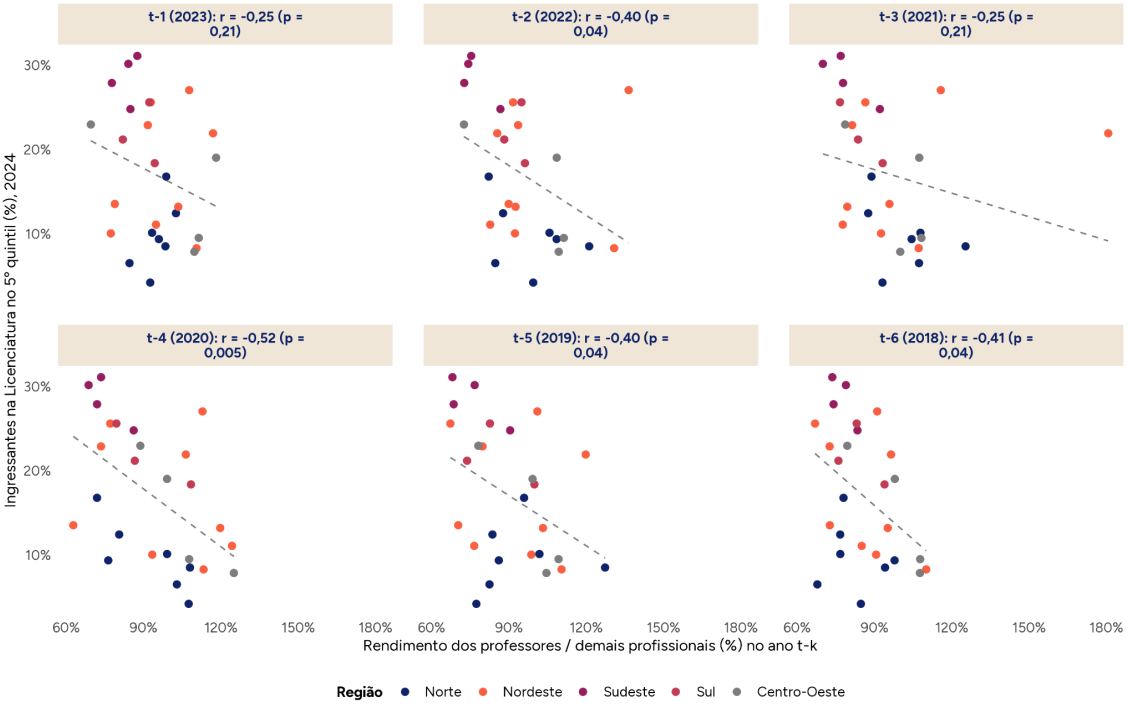
Gráfico 30: Relação bivariada entre rendimento relativo docente em um ano e ingresso na Licenciatura com nota no ENEM em 2024, por unidade federativa, 2018 a 2023



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior, PNAD Contínua. Elaboração própria.

Por fim, buscamos correlacionar o percentual de estudantes com notas no quintil mais elevado do Enem e as condições remuneratórias dos professores nos estados. A análise dos salários relativos e o quintil de desempenho dos estudantes, apresentada no Gráfico 31, demonstra uma correlação negativa, de fraca a moderada (r entre -0,25 e -0,52), entre essas variáveis. Ainda de maneira não conclusiva, esse gráfico indica que a existência de melhores salários relativos em uma região (consideradas as limitações do cálculo salarial) não se associa, neste exercício, à maior participação de ingressantes no quintil superior do Enem.

Gráfico 31: Relação bivariada entre rendimento relativo docente em um ano e ingresso na Licenciatura no quintil superior em 2024, por unidade federativa, 2018 a 2023



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior, PNAD Contínua. Elaboração própria.

A análise exploratória sobre as condições remuneratórias dos professores e a atratividade revelou que existe uma correlação negativa entre ganhos salariais e salários relativos e a relação de vagas por ingressante, ou seja, maiores ganhos e salários relativos se associam a menor diferença entre o número de vagas oferecidas e as vagas efetivamente ocupadas por ingressantes. Ainda que outros fatores possam influenciar essa ocupação, como o total de vagas oferecida em um determinado estado, por se tratar de um dado relacionado ao ingresso em

cursos presenciais, levanta-se a hipótese (a ser investigada posteriormente) de que condições remuneratórias possam influenciar maior procura por esses cursos.

Do mesmo modo, o indicador de maior participação no Enem e condições remuneratórias, ainda que indireto, também aponta para uma hipótese interessante a ser investigada em estudos futuros. Como observado no conjunto de dados apresentados na pesquisa, os cursos presenciais atraem estudantes mais jovens e, portanto, com mais proximidade da conclusão do ensino médio. Indiretamente, esses dados sugerem que melhores condições remuneratórias podem estar associadas a uma maior atratividade de jovens para cursos de licenciatura. Não é possível afirmar, de maneira causal, que este seja o caso, mas aprofundamentos neste sentido são meritórios.

Por outro lado, não foram observadas correlações positivas entre maiores salários relativos nos estados e maior atratividade entre estudantes de maior desempenho. Embora essas análises não permitam inferências causais, elas possibilitam hipotetizar que existe alguma influência no salário na decisão em buscar a carreira, embora não pareça suficiente para atrair os jovens academicamente mais proficientes. Investigações futuras são necessárias para compreender quais outros fatores se associam positivamente com uma maior atratividade de estudantes com este perfil.

A análise exploratória sobre as condições remuneratórias dos professores e a atratividade sugere, portanto, que determinados indicadores estaduais de remuneração variam de forma combinada com indicadores observados de ingresso. No último capítulo, discutiremos os achados da investigação e as implicações para o desenho de políticas públicas.

CAPÍTULO 4

O que os dados sugerem sobre a atratividade e como políticas públicas podem mudar o cenário?

Os resultados permitem retomar as três perguntas que orientaram o estudo. Entre 2018 e 2024, os ingressantes das licenciaturas cresceram 13,7%, contra 45,4% no conjunto do ensino superior, e o ingresso presencial caiu 38,6%, o que sugere uma recomposição em direção à EaD privada. Neste período, houve também uma mudança na composição geral dos ingressantes em licenciaturas, que se tornaram mais velhos. O perfil acadêmico também mudou: entre os ingressantes com nota do Enem do ano anterior, a participação do quintil superior caiu de 23,9% para 14,7%. Esse resultado indica menor presença relativa desses estudantes no grupo observado, que representava 17,4% dos ingressantes em 2024. Já a relação com a remuneração permanece como hipótese a investigar: indicadores estaduais variam em conjunto com alguns indicadores de ingresso, como a relação entre vagas disponíveis e ingresso e o percentual de estudantes com nota no Enem, mas não foi identificado padrão positivo estável para o quintil superior.

Ao investigar os movimentos de ingresso em cursos de licenciatura, buscamos observar em que medida eles refletem tendências de atratividade das carreiras docentes no Brasil. Um olhar superficial, restrito ao aumento no total de ingressantes no período, poderia sugerir que não existe um problema real de atratividade docente. Todavia, as análises realizadas neste estudo possibilitaram uma leitura dessa informação com mais nuances.

Um primeiro aspecto importante a destacar é que entre 2018 e 2024, a ampliação de vagas esteve concentrada na modalidade da educação à distância, sobretudo em instituições privadas com fins lucrativos, enquanto o ingresso na modalidade presencial caiu 38,6%. A oferta de vagas novas presenciais também se retraiu, de maneira especialmente acentuada no setor privado. Apesar dessa queda, a disponibilidade de vagas por ingressante permaneceu elevada. Nota-se, ainda, que o crescimento de ingressantes, mesmo no EaD, ficou abaixo da média do ensino superior, enquanto a redução nos ingressos nos cursos presenciais atingiu o dobro da observada no contexto geral. Essa retração não equivale, por si só, a uma contração do interesse global pela docência, porque a EaD cresceu e pode ter absorvido parte das pessoas que, em outras condições de oferta, escolheriam cursos presenciais. Todavia, ao ser acompanhada por um aumento

médio da idade dos ingressantes, revela uma menor procura de jovens por cursos ligados à carreira.

A comparação com o conjunto do ensino superior e com os cursos de Direito e Medicina ajuda a dimensionar a especificidade desse processo. A retração do ingresso presencial foi mais intensa nas licenciaturas, enquanto o aumento de ingressantes em cursos à distância se mostrou menor do que a tendência geral. A comparação com Direito é particularmente relevante por se tratar de um curso com grande oferta de vagas e um elevado número de ingressantes. Ainda que os contrastes observados no preenchimento das vagas e no número de ingressantes não possam ser atribuídos exclusivamente ao prestígio ou à remuneração, dado que os cursos diferem em termos regulatórios, custos e formas de acesso, os resultados são compatíveis com estudos anteriores no contexto brasileiro, segundo os quais os estudantes atribuem às profissões prestígios distintos e são orientados por essa percepção para sua escolha profissional (Louzano et al., 2010; Tartuce; Nunes; Almeida, 2010).

A diferença na oferta de vagas e no ingresso ocorreu não apenas entre licenciaturas e outras áreas, mas também entre as diferentes licenciaturas analisadas. Para alguns cursos, como Pedagogia, Educação Física e principalmente Artes, o número de estudantes cresceu no período; nos dois primeiros, apenas na modalidade à distância, mas no último em ambas as modalidades. Quatro cursos perderam ingressantes em ambas as modalidades: Geografia, Matemática, Química e Ciências Sociais. Todas essas áreas foram identificadas, no estudo de Bof e colegas, como carreiras docentes com grande risco de escassez docente (Bof; Zalaf Caseiro; Cavalcanti Mundim, 2023). Essa redução no número de ingressantes em cursos que ainda oferecem outras oportunidades de entrada no mundo profissional é ainda mais preocupante diante do dado apontado pelos mesmos autores, de que apenas um terço dos concluintes chega a atuar em sala de aula após se formarem.

Outro dado relevante identificado no estudo refere-se à composição sociodemográfica dos cursos. Nos últimos anos, o perfil de ingressantes nas licenciaturas envelheceu. Em 2024, 48,9% de todas as pessoas que ingressaram na formação inicial docente tinham 30 anos ou mais. Evidentemente, a idade não restringe a capacidade desses estudantes em sala de aula, mas há pelo menos dois aspectos que merecem discussão nesse tocante.

Uma primeira hipótese se refere à baixa atratividade da carreira entre os jovens que concluem ensino médio, potencialmente mais abertos a escolhas inspiradas por desejos de carreira e não por necessidades pragmáticas. O público mais velho que acessa o ensino superior muitas vezes é movido pela necessidade de organização da vida pessoal, pela possibilidade de conciliar o trabalho com o estudo, e até mesmo por suas próprias condições financeiras de custear a

formação. Isso pode inclusive explicar a grande concentração desse público mais velho nos cursos de formação à distância.

Um segundo ponto que merece reflexão, relacionado às consequências desta mudança de perfil, diz respeito à composição da força de trabalho das redes de ensino. Estudo recente que analisou os efeitos da transição demográfica para as carreiras docentes apontou que, entre os professores efetivos em exercício no Brasil, 57% terão adquirido o direito à aposentadoria em 2034 (Schettini et al., 2025). Se a renovação dessa força de trabalho ocorrer majoritariamente impulsionada por profissionais que já ingressam na carreira mais velhos, haverá consequências importantes do ponto de vista do planejamento de corpo docente para as redes de ensino. Diante desse cenário, buscar alternativas para tornar a profissão mais atrativa aos jovens torna-se ainda mais relevante.

A análise também evidenciou dois movimentos no perfil acadêmico observado: a queda no percentual de ingressantes com nota no Enem do ano anterior e, entre os que têm essa nota, a redução expressiva do percentual no quintil superior. Ainda que a mera participação no exame não revele necessariamente um perfil acadêmico mais proficiente, ela indica a intencionalidade de participação em processos seletivos mais rigorosos ou competitivos. A redução no percentual de ingressantes com nota prévia no Enem, de 30,9% em 2018 para 17,4% em 2024, não pode ser tomada como prova de menor ambição acadêmica ou de menor seletividade, mas sugere uma clara mudança no perfil dos ingressantes. Quando interpretada em conjunto com a redução da população mais jovens ingressante e da redução substancial de novos estudantes em cursos presenciais, ela sugere uma menor procura dos estudantes concluintes de ensino médio por cursos de formação inicial docente.

Com relação à mudança no perfil de desempenho prévio dos estudantes com registros de nota no Enem, observa-se uma mudança na distribuição por quintis. Nesse grupo, a participação de licenciados no quintil superior do exame caiu de 23,9% em 2018 para 14,7% em 2024. É notável, ainda, que a redução é proporcional e também absoluta, considerando que o número de estudantes com nota no Enem também foi menor em 2024 quando comparado a 2018. Como apresentado no Gráfico A3 do Apêndice, o movimento de queda foi generalizado no país: somente o estado de São Paulo não registrou queda no percentual de ingressantes no período citado, mas é importante notar que esse foi o estado com o menor percentual de ingressantes com nota prévia no exame. Assim, a manutenção de um grupo de maior desempenho talvez só revele uma seletividade entre os alunos que ainda fazem o Enem.

Além da queda no percentual de ingressantes no quintil superior, o movimento oposto também chama a atenção: no recorte de sete anos analisado, o ingresso de licenciandos que performaram no quintil mais baixo de

desempenho aumentou em 20 estados. Em 10 Unidades da Federação, o número de ingressantes no quintil inferior superou o de ingressantes no quintil superior.

A pesquisa também evidenciou que a distribuição de proficiência entre os ingressantes não ocorre de maneira homogênea entre as diferentes modalidades e cursos de licenciatura. A proporção de estudantes no maior quintil de desempenho do Enem nos cursos presenciais é maior do que a observada nos cursos à distância (19,8% contra 6,4%). Da mesma forma, há diferenças importantes entre os cursos. Em 2024, a licenciatura presencial em História, por exemplo, teve a mesma proporção de ingressantes no quintil superior que o curso de Direito (31,2% contra 32,6%). Por outro lado, os cursos de Geografia, Pedagogia e Educação Física possuíam uma média inferior ao conjunto das licenciaturas mesmo no presencial. Na modalidade à distância, por sua vez, os cursos de Pedagogia e Educação Física apresentam uma população muito pequena de estudantes no quintil superior de desempenho.

Esses achados apontam para o enfraquecimento da presença de estudantes de maior desempenho no público observado e ampliam a responsabilidade acadêmica das instituições formadoras. Como discutido no marco conceitual, conhecimentos consolidados na educação básica favorecem a apropriação dos saberes especializados da docência, mas a nota de ingresso não determina a qualidade do futuro professor. A resposta a esse diagnóstico exige preservar a exigência formativa e oferecer condições para que estudantes com diferentes trajetórias construam os conhecimentos necessários ao ensino. A redução no número de estudantes de maior desempenho é um indicador a acompanhar, e programas como o Pé-de-Meia licenciaturas podem ampliar a atratividade desses públicos. A interpretação deve, ainda, permanecer restrita aos ingressantes vinculados ao Enem: os quintis expressam posições relativas em cada edição e não permitem atribuir desempenho aos estudantes sem nota ou estimar, isoladamente, uma queda absoluta da aprendizagem entre coortes.

Na tentativa de contribuir para um entendimento das razões para os movimentos observados, as análises exploratórias identificam ainda uma variação conjunta entre as condições salariais e a relação de vagas presenciais por ingressante. Unidades federativas com maior valorização real ou remuneração relativamente mais favorável tendem a apresentar menor razão de vagas por ingressante. A direção se mantém nas comparações com o rendimento relativo de diferentes anos, embora a magnitude e a incerteza variem. Esse padrão dialoga com a relevância das perspectivas econômicas da profissão discutida por Louzano et al. (2010) e Podolsky et al. (2019), sem contudo demonstrar que os salários tenham determinado o ingresso.

O mesmo padrão não se verifica na composição acadêmica. As correlações entre o rendimento relativo e a participação do quintil superior entre os

ingressantes das licenciaturas são negativas nos recortes examinados. Não há, assim, evidência de que os estados com condições salariais mais favoráveis apresentem, necessariamente, maior proporção de ingressantes de alto desempenho. Essa ausência de correspondência não torna o salário irrelevante, nem demonstra que sua melhoria afaste esse público. As médias estaduais não representam as alternativas de trabalho de cada candidato, e a composição das licenciaturas também depende da distribuição local do desempenho e da oferta. Em diálogo com Tartuce, Nunes e Almeida (2010), Park e Byun (2015) e McCrory, Coffey e Lavery (2023), os resultados apoiam investigações futuras que busquem integrar não apenas a dimensão da remuneração, mas também condições de trabalho, profissionalização e reconhecimento social.

Tomados em conjunto, os resultados sugerem que uma política de atratividade docente precisa responder simultaneamente às estratégias imediatas de atratividade dos jovens para a formação inicial e às condições de exercício da profissão. O diagnóstico não autoriza projetar o número de professores que faltará no futuro, pois não acompanha conclusão, inserção profissional e permanência nas redes. Permite, contudo, identificar riscos que merecem acompanhamento caso os movimentos observados continuem. A contração da formação na modalidade presencial, a queda do ingresso em algumas áreas e a menor participação relativa de estudantes no quintil superior podem ampliar o descompasso entre o volume de oportunidades de formação e a disponibilidade de profissionais preparados para necessidades específicas das escolas. Com base nos achados deste estudo e nos aspectos apontados pela literatura, discutimos na sequência aspectos das políticas públicas que podem contribuir para a reversão do quadro observado.

O primeiro aspecto importante a ser cuidado é o planejamento das necessidades de formação considerando os contextos dos territórios. Como demonstrado, a coexistência de vagas disponíveis com menor ingresso em determinadas licenciaturas desloca a discussão sobre escassez para além da abertura indiscriminada de cursos. A expansão responde de forma desigual às necessidades de formação: cursos que crescem em volume não substituem aqueles que perdem estudantes quando habilitam para áreas de atuação distintas. Uma política orientada apenas pelo total de matrículas pode registrar crescimento da formação docente e, ainda assim, deixar de enfrentar dificuldades de provimento em componentes curriculares e localidades específicas.

Se a retração persistir, há risco da capacidade instalada de formação presencial em cursos de baixa procura diminuir, mesmo onde essa capacidade for importante para as redes. A perda de um curso pode envolver também a dispersão de professores formadores, campos de estágio e parcerias com escolas, cuja recomposição requer tempo. Embora essa seja uma hipótese

interpretativa segundo os movimentos observados neste estudo, parece relevante considerar os riscos reais presentes nos territórios onde a atratividade para determinados cursos tem caído sistematicamente. O caminho para esse planejamento, e para uma oferta mais adequada às necessidades locais, já foi estabelecido: a Lei nº 15.344/2026 inclui a adequação da oferta às necessidades territoriais entre as medidas do Mais Professores para o Brasil, oferecendo uma referência institucional para essa articulação (Brasil, 2026a).

Outra política que merece prioridade diante do cenário observado é o fortalecimento da formação presencial. A retração do número de ingressantes nesta modalidade é relevante tanto pela diminuição no contingente de profissionais formados em condições de maior interação quanto pelo perfil do público atingido. Nesse segmento, as instituições públicas ampliaram sua participação entre os ingressantes, enquanto o setor privado se contraiu. Isso aumenta a importância de assegurar condições de funcionamento e permanência nas licenciaturas públicas, especialmente nos territórios em que outras possibilidades de formação se reduzem. A maior presença proporcional de jovens e estudantes pretos, pardos e indígenas no presencial também indica que sua preservação deve integrar a discussão de equidade.

Ampliar a viabilidade desses cursos exige conhecer as razões pelas quais as vagas permanecem disponíveis. Distância, transporte, horários, necessidade de trabalhar e responsabilidades de cuidado são hipóteses a investigar com os estudantes, e não são mecanismos identificados pelo Censo. A combinação de assistência estudantil com organização de horários e apoio à realização dos estágios é uma eventual saída para enfrentar parte dessas dificuldades. Nesse sentido, o programa Pé-de-Meia Licenciaturas, que compõe o Mais Professores para o Brasil, é uma política muito promissora que precisa ser fortalecida e acompanhada, para assegurar uma boa implementação.

Quanto à expansão do EaD, uma importante reorganização deverá ser assistida nos próximos anos frente ao Decreto nº 12.456/2025, que veda licenciaturas no formato a distância e admite sua oferta presencial ou semipresencial. Será preciso acompanhar a implementação no novo formato semipresencial não apenas para garantir a qualidade da oferta, mas também para compreender como sua introdução na oferta formativa transformará o cenário da atratividade.

A mudança do perfil acadêmico dos ingressantes nas licenciaturas, com redução no número de estudantes de alto desempenho e aumento daqueles com menor rendimento, reforça a importância de tratar a preparação acadêmica de entrada como uma questão institucional. O risco de continuidade desse padrão não pode ser traduzido em uma previsão de que os futuros professores ensinarão pior. O problema é que a melhoria defendida nos cursos de formação inicial nas

DCNs impõe maior complexidade para seu acompanhamento, com exigências elevadas de leitura, raciocínio e domínio disciplinar. Essas mudanças demandarão potencialmente mais apoio para que estudantes com trajetórias desiguais alcancem os conhecimentos esperados.

Uma forma de lidar com a questão, enquanto não se promove uma mudança no perfil dos estudantes ingressantes, é estabelecer programas de acompanhamento pelas instituições formadoras. Ações voltadas ao diagnóstico inicial do perfil de entrada dos licenciandos, contudo, seriam necessárias para oferecer um percurso que os apoiasse no desenvolvimento de fundamentos necessários ao acompanhamento dos cursos, particularmente aqueles ligados à leitura e escrita acadêmica, raciocínio matemático e fundamentos dos conteúdos disciplinares requeridos pelos cursos. Ações dessa natureza parecem particularmente relevantes para os cursos que têm recebido estudantes com desempenho baixo ou sem evidências claras de desempenho, como Pedagogia e Educação Física.

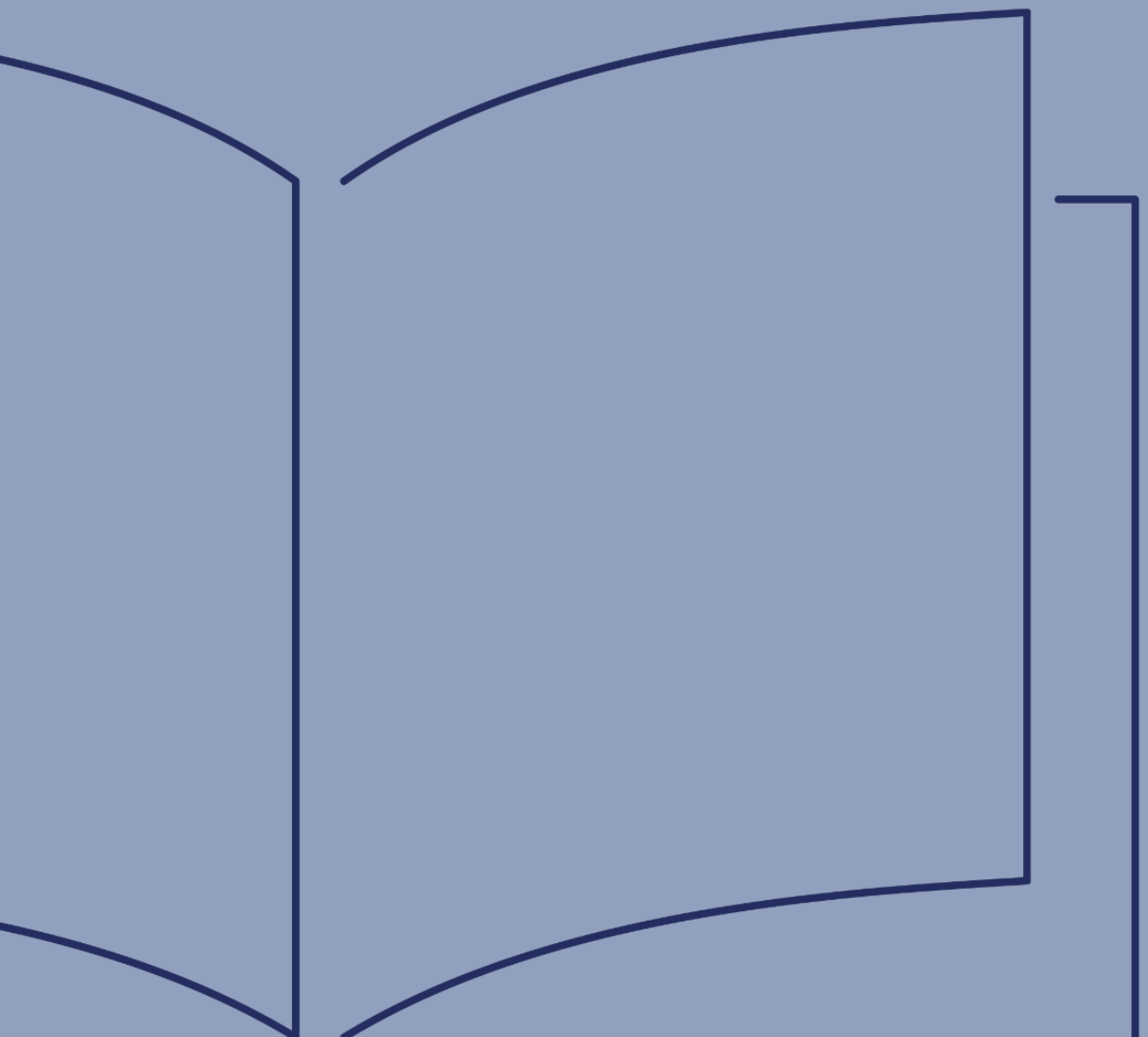
Duas políticas nacionais também demonstram grande potencial de contribuir para a mudança desse cenário. A primeira delas é a Portaria n° 422 de 2026 (Brasil; Ministério da Educação, 2026), que integra o Enem ao Sistema de Avaliação da Educação Básica e torna o exame censitário para todos os concluintes da educação básica das redes públicas e privadas. A implementação dessa política oferecerá um panorama de desempenho mais amplo para os ingressantes nas licenciaturas, e esses dados poderão alimentar as políticas de apoio aos estudantes ingressantes. A segunda política já em andamento é o programa Pé-de-Meia Licenciaturas, que oferece bolsas mediante desempenho de excelência no Enem para ingressantes em cursos de licenciatura com bons indicadores de qualidade. Esse programa tem grande potencial de atrair alunos com notas mais elevadas que se direcionavam para outros cursos por não verem na licenciatura uma alternativa financeiramente viável. Além disso, é provável que também contribua positivamente para uma visão da carreira como mais competitiva, uma vez que só pode ser acessado por alunos com notas elevadas no exame.

Por fim, a atratividade para cursos de formação docente não será solucionada apenas por políticas diretamente ligadas ao ingresso e seleção na carreira. A literatura nacional e internacional tem demonstrado que a percepção sobre a carreira docente, comparada a outras opções profissionais, tem grande peso na escolha dos jovens. Assim, pensar políticas integradas de valorização docente é um caminho inegociável para que futuras gerações almejem ser docentes. A valorização salarial certamente é um ponto importantíssimo nesse sentido, mas não explica todo o processo.

É preciso lembrar que a única profissão com a qual os seus potenciais candidatos convivem diariamente, durante ao menos 14 anos, é a docência. Na sala de aula, os alunos veem as conquistas de seus professores, mas também estão expostos às suas fragilidades. Professores que são submetidos a jornadas extenuantes, chegam cansados na sala de aula, lecionam muitas vezes sem as condições materiais adequadas para exercerem suas funções e convivem com violência e indisciplina no seu dia a dia são o espelho para os jovens do que significa escolher a docência. Nenhuma outra alternativa profissional oferece aos estudantes da educação básica tantas informações de como seria o seu cotidiano. Associada a uma visão social de pouca especialização e baixo status ante as demais profissões, essa desvalorização certamente não atua como um motor de interesse.

Motivar jovens para a docência, especialmente os de alto desempenho, portanto, é um desafio necessário para o futuro da educação brasileira, mas que exige articulação de políticas públicas nacionais e locais. Os dados apresentados neste estudo mostram uma fotografia das transformações no perfil dos ingressantes quando as condições de atratividade não são ideais. O cenário que se desenha não parece caminhar na direção de solucionar o problema de escassez docente já mapeado por outras pesquisas, de modo que são necessárias ações integradas não apenas para assegurar a entrada de novos estudantes nas licenciaturas, mas também atrair jovens talentos comprometidos com a profissão e a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS



BALL, Deborah; THAMES, Mark Hoover; PHELPS, Geoffrey. Content Knowledge for Teaching: What Makes It Special? Journal of Teacher Education, v. 59, n. 5, p. 389–407, nov. 2008.

BOF, Alvana Maria; ZALAF CASEIRO, Luiz; CAVALCANTI MUNDIM, Fabiano. Carência de professores na educação básica. Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 9, 21 dez. 2023.

BORN, Bárbara Barbosa. Transformar a formação de professores pela prática: um desafio possível. In: O papel da prática na formação inicial de professores. São Paulo: Instituto Península, 2019.

BRASIL. LEI No 11.738. Lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. . 16 jul. 2008.

BRASIL. DECRETO No 12.456. DECRETO No 12.456, sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação. . 19 maio 2025.

BRASIL. LEI No 15.344. Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica - Mais Professores para o Brasil. . 12 jan. 2026.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MEC. Portaria MEC no 422. Institui normas complementares para a execução da Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. . 15 maio 2026.

BUSSO, Matías et al. Becoming a Teacher: Experimental Evidence from an Information Intervention. [S.l.]: Inter-American Development Bank, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/becoming-teacher-experimental-evidence-information-intervention>. Acesso em: 14 out. 2026.

CARNOY, Martin; GOVE, Amber K.; MARSHALL, Jeffery H. Cuba's academic advantage: why students in Cuba do better in school. Stanford, Calif: Stanford University Press, 2007.

CHETTY, Raj; FRIEDMAN, John N.; ROCKOFF, Jonah E. Measuring the Impacts of Teachers II: Teacher Value-Added and Student Outcomes in Adulthood. American Economic Review, v. 104, n. 9, p. 2633–2679, 1 set. 2014.

CHRISTENSEN, Steven S. et al. Teacher Recruitment: Factors That Predict High School Students' Willingness to Become Teachers. Education Sciences, v. 9, n. 4, p. 282, 28 nov. 2019.

CORREIA, Rut et al. Understanding Motivation towards Teaching in SerProfe UDP: A First Step to Foster Equity in Teacher Education Admission in Chile. Education Sciences, v. 12, n. 5, p. 363, 23 maio 2022.

DARLING-HAMMOND, Linda et al. Educator Learning to Enact the Science of Learning and Development. [S.l.]: Learning Policy Institute, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://learningpolicyinstitute.org/product/educator-learning-sold>. Acesso em: 26 abr. 2026.

DARLING-HAMMOND, Linda; BRANSFORD, John (ORGS.). Preparing teachers for a changing world: what teachers should learn and be able to do. 1st ed ed. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2005.

ELACQUA, Gregory et al. ¿Quiénes estudian pedagogía en América Latina y el Caribe?: tendencias y desafíos en el perfil de los futuros docentes. [S.l.]: Inter-American Development Bank, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/quienes-estudian-pedagogia-en-america-latina-y-el-caribe-tendencias-y-desafios-en-el-perfil-de-los>. Acesso em: 15 out. 2026.

GATTI, Bernadette et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: Unesco, 2019.

HANUSHEK, Eric A. The economic value of higher teacher quality. Economics of Education Review, v. 30, n. 3, p. 466–479, jun. 2011.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 14

LAMPERT, Magdalene. Learning Teaching in, from, and for Practice: What Do We Mean? Journal of Teacher Education, v. 61, n. 1–2, p. 21–34, jan. 2010.

LOEB, Susanna et al. Descriptive analysis in education: A guide for researchers. Washington, D.C.: Department of Education, Institute of Education Sciences, National Center for Education Evaluation and Regional Assistance, 2017.

LORTIE, Dan C. Schoolteacher: A sociological study. 2a. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2020.

LOUZANO, Paula et al. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação do docente no Brasil. Estudos em Avaliação Educacional, v. 21, n. 47, p. 543–568, 30 dez. 2010.

MCCRORY, Lucie; COFFEY, Anne; LAVERY, Shane. Attracting talented and committed students to the teaching profession. Student perspectives on

teaching as a career. Teaching and Teacher Education, v. 133, p. 104263, out. 2023.

MCDONALD, Morva; KAZEMI, Elham; KAVANAGH, Sarah Schneider. Core Practices and Pedagogies of Teacher Education: A Call for a Common Language and Collective Activity. Journal of Teacher Education, v. 64, n. 5, p. 378–386, nov. 2013.

MCKENZIE, Phillip; SANTIAGO, Paulo; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (ORGS.). Teachers matter: attracting, developing and retaining effective teachers. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2005.

OECD. Results from TALIS 2024: The State of Teaching. [S.l.]: OECD Publishing, 2025.

OECD. Education at a Glance 2026: OECD Indicators. [S.l.]: OECD Publishing, 2026.

PARK, Hyunjoon; BYUN, Soo-Yong. Why Some Countries Attract More High-Ability Young Students to Teaching: Cross-National Comparisons of Students' Expectation of Becoming a Teacher. Comparative Education Review, v. 59, n. 3, p. 523–549, ago. 2015.

PLANK, David et al. Trabalho docente em uma única escola: subsídios para a efetivação do Plano Nacional de Educação 2026-2036 (Gabriela Miranda Moriconi, Org.). [S.l.]: D3e, 2026. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-relatorios/trabalho-docente-em-uma-unica-escola/>. Acesso em: 15 out. 2026.

PODOLSKY, Anne et al. Strategies for attracting and retaining educators: What does the evidence say? Education Policy Analysis Archives, v. 27, p. 38, 8 abr. 2019.

PORTELLA, Alysson; SOARES, Rodrigo. Persistência histórica da desigualdade racial. In: Números da discriminação racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023. p. 94–131.

SCHETTINI, Bernardo Patta et al. Transição demográfica e situação fiscal das 27 unidades federativas: oportunidades para melhorar a qualidade da educação brasileira. São Paulo: Profissão Docente, 2025.

SCHLEICHER, Andreas. Building a High-Quality Teaching Profession: Lessons from around the World. [S.l.]: OECD, 2011.

SHULMAN, Lee S. Those Who Understand: Knowledge Growth in Teaching. Educational Researcher, v. 15, n. 2, p. 4–14, fev. 1986.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R.; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri De. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 140, p. 445–477, ago. 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; EDITORA MODERNA; FUNDAÇÃO SANTILLANA. Anuário Brasileiro da Educação Básica. [S.l.]: Todos Pela Educação, 2026. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2026/expediente-e-fontes-importantes.html>. Acesso em: 15 out. 2026.

APÊNDICE

Apêndice A

Apêndice A: oferta, ingresso e perfil dos ingressantes

Este apêndice descreve a construção dos indicadores de oferta, ingresso e perfil usados na seção 3.1. A base é o Cadastro de Cursos do Censo da Educação Superior, de 2018 a 2024, em microdados públicos. As informações são contagens por curso, sem identificação individual de estudantes. A Figura A1 resume as etapas.

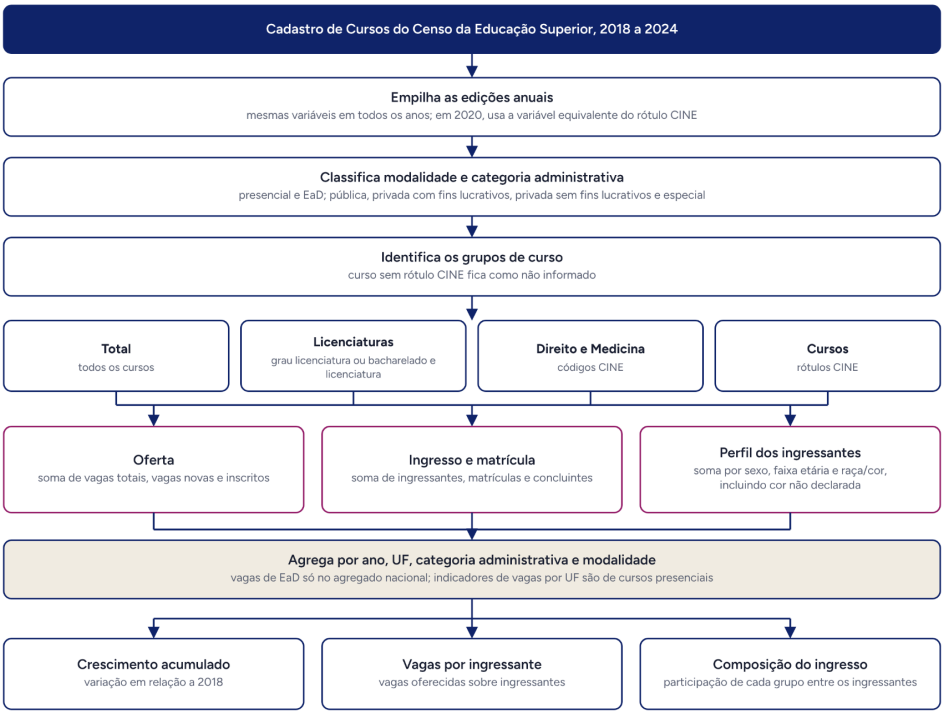
As edições anuais foram empilhadas com as mesmas variáveis. O código do rótulo CINE vem da variável equivalente daquela edição. As vagas de EaD só aparecem em uma linha nacional, sem UF, de modo que os indicadores de vagas por UF e região são de cursos presenciais e o EaD é apresentado no agregado nacional. A modalidade foi classificada em presencial e EaD. A categoria administrativa foi agrupada em pública (federal, estadual e municipal), privada com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos e especial. A categoria especial entra nos totais, mas não nos recortes por categoria.

As licenciaturas correspondem aos graus licenciatura e bacharelado e licenciatura. Direito e Medicina foram identificados por seus códigos CINE, e outros cursos reúnem o total menos esses três grupos. Os resultados por curso usam o rótulo CINE. Nas áreas da educação básica, entra apenas a versão classificada como formação de professor.

Foram somadas as vagas totais, as vagas novas, os inscritos, os ingressantes, as matrículas e os concluintes, por ano, UF, categoria administrativa e modalidade. O perfil usa as contagens de ingressantes por sexo, faixa etária e raça/cor, incluindo a categoria sem declaração.

O crescimento acumulado compara cada ano com 2018. A relação de vagas por ingressante é a razão entre as vagas oferecidas e os ingressantes. Grupos com menos de 1.000 ingressantes em algum ano ficam fora dos gráficos de razão e variação. A composição do ingresso é a participação de cada grupo no total de ingressantes.

Figura A1: Fluxo de construção dos indicadores de oferta, ingresso e perfil



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Apêndice B: vínculo entre o Enem e o Censo da Educação Superior

Este apêndice descreve a construção da base que associa os resultados do Enem aos ingressantes do Censo da Educação Superior. Cada coorte combina a edição do Enem do ano t − 1 com os ingressantes do ano t, da coorte Enem 2017 e ingresso 2018 à coorte Enem 2023 e ingresso 2024. O processamento foi feito no ambiente seguro do Inep, Sedap, a partir do Projeto nº 00030/032026 . A Figura B1 resume as etapas.

No Enem, foram mantidos os participantes com CPF mascarado e notas válidas nas cinco provas. Caso o CPF aparecer mais de uma vez na edição, todos os registros desse CPF seriam retirados. A nota de cada participante é a média simples das cinco notas. Os quintis foram calculados dentro de cada edição, entre os participantes mantidos nessas etapas.

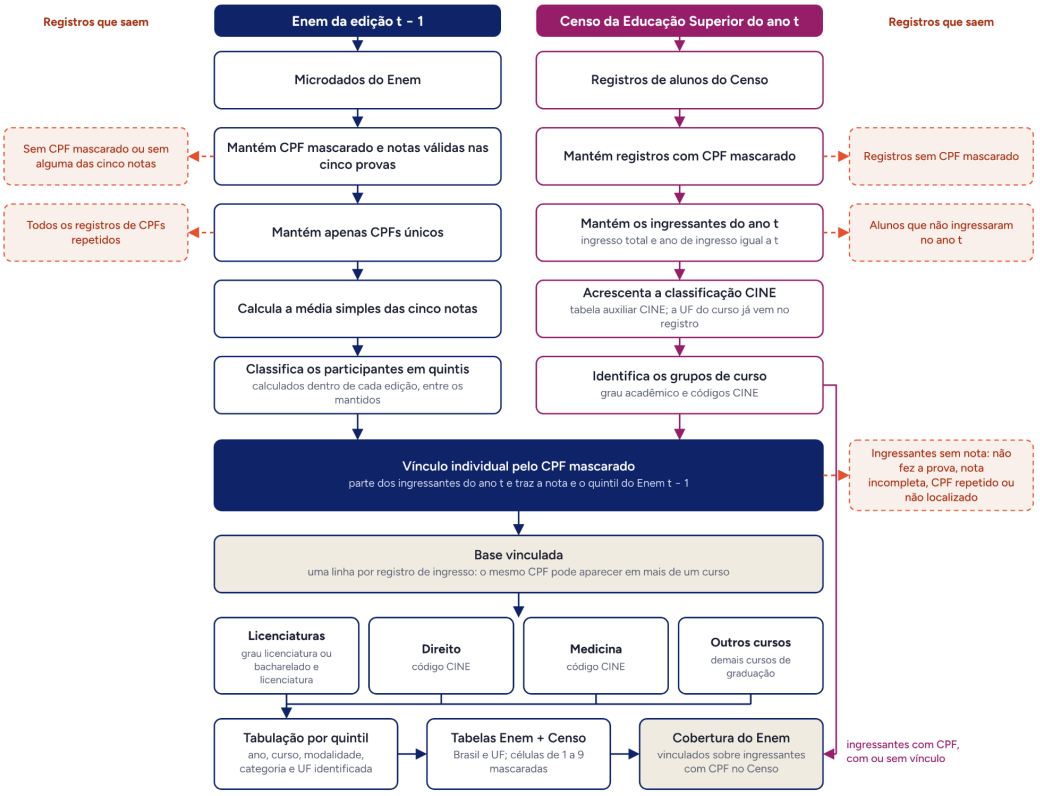
No Censo, foram mantidos os registros de alunos com CPF mascarado e, entre eles, os ingressantes do ano, identificados pelo indicador de ingresso total e pelo ano de ingresso igual ao ano do Censo. Os registros receberam a classificação CINE, a partir da tabela auxiliar de 2020 a 2024, aplicada a todas as coortes. A UF do curso vem do próprio registro do aluno. As licenciaturas correspondem aos graus licenciatura e bacharelado e licenciatura. Direito e

Medicina foram identificados por seus códigos CINE, e os demais cursos de graduação formam o grupo outros cursos.

O vínculo foi feito pelo CPF mascarado e mantém os ingressantes com nota na edição anterior do Enem. A unidade da base vinculada é o registro de ingresso, de modo que um mesmo CPF pode aparecer em mais de um curso. O procedimento não separa os motivos da falta de vínculo: não ter feito a prova, ter nota incompleta, ter CPF repetido no Enem ou não ser localizado.

As tabelas foram agregadas por ano de ingresso e quintil, com recortes por curso, modalidade, categoria administrativa e UF. Os resultados por UF consideram os registros com UF identificada, isto é, os cursos presenciais, conforme descrito na seção 2.3. Nas tabelas, células com valores de 1 a 9 foram mascaradas para proteção de sigilo. A cobertura é a razão entre os ingressantes vinculados e os ingressantes do Censo com CPF mascarado, com ou sem vínculo.

Figura B1: Fluxo de construção da base vinculada entre o Enem e o Censo da Educação Superior



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria.Nota: t corresponde ao ano de ingresso, e t − 1, à edição do Enem imediatamente anterior.

Apêndice C: rendimento dos professores e dos demais profissionais

Este apêndice descreve a construção dos indicadores de rendimento usados na seção 3.3. A base é a PNAD Contínua do 2º trimestre de cada ano, de 2012 a 2025. A Figura C1 resume as etapas.

O grupo de professores reúne os ocupados com ensino superior completo, na área federal, estadual ou municipal, nos códigos 2320, 2330, 2341, 2342, 2351 a 2356 e 2359 da Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD). O grupo de demais profissionais reúne militares e empregados dos setores privado e público com ensino superior completo, exceto as ocupações do grupo de professores e os professores do ensino superior (código 2310).

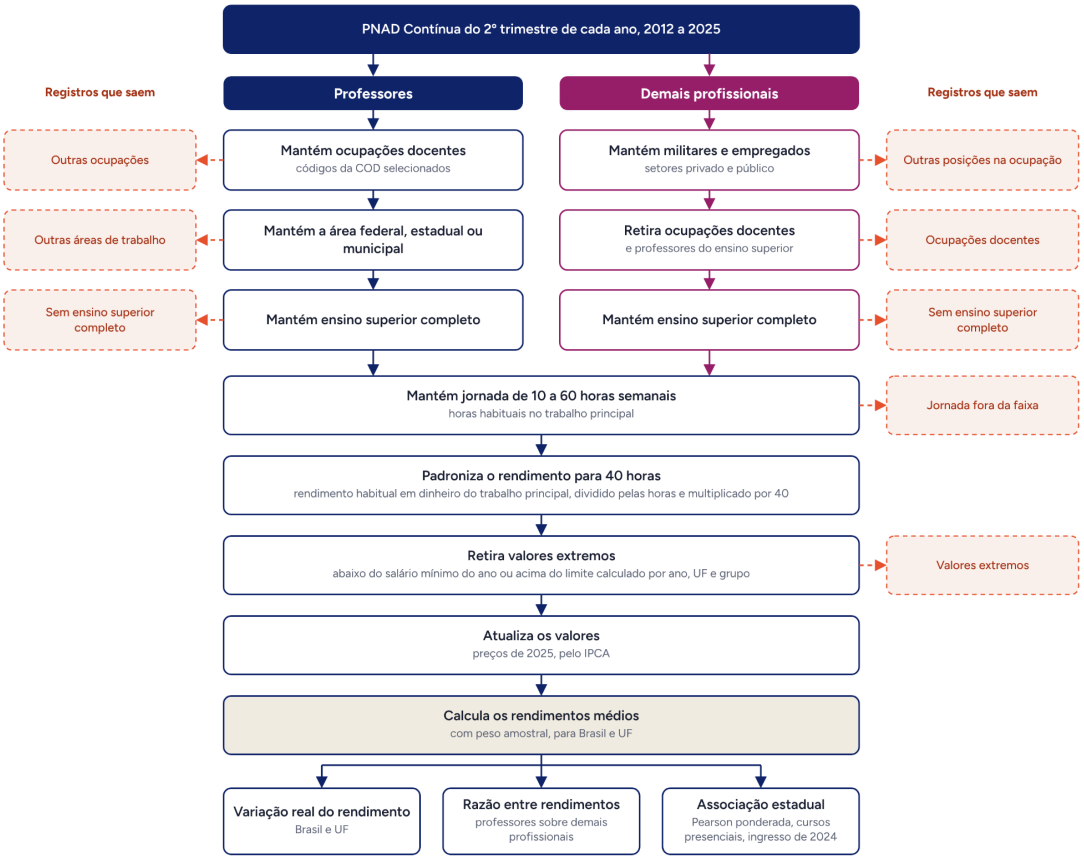
Usamos o rendimento mensal habitual em dinheiro e as horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, para pessoas com jornada de 10 a 60 horas semanais. O rendimento padronizado é o rendimento dividido pelas horas e multiplicado por 40.

Foram retirados os valores abaixo do salário mínimo do ano e os valores acima do limite dado pelo terceiro quartil somado a seis vezes a distância entre o terceiro e o primeiro quartil. Os quartis foram calculados com peso amostral, por ano e UF, separadamente para cada grupo.

Os valores, todos do 2º trimestre de cada ano, foram atualizados a preços de 2025 pelo IPCA, e as médias foram calculadas com o peso amostral da PNADc, para Brasil e UF. A partir delas, foram construídas a variação real do rendimento e a razão entre o rendimento médio dos professores e o dos demais profissionais. Os indicadores estaduais foram então associados aos indicadores de ingresso de 2024, em cursos presenciais.

As associações usam a correlação de Pearson entre as 27 UFs, ponderada pelo número de ingressantes no denominador de cada indicador de ingresso. O p-valor usa o tamanho efetivo da amostra. Por isso, os pontos dos gráficos têm área proporcional a esse peso.

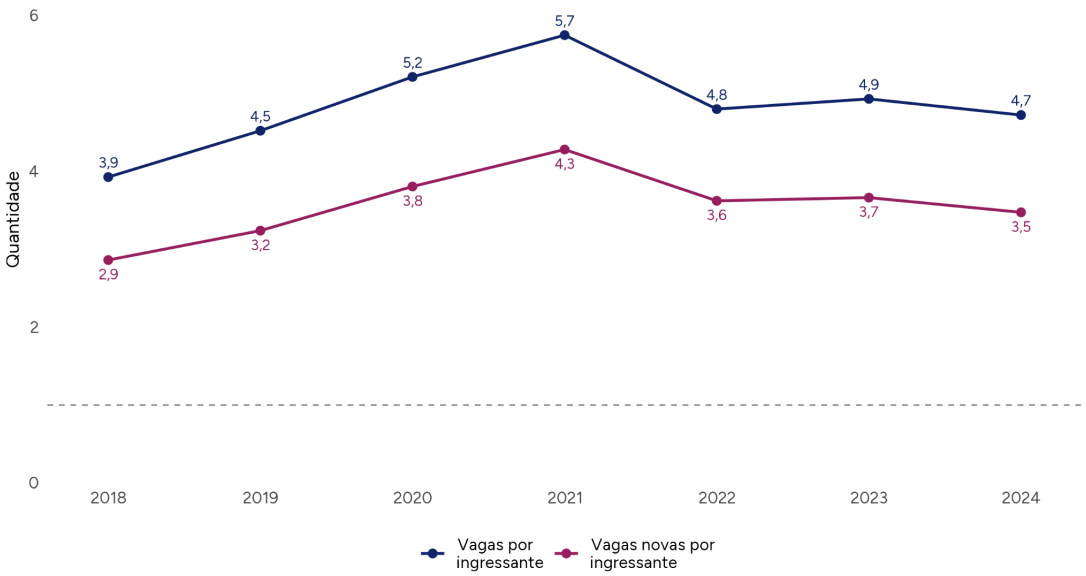
Figura C1: Fluxo de construção dos indicadores de rendimento a partir da PNAD Contínua



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior, PNAD Contínua. Elaboração própria.

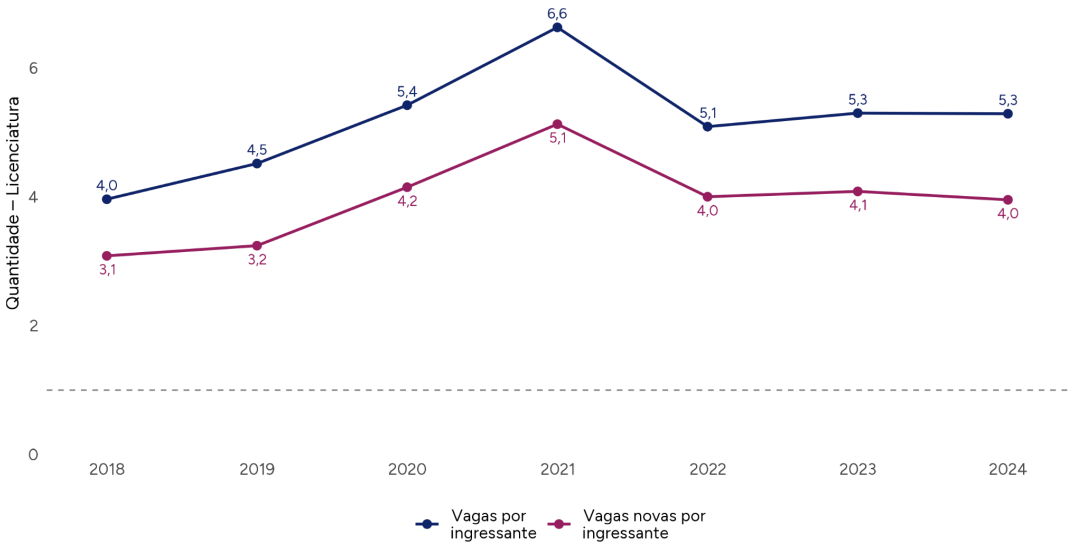
Apêndice B

Gráfico A1: Relação de vagas por ingressante - Total, 2018 a 2024



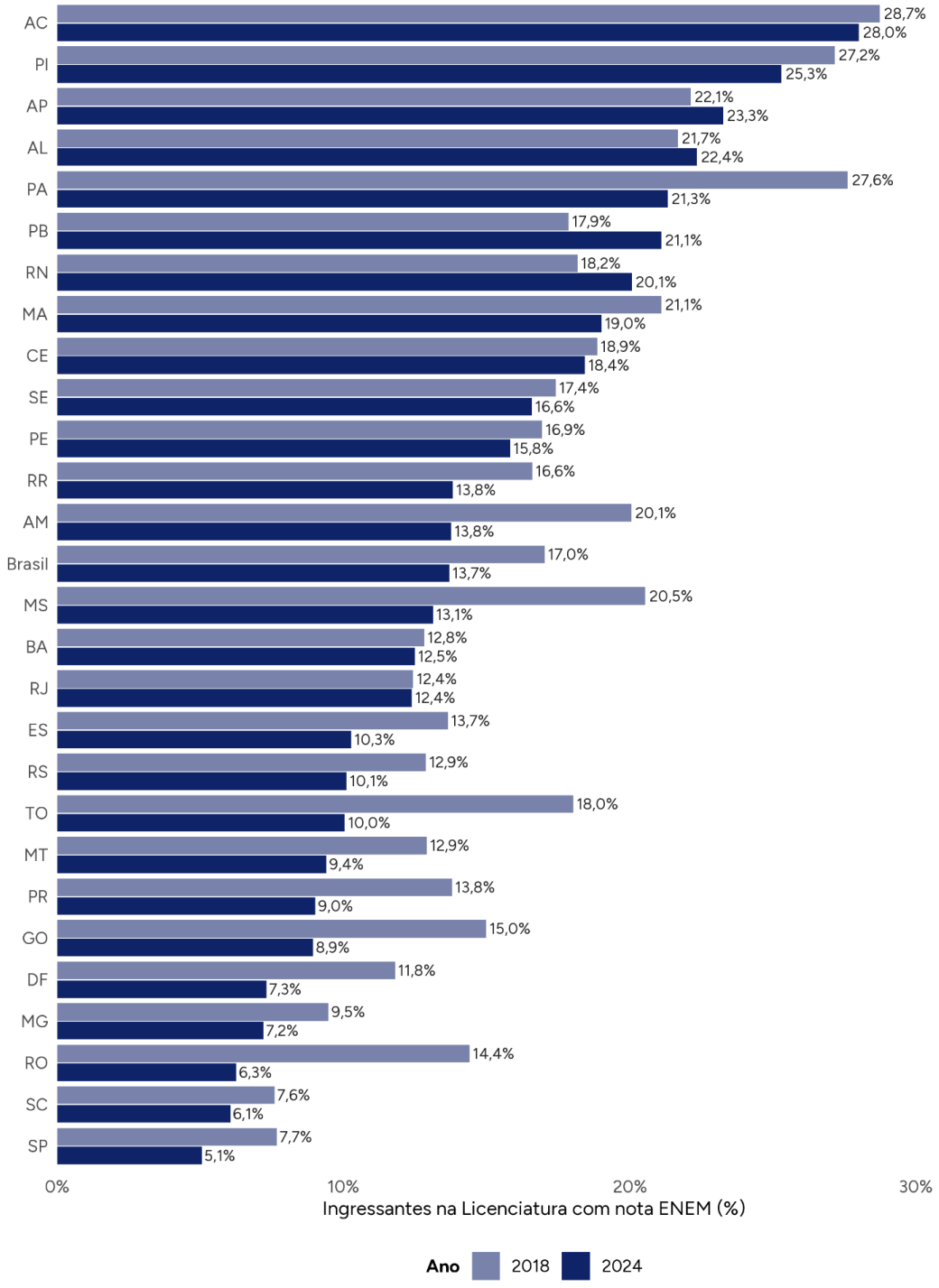
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Gráfico A2: Relação de vagas por ingressante - Licenciatura, 2018 a 2024



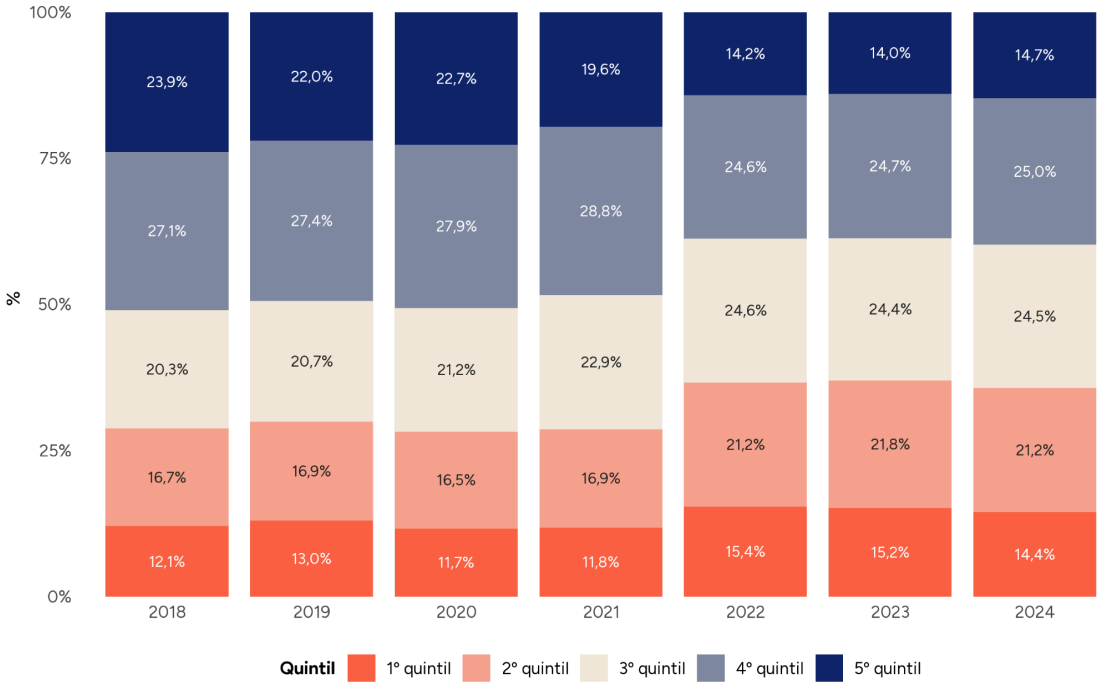
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Gráfico A3: Cobertura de ingressantes na Licenciatura com nota no ENEM, à nível nacional e por unidade federativa, 2018 e 2024



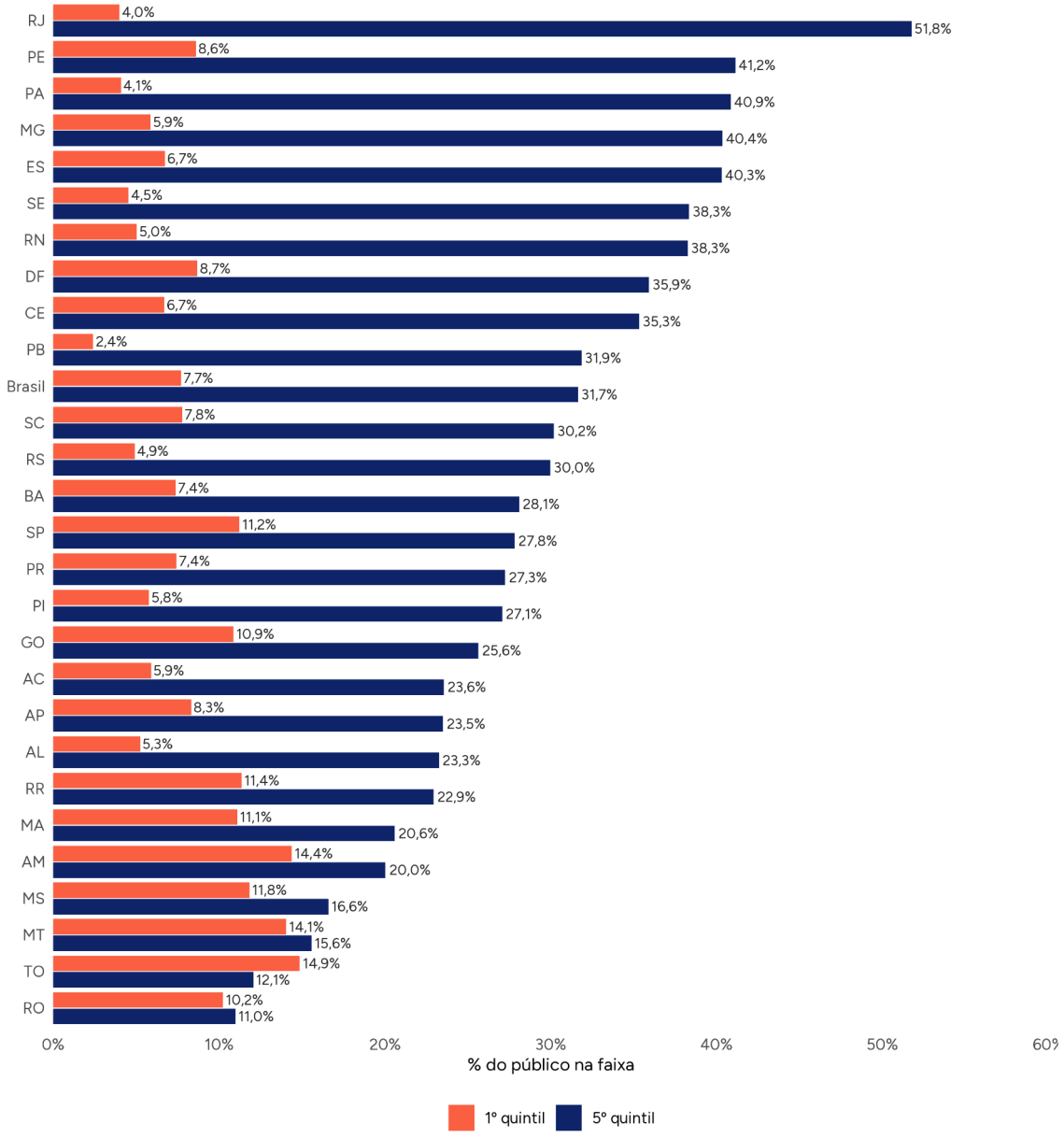
Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM.

Gráfico A4 : Distribuição de ingressantes na Licenciatura, por quintil de desempenho no ENEM - 2018 a 2024



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.

Gráfico A5: Distribuição de ingressantes na Licenciatura, por unidade federativa e quintil inferior e superior de desempenho no ENEM, 2018



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior e Resultados ENEM. Elaboração própria. **Nota:** O 5º quintil reúne as 20% notas mais altas no Enem, e o 1º, as 20% mais baixas.